



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Adônis Santin

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTOS FAMILIARES E  
TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE ESTUDANTES DA UFSC**

Florianópolis

2023

Adônis Santin

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTOS FAMILIARES E  
TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE ESTUDANTES DA UFSC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Área de Concentração Sociologia.

Orientador(a): Prof. Amurabi Pereira De Oliveira,  
Dr.

Florianópolis

2023

Santin, Adônis

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS : CONTEXTOS FAMILIARES E  
TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE ESTUDANTES DA UFSC / Adônis Santin ;  
orientador, Amurabi Pereira De Oliveira, 2023.

113 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis,  
2023.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Políticas de Ações  
Afirmativas. 3. Desigualdades. 4. Interseccionalidade. 5.  
Famílias. I. Oliveira, Amurabi Pereira De . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Adônis Santin

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTOS FAMILIARES E TRAJETÓRIAS  
ACADÊMICAS DE ESTUDANTES DA UFSC**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 18 de setembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Eduardo Vilar Bonaldi Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Patrícia de Moraes Lima Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Amurabi Pereira De Oliveira Dr.  
Orientador(a)

Florianópolis, 2023

## RESUMO

A presente pesquisa, em nível de mestrado, teve objetivo geral analisar como as desigualdades aparecem nas trajetórias escolares/acadêmicas e nos contextos familiares de estudantes que ingressaram na graduação da Universidade Federal de Santa Catarina por meio de Políticas de Ações Afirmativas. A fim de alcançar o objetivo geral delimitou-se os seguintes objetivos específicos: i) perscrutar as desigualdades vividas pelas/os estudantes entrevistados em suas trajetórias escolares/acadêmicas e seus contextos familiares; ii) examinar obstáculos, dificuldades e embates vividos por estudantes que vivenciem as desigualdades interseccionadas da UFSC em tempos de Pandemia da Covid-19; iii) compreender como as Políticas de Ações Afirmativas afetam a vida desses estudantes ao terem acesso à Universidade, visando obter informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior; iv) identificar avanços, entraves e limitações das Políticas de Ações Afirmativas para estudantes que vivenciem as desigualdades interseccionadas. O desenho metodológico previu duas etapas de pesquisa: A primeira por meio de um questionário online, em que foram selecionadas/os estudantes que vivenciam desigualdades de forma interseccional e optantes de Ações Afirmativas. A partir deste questionário, selecionou-se 7 estudantes interessadas/os em participar da segunda etapa da pesquisa: uma entrevista narrativa que tratou sobre trajetória de vida e escolar/acadêmica, apoio familiar e desafios de permanência na Universidade desses estudantes. Nas análises, as narrativas das experiências e trajetórias revelam entrelaçamentos e aproximações entre as/os entrevistadas/os, a exemplo do apoio familiar como imprescindível para os estudos, tanto na trajetória escolar da educação básica, quanto para o ingresso e permanência no Ensino Superior; a maioria das/os entrevistadas/os vislumbraram o acesso ao Ensino Superior por meio de relações com pessoas que já possuíam o Ensino Superior completo ou cursando; os desafios de permanência na Universidade, marcados, sobretudo, pela questão de classe econômica e nenhum/a das/os entrevistadas/os demarca como dificuldade de permanência o desempenho para compreender os conteúdos correspondentes ao seu curso.

**Palavras-chave:** Políticas de Ações Afirmativas; Desigualdades; Interseccionalidade; Famílias; Educação.

## ABSTRACT

The present research, at the master's level, had the general objective of analyzing how inequalities appear in the school/academic trajectories and in the family contexts of students who entered the undergraduate course at the Federal University of Santa Catarina through Affirmative Action Policies. In order to reach the general objective, the following specific objectives were defined: i) to scrutinize the inequalities experienced by the interviewed students in their school/academic trajectories and their family contexts; ii) examine obstacles, difficulties and clashes experienced by students who experience the intersecting inequalities of UFSC in times of the Covid-19 Pandemic; iii) understand how the Affirmative Action Policies affect the lives of these students when they have access to the University, aiming to obtain qualitative information that allows a better understanding of the profile of these students, their expectations, demands and specific needs regarding Higher Education; iv) identify advances, obstacles and limitations of Affirmative Action Policies for students who experience intersecting inequalities. The methodological design provided for two stages of research: The first through an online questionnaire, in which students who experience inequalities in an intersectional way and opting for Affirmative Actions were selected. From this questionnaire, 7 students interested in participating in the second stage of the research were selected: a narrative interview that dealt with their life and school/academic trajectory, family support and challenges of permanence at the University of these students. In the analyses, the narratives of experiences and trajectories reveal intertwining and approximations between the interviewees, such as family support as essential for studies, both in the school trajectory of basic education, and for entering and remaining in Higher Education; most of the interviewees envisaged access to Higher Education through relationships with people who already had completed Higher Education or were studying it; the challenges of permanence at the University, marked, above all, by the question of economic class and none of the interviewees demarcated as a difficulty of permanence the performance to understand the contents corresponding to their course.

**Keywords:** Affirmative Action Policies; Inequalities; Intersectionality; Families; Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Cursos de graduação da UFSC e respectivos contatos. ....	53
Quadro 2 – Vinculação das/os estudantes a cursos da UFSC.....	55
Quadro 3 – Vinculação das/os estudantes a cursos da UFSC.....	56
Quadro 4 – Perguntas e respostas do questionário. ....	57
Quadro 5 – Conjunto de estudantes entrevistadas/os.....	59

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO TEÓRICO</b> .....	<b>32</b>
2.1	DEMARCANDO CONCEITOS - DESIGUALDADES INTERSECCIONADAS.....	23
2.2	SOBRE A NECESSIDADE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS COMO FORMA DE REPARAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL.....	29
2.3	TRAJETÓRIA DAS POLITICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC.....	32
2.4	POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: PERTINÊNCIA DAS <i>DESIGUALDADES INTERSECCIONADAS</i> .....	40
2.5	CONFIGURAÇÕES E CONTEXTOS FAMILIARES.....	43
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO METODOLÓGICO</b> .....	<b>45</b>
3.1	FERRAMENTAS METODOLÓGICAS: QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.....	45
3.2	PROCESSOS DE CONTATO E ACESSO AOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	51
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO DE ANÁLISE</b> .....	<b>61</b>
4.1	ENTREVISTA NARRATIVA DE BESOURO MANGANGÁ.....	66
4.2	ENTREVISTA NARRATIVA DE GANGA ZUMBA.....	72
4.3	ENTREVISTA NARRATIVA DE AQUALTUNE.....	75
4.4	ENTREVISTA NARRATIVA DE GAÊ SAGÁS.....	78
4.5	ENTREVISTA NARRATIVA DE ODARA.....	80
4.6	ENTREVISTA NARRATIVA DE AIDÊ.....	83
4.7	ENTREVISTA NARRATIVA DE DANDARA.....	87
4.8	EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS: ENTRELAÇAMENTOS NAS NARRATIVAS DAS/OS ENTREVISTADAS/OS.....	95
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>111</b>
	<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>112</b>
	<b>APÊNDICE C</b> .....	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática das Políticas de Ações Afirmativas<sup>1</sup> ganhou relevância pessoal na minha trajetória de estudante de Graduação em Ciências Sociais, mesmo sendo um homem branco, interessou-me desenvolver a pesquisa de Conclusão de Curso, sobre as Políticas de Ações Afirmativas. A mobilização para adentrar nesta temática de pesquisa adveio da relevância social, pois tais políticas, foram concebidas para dar oportunidades de acesso ao Ensino Superior aos estudantes que se autodeclaram como Pretos, Pardos ou Indígenas e também estudantes de baixa renda. Essas Políticas Públicas geraram oportunidades favoráveis para o ingresso dos estudantes negros, indígenas, oriundos de escolas públicas e estudantes de baixa renda.

Na pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, entrevistamos estudantes negros e brancos que ingressaram por meio das Políticas de Ações Afirmativas no curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo quatro estudantes autodeclarados negros (pretos ou pardos) e um estudante autodeclarado branco. Por meio de entrevistas narrativas, procuramos conhecer as experiências desses estudantes. Foram analisadas suas trajetórias escolares – também universitárias – considerando também suas trajetórias de vida. Todos os entrevistados que tiveram suas trajetórias analisadas, optaram por ingressar no curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina por meio de uma das múltiplas modalidades existentes entre as Políticas de Ações Afirmativas. As análises evidenciaram, em particular, os desafios, embates e as dificuldades enfrentadas no processo de preparação que antecedeu o ingresso na Universidade.

Consideramos importante demarcar que a pesquisa de Conclusão de Curso tenha revelado, por meio das análises das entrevistas, as dificuldades enfrentadas no processo de estudos preparatórios para o exame do vestibular, pois esse dado lança um alerta para a necessidade de que, ao pesquisar as temáticas das Políticas de Ações Afirmativas, é preciso se debruçar também sobre as dificuldades, vividas por esses sujeitos, antes do ingresso na Universidade. Ou seja, mesmo que os ingressantes, por meio de Políticas de Ações Afirmativas, tenham enfrentado problemas e dificuldades para sua permanência na Universidade, como algumas

---

<sup>1</sup> Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados de exclusão social, econômica e étnicorracial no passado, ou no presente.

pesquisas buscam compreender, o processo que antecede o ingresso dos estudantes, o processo de preparação para o vestibular, foi mais destacado pelas narrativas na pesquisa de Conclusão de Curso. Ou seja, na pesquisa os sujeitos entrevistados, deram mais ênfase as dificuldades enfrentadas no processo de preparação para o vestibular, que antecedeu o ingresso na Universidade, do que os problemas relacionados à permanência no curso de Medicina. Afinal, os estudantes entrevistados já haviam sido selecionados pelo exame do vestibular para ocuparem a vaga de estudos na Universidade Federal de Santa Catarina.

Com base nesta problemática, para o projeto de dissertação de mestrado, pretendíamos dar continuidade a esta temática, tendo como objeto de análise as narrativas de estudantes de cursinhos Pré-Vestibulares Populares que almejavam, no início do ano letivo, ingressar para o curso de Medicina por meio das Políticas de Ações Afirmativas. Todavia, com a chegada da Pandemia da Covid-19 os cursinhos populares fecharam, as universidades adiaram seus vestibulares e o futuro dessa pesquisa tornou-se incerto, exigindo um redirecionamento da investigação.

Considerando esse desvio de rota, decorrente dessa grande catástrofe mundial causada pela Pandemia da Covid-19, mantivemos o interesse em pesquisar a temática na área Políticas de Ações Afirmativas – que podem ser consideradas Políticas Públicas eficazes para auxiliar o ingresso da população menos favorecida social e economicamente do Brasil nas Universidades Públicas –, pretendemos realizar uma investigação que vise contribuir para um refinamento dos critérios das Políticas de Ações Afirmativas. A pesquisa aqui proposta visa dar visibilidade para as condições de desigualdades interseccionadas vividas por estudantes que ingressaram por meio de Políticas de Ações Afirmativas. Para tanto, ao dar visibilidade as desigualdades de forma interseccionada podemos contribuir com o aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas, incluindo um cruzamento de desigualdades no desenho original dessas políticas. Essa proposta ganha inspiração em Venturini (2018) quando revela que ainda necessitamos aperfeiçoar as Políticas de Ações Afirmativas.

Consideramos, por um lado, uma contribuição pertinente dar visibilidade para as condições de desigualdades interseccionadas vivenciadas por estudantes que ingressaram por meio de Políticas de Ações Afirmativas, a fim de buscar indícios que possam contribuir com o aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas, incluindo um cruzamento de desigualdades de forma interseccional no desenho

original dessas políticas. Por outro lado, por meio de entrevistas narrativas, almejamos compreender, de que forma, essas Políticas Públicas afetam a vida desses estudantes ao terem acesso à Universidade, visando obter informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior.

Nesse processo de melhor entender o contexto de vida das/os estudantes ingressantes por meio das Políticas de Ações Afirmativas, compreendemos que os contextos familiares serão pontos importantes de análise, visto que a família e o apoio oferecido por ela é crucial na trajetória estudantil dos sujeitos. As leituras sobre contextos familiares a partir de Fonseca (1999, 2005) permitiram compreender que, na instituição social família, existe uma consideração a ser feita sobre classe social. Enquanto as classes altas, se baseiam no preceito científico de consanguinidade de parentesco para estabelecer um vínculo familiar – dando vazante para que as heranças sejam acumuladas e as desigualdades sociais sejam alargadas. Já nas famílias de classe baixa, tende-se a alargar o conceito de família, abrangendo a concepção não somente ao núcleo familiar de pai, mãe e filhos, como acontece em famílias de classe alta, mas abrangendo a concepção família para outros laços de consanguinidade como primos, primas, tias, avós e, até mesmo, em laços por afinidade como madrinhas. Acreditamos que, além dessa concepção mais alargada, os desafios e necessidade de arranjos e rearranjos familiares para concretização do direito à educação também será definidor dos percursos e trajetórias escolares.

Lançar o olhar para as trajetórias escolares e de vida de estudantes das Ações Afirmativas, dando visibilidade também aos seus contextos familiares, possibilitará, olhar para as *desigualdades interseccionadas* com vistas a contribuir com o aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas. Como exposto por Venturini (2018), no decorrer da implementação de Políticas Públicas, bem como das Políticas de Ações Afirmativas, podem emergir problemáticas que revelam a necessidade de aperfeiçoamento no processo de implementação dessas Políticas Públicas, exigindo sua constante reavaliação.

Para contribuir com uma avaliação das problemáticas referentes ao processo de implementação dessas Políticas Públicas das Ações Afirmativas propomos refletir e analisar *desigualdades interseccionadas* vivenciadas por estudantes cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de compreender as vivências de *desigualdades interseccionadas* que são invisibilizadas – desconsideradas – pelas

Políticas de Ações Afirmativas atuais e que podem contribuir com a manutenção das Políticas Públicas de Ações Afirmativas em âmbito nacional pela lei de cotas.

Para situar, se faz importante demarcar que criamos essa nomenclatura, *desigualdades interseccionadas*, considerando fundamental o uso do termo *desigualdades*, no plural. O conceito *desigualdades* incorporamos de Arretche (2015) que considera o fato de que existem diversas formas em que as desigualdades se manifestam nas relações sociais, sendo que assumem múltiplas dimensões. Existem diversas formas de viver as desigualdades, seja por racismo, por sexismo, por discriminação econômica, por discriminação em grau de escolarização, por discriminação de identidade de gênero, por discriminação pela orientação sexual e, entre outras formas de discriminações que possam existir.

Quando nos referimos as desigualdades não consideramos somente a categoria econômica, nem somente categoria racial. As desigualdades, no plural, pretendem abarcar também as desigualdades baseadas nas dualidades e nas relações sociais marcadas por categorias que tornam uns privilegiados e outros oprimidos: branco e não-branco; homem e mulher; cis e trans; rico e pobre; hétero e homo, entre outros. Sabemos que existem outras possibilidades entre essas dualidades nas relações sociais, ou seja, estas binaridades não são as únicas, mas o que queremos destacar é que, nas dualidades, os opostos entram em conflito socialmente ou representam uma binaridades entre privilegiado e oprimido, pois aqueles que não recebem privilégios, são vítimas em “eixos de opressão” (TOLEDO, 2020, p. 17). Toledo (2020) denomina raça, classe e gênero como alguns exemplos desses eixos de opressão.

Já o termo *interseccionalidade* tem sido amplamente utilizado para se referir as articulações entre gênero, raça e classe, tendo em comum a compreensão de que análises devem buscar compreender os entrelaçamentos entre as relações sociais/categorias. Nessa pesquisa estamos propondo focalizar as desigualdades de forma interseccionada, privilegiando diferentes tipos de desigualdades sociais. Para Collins (2021, p. 288):

[...] a interseccionalidade é ao mesmo tempo ‘um projeto de conhecimento’ e uma ‘arma política’ (Collins, 2015; Collins & Bilge, 2020). Isso significaria dizer, tal como colocado pela pesquisadora francesa Amélie Le Renard (2018, p. 180), que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica útil somente quando se trata de estudar os grupos subalternos?

Sendo a *interseccionalidade* uma ferramenta analítica útil, realizar as análises a partir das *desigualdades interseccionadas*, poderia nos trazer uma lente de análise que visa dar visibilidade para as desigualdades em articulação. Com base nessa perspectiva de análise, não bastaria dominar empiricamente ou teoricamente, por exemplo, o tema da desigualdade racial, mas também as desigualdades referentes as identidades de gênero, orientação sexual, classe econômica, desigualdade educacional, entre outras formas de desigualdades que possam existir, além de necessitar compreender a interconexão que possa existir entre todas essas formas de desigualdades.

Compreendemos que dar visibilidade para as condições de *desigualdades interseccionadas* vividas por estudantes que ingressaram por meio de Políticas de Ações Afirmativas pode contribuir com o aperfeiçoamento destas Políticas incluindo um cruzamento de desigualdades no seu desenho original. Essa proposta ganha inspiração em Venturini (2018) quando revela que ainda necessitamos aperfeiçoar as Políticas de Ações Afirmativas.

Assim sendo, definimos como **Problema da Pesquisa**: Como as desigualdades aparecem nas trajetórias acadêmicas e nos contextos familiares de estudantes que ingressaram na graduação da UFSC por meio de Políticas de Ações Afirmativas?

A fim de responder ao problema de pesquisa, definimos como **Objetivo Geral**: analisar como as desigualdades aparecem nas trajetórias escolares/acadêmicas e nos contextos familiares de estudantes que ingressaram na graduação da UFSC por meio de Políticas de Ações Afirmativas.

A fim de alcançar o objetivo geral delimitamos os seguintes **objetivos específicos**: i) perscrutar as desigualdades vividas pelas/os estudantes entrevistados em suas trajetórias escolares/acadêmicas e seus contextos familiares; ii) examinar obstáculos, dificuldades e embates vividos por estudantes que vivenciem as *desigualdades interseccionadas* da UFSC em tempos de Pandemia da Covid-19; iii) compreender como as Políticas de Ações Afirmativas afetam a vida desses estudantes ao terem acesso à Universidade, visando obter informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior; iv) identificar avanços, entraves e limitações das Políticas de Ações Afirmativas para estudantes que vivenciem as *desigualdades interseccionadas*;

Definido o problema e os objetivos de pesquisa, decidimos como instrumento metodológico a realização de um questionário e uma entrevista com estudantes que ingressaram por meio de Políticas de Ações Afirmativas. O desenho metodológico previu duas etapas de pesquisa: A primeira por meio de um questionário online, em que foram selecionadas/os estudantes que vivenciam desigualdades de forma interseccional e sejam optantes de Ações Afirmativas: A partir deste questionário, selecionamos sete (7) estudantes interessadas/os em participar da segunda etapa desta pesquisa: uma entrevista narrativa que tratou sobre trajetória de vida e escolar/acadêmica, apoio familiar e desafios de permanência na Universidade desses estudantes.

Foi por meio das entrevistas narrativas que almejamos dar visibilidade para as condições de *desigualdades interseccionadas* vivenciadas por estudantes que ingressaram por meio de Políticas de Ações Afirmativas, a fim de buscar indícios que possam contribuir com o aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas, incluindo um cruzamento de desigualdades de forma interseccional no desenho original dessas políticas. Por meio das entrevistas, almejamos também compreender, de que forma, essas Políticas Públicas afetam a vida desses estudantes ao terem acesso à Universidade, visando obter informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior.

Ao abrir espaço para narrativas, referente a outras formas de desigualdades, que não sejam vistas pelas Políticas de Ações Afirmativas no Brasil, ao conduzir e analisar as entrevistas demos enfoque: quais eixos de opressão são ignorados pelas Políticas de Ações Afirmativas; como aperfeiçoar ou ampliar essas políticas para que englobem ou reconheçam os eixos de opressão dos quais as/os estudantes estão envolvidos. Ou seja, intentar abordar e analisar mais eixos de opressão entre os quais as/os estudantes estão inseridas/os, seja por meio de privilégios, seja por meio de opressões.

\*\*\*

Para a organização da escrita dividimos esta dissertação em seções, sendo a primeira delas a Introdução, onde delimitamos o problema e os objetivos de pesquisa. A segunda seção, nomeada de referencial teórico que traz quatro tópicos: O primeiro

dele busca situar o conceito de *desigualdades interseccionadas*, demarcando por um lado o conceito de *desigualdades* no plural e, por outro, a perspectiva do conceito de *interseccionalidade* adotada. O segundo tópico traz elementos sobre a implementação de Políticas de Ações Afirmativas em Universidades Públicas do Brasil como política compensatória para populações negras. O terceiro tópico trata sobre a trajetória das Políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina. Por fim, o quarto tópico detalha e conceitua a base teórica que sustenta as concepções de configurações familiares.

A terceira seção, nomeada de caminhos metodológicos em que apresentamos as ferramentas metodológicas utilizadas, ou seja, o questionário e a entrevista narrativa e detalhamos o processo de contato e acesso aos sujeitos da pesquisa. Na continuidade apresentamos a quarta seção com o capítulo de análises, em que, num primeiro momento apresentamos as/os estudantes entrevistadas/os por meio de sua narrativa e fechamos com uma análise de pontos comuns entre entrevistas, dando relevo a pontos de destaque: contexto e apoio familiar; trajetória escolar/acadêmica e desafios de permanência na Universidade dessas/es estudantes. Por fim, apresentamos as Considerações Finais.

## 2 CAPÍTULO TEÓRICO

Neste capítulo pretendemos demarcar os conceitos centrais da pesquisa, em quatro tópicos: O primeiro dele busca situar o conceito de *desigualdades interseccionadas*, demarcando por um lado o conceito de *desigualdades* no plural e, por outro, a perspectiva do conceito de *interseccionalidade* adotada. O segundo tópico debate sobre a implementação de Políticas de Ações Afirmativas em Universidades Públicas do Brasil como política compensatória para populações negras, de forma que o tema “cotas por baixa renda” no início do debate sobre cotas era pouco aventado. O terceiro tópico trata sobre a trajetória das Políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina, como ela foi implementada, quando foi pela primeira vez e quais eram suas demandas frente ao ensino superior e estudantes negros, indígenas, quilombolas, de baixa renda e oriundos de ensino público. Por fim, o quarto tópico detalha e conceitua a base teórica que sustenta as concepções de configurações familiares, que vem sendo tratada como ponto circunstancial no desenvolvimento das experiências de vida dos sujeitos, pois ter ou não o apoio familiar, e de como se desenrolam seus laços de familiaridade, torna-se ponto crucial para o desenvolvimento escolar e acadêmico dessas/es estudantes, afetando na trajetória e na necessidade de trabalhar para conseguir continuar estudando ou não.

### 2.1 DEMARCANDO CONCEITOS - *DESIGUALDADES INTERSECCIONADAS*

Partimos da defesa de que as Políticas de Ações Afirmativas do Brasil devem ser incentivadas e ampliadas<sup>2</sup>, de forma que essa Política seja capaz de abraçar as *desigualdades interseccionadas* vividas por suas/seus estudantes. Defesa que reconhece que essas Políticas de Ações Afirmativas são de grande ajuda para essas/es estudantes, mas é uma Política minimalista em comparação às mazelas sociais cometidas diariamente e secularmente, contra as populações não-brancas do globo terrestre após o movimento europeu histórico conhecido como grandes navegações.

---

<sup>2</sup> Quando nos referimos a uma ampliação dessas políticas públicas, é para que elas deixem de ser aplicadas somente a vagas universitárias públicas e serem inseridas em cargos profissionais públicos e privados.

Para nos referir as *desigualdades*, consideramos fundamental o uso do termo no plural, pois é preciso considerar o fato de que existem diversas formas em que as *desigualdades* se manifestem nas relações sociais, incorporando múltiplas dimensões:

[...] o termo “desigualdade” é excessivamente abstrato. No mundo social, existem múltiplas desigualdades: entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre categorias de raças, [...] O fenômeno da desigualdade é muito mais complexo do que apenas a sua dimensão monetária. Portanto, entender a desigualdade requer examinar suas múltiplas dimensões. Assim, mais preciso tratar das trajetórias das desigualdades, no plural [...] (ARRETCHE, 2015, p. 6).

Existem diversas formas de viver as desigualdades, seja por racismo, por sexismo, por discriminação econômica, por discriminação em grau de escolarização, por discriminação de identidade de gênero, por discriminação pela orientação sexual e, entre outras formas de discriminações que possam existir.

Quando nos referimos as desigualdades não consideramos somente a categoria econômica, nem somente categoria racial. As *Desigualdades*, no plural, pretendem abraçar também as desigualdades baseadas nas relações de dualidade e binaridades, ou seja, nas relações sociais marcadas por categorias que tornam uns privilegiados e outros oprimidos: branco e não-branco; homem e mulher; cis e trans; rico e pobre; hétero e homo, entre outros.

Existem outras possibilidades entre essas dualidades nas relações sociais; estas não são as únicas. O que queremos destacar nas dualidades, são os opostos que entram em conflito socialmente ou representam uma dualidade entre privilegiado e oprimido, pois aqueles que não recebem privilégios, recebem opressão social e discriminações em “eixos de opressão” (TOLEDO, 2020, p. 17). Toledo (2020) denomina raça, classe e gênero como alguns exemplos desses eixos de opressão.

O termo *Interseccionalidade* tem sido amplamente utilizado para se referir as articulações entre gênero, raça e classe, tendo em comum a compreensão de que análises devem buscar compreender os entrelaçamentos entre as relações sociais/categorias. Para nos referir a *interseccionalidade* buscamos apoio em Alves (2020, p. 31) que afirma: “O termo ‘interseccionalidade’ emergiu no campo de estudos feministas e de gênero como imperativo analítico para lidar com objetos de investigação que visam elucidar desigualdades sociais ou opressões estruturadas a partir da imbricação entre sexo, raça e classe”. Por meio das pesquisas desenvolvidas por Toledo (2020) e Alves (2020), podemos utilizar o termo opressão para designar

um dos efeitos das desigualdades. É dessa configuração, sobre eixos de opressão, que surge o termo oprimido, que dualiza com o termo privilegiado, pois enquanto uns usufruem de privilégios com as desigualdades, outros vivenciam as opressões com as mesmas desigualdades, polarizando entre oprimidos e privilegiados. Para essa discussão, também Collins (2021) nos ajuda ao afirmar:

Os privilégios de raça, classe, gênero e sexualidade, tanto quanto a marginalização associada a essas mesmas categorias, não são entidades separadas, mas refletem relações de poder interconectadas, de sorte que o meu privilégio está intimamente ligado à sua desvantagem e vice-versa. Dado que esse quadro relacional é interseccional, inexistente escapatória possível. Não há uma análise puramente racial ou puramente de gênero. Ao contrário, estamos todos situados numa teia de relações que simultaneamente nos privilegia ou penaliza, a depender da posição social de cada pessoa. (COLLINS, 2021? p. 288).

Patricia Hill Collins, é conhecida por ser a intelectual norte-americana internacionalmente reconhecida, que abriu novas perspectivas para o pensamento feminista negro como teoria social crítica.

No capítulo 4, intitulado “Intersectionality and epistemic resistance” (iacst, Collins, 2019), eu examino como a interseccionalidade nos incentiva a desafiar as hierarquias de poder existentes, que moldam nossa própria capacidade de fazer um trabalho intelectual. Podemos começar pelas experiências particulares, múltiplas em sua tessitura, providas de uma ampla gama de grupos, de modo a analisar um tema comum através de lentes heterogêneas. Por exemplo, a identidade individual, para pessoas usando quadro de referência interseccional, oferece um ponto de partida para a análise. Mas, como a interseccionalidade está sempre em movimento, temos que ir além das particularidades das nossas próprias vidas individuais. Em vez de nos aprofundarmos em como se afiguram as experiências de docentes negros com múltiplas categorias de identidade (essa questão foi respondida pelo grupo), gostaria de confrontar questões novas e assemelhadas: como podemos abordar o caso dos professores homens brancos, que são ao mesmo tempo dominantes por sua posição social, mas que acumulam o privilégio racial? Essa pergunta identifica rapidamente as múltiplas formas através das quais a masculinidade branca é estruturada através das mesmas categorias, por exemplo, o professor homem branco gay, o professor branco em mobilidade social ascendente que ainda lembra como era ser pobre, o professor homem branco que sofreu violência sexual quando era menino, ou o professor homem branco que continua perseguido pelo estupro de sua mãe. (COLLINS, 2021 p. 289).

Como exposto por Collins (2021), existem muitas maneiras de se viver desigualdades, inclusive pertencendo a grupos privilegiados. As Ações Afirmativas foram idealizadas para cumprir com a reparação histórica e cultural dos malefícios e das desigualdades decorrentes da escravidão de pessoas negras. Nesse contexto, devemos considerar que além da escravidão ter sido forjada com base no debate étnico-racial, ela também foi forjada no bate de gênero, pois negros eram usados

como mão de obra escravizada e as negras eram usadas como domésticas e produto sexual. Não se tratava somente de ser negro, tratava-se de ser homem negro para trabalhar como mão de obra em lavouras, e de ser mulher negra para trabalhar como doméstica e para ser vista e usada como produto sexual, tanto que a democracia racial de Gilberto Freire foi baseada na política do estupro de mulheres negras.

Nesta pesquisa estamos propondo focalizar as desigualdades de forma interseccionada, privilegiando diferentes tipos de desigualdades sociais. A partir de um olhar para as *desigualdades interseccionadas*, realizar análises sociológicas que buscam colocar em pauta e em articulação as desigualdades encontradas. Essa proposta busca se fundamentar em fatos sociais em que se observam as *desigualdades interseccionadas*.

Com base nessa perspectiva de análise, não bastaria dominar empiricamente ou teoricamente – por exemplo – o tema da desigualdade racial, mas também as desigualdades referentes as identidades de gênero, orientação sexual, classe econômica, desigualdade educacional, entre outras formas de desigualdades que possam existir. É também necessário compreender a interconexão que possa existir entre todas essas formas de desigualdades que se acumulam em alguns indivíduos de nossa Sociedade Mundial<sup>3</sup>.

A identidade do indivíduo é fortemente construída sob as *estruturas estruturantes* da sociedade como indica Bourdieu (2009), sendo que o peso destas estruturas sociais pesa *um pouco* mais sobre os indivíduos do que a agência dos indivíduos sobre a sociedade. A sociedade para Bourdieu (2009), tem um peso maior sobre a construção da identidade dos indivíduos do que a ação, agência dos indivíduos para alterar as estruturas da sociedade onde eles vivem. Os indivíduos reproduzem as estruturas opressoras – os eixos de opressão estruturados segundo Alves (2020, p. 31) “[...] por meio de preconceitos, discriminações e racismo, atingindo outros indivíduos, gerando então desigualdades nas relações sociais”. Os indivíduos que formam os opostos dessa binaridade não recebem as mesmas oportunidades, nem os mesmos privilégios sociais, uns são aqueles que produzem e reproduzem esses padrões nos eixos de opressão e outros, os que sofrem (também resistem) às

---

<sup>3</sup> Gosto do termo *Weltgesellschaft* de Luhmann (Sociedade Mundial), pois, a partir desse termo podemos exprimir todos as consequências da imposição da modernidade em todos os continentes. A ideia da sociedade moderna pode ser utilizada não somente a favor desse movimento, mas para mostrar os prós e contras causados pela imposição de uma ética e moral *cristã-cisheteropatriarcal*.

suas consequências em formas de desigualdades sociais. De acordo com Venturini (2018 p.138, grifo meu) “[...] *privilégios são transmitidos de forma hereditária* e [...] suas conquistas não são dependentes exclusivamente do mérito individual”.

Podemos concluir: já que privilégios são transmitidos de forma hereditária, as opressões também são, pois se tratam de uma relação binária: a ausência de privilégios torna-se opressão, fazendo com que seus “fracassos” perante a ótica segregadora da sociedade, não sejam exclusivamente falta de mérito individual.

As desigualdades se estruturam na sociedade a partir de condições de privilégios sociais. Em nossa sociedade contemporânea, estar na condição de branco, homem, cis gênero, rico, ter uma educação de qualidade, ter uma família que te apoie em sua orientação sexual e entre outras, são formas de privilégios. Definitivamente, ser branco em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural é ser privilegiado.

Devemos entender que existem outras formas de opressões, que podem ser vivenciadas por pessoas brancas também. Pensar as desigualdades de forma interseccional é saber entender que, mesmo uma pessoa fazendo parte de um grupo de privilégio, essa pessoa também pode pertencer a grupos que sofrem e resistem com as opressões.

Uma pessoa que pertence a grupos que sofrem e resistem com as opressões também podem pertencer a grupos de privilégios. Estar em um grupo de pessoas que vivencia privilégios não desqualifica as opressões estruturadas vividas por esses sujeitos em outros eixos de opressão, que mesmo com privilégios, são sujeitadas a violências e opressões por outros estigmas sociais.

De acordo com Durkheim (1999), se as heranças pertencessem ao Estado, não existiriam tantas desigualdades, pois o dinheiro não seria passado para seus sucessores, mas sim, destinado ao Estado, que poderia investir essas heranças em prol de melhorarias na sociedade. Teríamos, portanto, uma forma mais justa de capitalismo? Um Capitalismo sem direito a herança.

Dessa forma, encaramos as desigualdades como múltiplas, existindo várias relações sociais que se caracterizam como desiguais. Uma relação desigual é uma relação assimétrica em algum sentido, onde pelo menos uma das partes recebe determinado privilégio social e outras partes são oprimidas por serem como são – por serem distintos do que a norma *Cisheteropatriarcal*<sup>4</sup> e *cristã* estipula. As

---

<sup>4</sup> O termo utilizado por Carla Akotirene (2019) em seu livro *Interseccionalidade*, para se referir ao sistema político modelador da cultura e dominação masculina que expressa por meio de opiniões e

desigualdades impõem, portanto, um privilégio social para determinados indivíduos, resultando em preconceitos, racismo e discriminação social contra grupos de pessoas que não se enquadram nas expectativas geradas socialmente sobre elas. Com base nessa perspectiva, por exemplo, homens negros, tem poucas condições de privilégio social e sofrem as consequências sociais do racismo e do sexismo em que se espera que tenham uma postura distinta da de mulheres negras ou de homens brancos:

Mais do que qualquer outro grupo de homens em nossa sociedade, os homens negros são muitas vezes concebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais. Sob a visão estereotipada do racismo e do sexismo que os veem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós que crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco inteligentes) [...] quando um homem negro pensava demais, ele passaria a ser visto como uma ameaça pelo mundo racista [...] Homens negros bem-educados tinham aprendido a atuar como incultos, iletrados e ignorantes em um mundo onde um negro inteligente corria o risco de ser punido (HOOKS, 2015, p. 677).

A partir do excerto de bell hooks (2015), percebemos a relevância de não se optar e analisar apenas uma desigualdade específica, como a desigualdade racial ou desigualdade de gênero. Mas a partir de uma perspectiva interseccional poder lidar melhor com o tema desigualdades e não somente com o recorte escolhido de desigualdade para pesquisar. É importante compreender que as desigualdades podem ser encaradas como múltiplas e, nenhuma condição social de desigualdade isolada, supera condições de desigualdades múltiplas, sendo que estas podem ser distintas e simultâneas.

A necessidade de compreender e analisar as *desigualdades interseccionadas* para o aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil é movimento crucial para conseguirmos compreender melhor esse sistema de opressão em que vivemos: que fornece privilégios a uma minoria de indivíduos e oprime a maioria dos indivíduos de nossa sociedade mundial. Compreender a importância das múltiplas desigualdades que se interconectam na implementação de Políticas Públicas das Ações Afirmativas é saber compreender que existem diversas formas de um indivíduo ser afetado, negativamente, pelas desigualdades estruturadas da nossa sociedade. Devemos considerar também a família como uma estrutura constituinte da sociedade, onde pais são obrigados, perante a lei, a prover, proteger e cuidar de seus filhos,

---

atitudes, superioridade em relação as mulheres, que impõe papéis de gênero baseados em identidades binárias e nas masculinidades e feminilidades hegemônicas.

compromisso que geralmente não acontece da melhor forma com filhas/os que se identifiquem como pertencentes a comunidade LGBTQIA+.

## 2.2. SOBRE A NECESSIDADE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS COMO FORMA DE REPARAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL

Foram inúmeras as consequências prejudiciais para os povos originários de cada continente (com exceção da Europa) no processo e configuração da colonização, que privilegiou colonizadores europeus, e oprimiu populações originárias da África, Américas do Sul, Central e do Norte, Oceania e da Ásia.

A exploração colonizadora de pessoas brancas empoderadas não acabou. Essa dominação vem sendo construída e mantida ao longo dos anos, ao longo dos séculos. A República Federativa do Brasil oprime e reprime, diariamente, pessoas em situações de vulnerabilidade social através de resquícios da dominação colonial que agem de forma estrutural em nossa sociedade. As Políticas de Ação Afirmativas suprem o mínimo das condições de desigualdades que essas pessoas estão submetidas socialmente.

As Políticas de Ações Afirmativas são políticas públicas que buscam dar pé de equidade no acesso a cargos públicos, cargos políticos e vagas em universidades públicas do Brasil para pessoas negras, indígenas, pessoas de baixa renda, oriundos de escolas públicas e pessoas com deficiência.

As Políticas de Ações Afirmativas foram idealizadas, como exposto por Munanga (2001), como cotas raciais para pessoas negras. Munanga (2001) interseccionava em seu discurso, as desigualdades e dificuldades vividas por estudantes negros e pobres, diferentemente de estudantes brancos e pobres. Esse era, no início, o argumento para a implementação e elaboração das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil.

Vale ressaltar a importância e o impacto da escravidão no imaginário social brasileiros e como esse processo cruel e opressor marcou as estruturas sociais de nosso país e do mundo, o que justifica a implementação das Políticas de Ações Afirmativas com cunho central marcado no quesito racial para aplicação dessas Políticas Públicas. É importante notar a centralidade e intensidade dos efeitos da escravidão das populações negras no Brasil e, na América Latina de forma mais

ampla, e como isso influenciou o debate inicial sobre Políticas de Ações Afirmativas no Brasil.

No caso brasileiro, para além de um recorte baseado na classe social, a questão racial sempre foi um ponto nevrálgico para compreendermos as formas de acesso às universidades públicas. Esta questão encontra-se diretamente ligada à situação colonial vivenciada no Brasil, e na América Latina de forma mais ampla, como pondera Quijano (2010), a questão racial foi uma das mais centrais no processo de dominação colonial. Entretanto, como nos chama a atenção Mignolo (2005: 37): Que a etno-racialidade seja o ponto de articulação do imaginário construído no e a partir do circuito comercial do Atlântico, não exclui os aspectos de classes, os quais estavam dados desde o começo nas fases e na transformação pela qual passou a escravidão, em relação a como era conhecida no Mediterrâneo, a partir de 1517, quando se transportaram da África os primeiros quinze mil escravos. E tampouco nega os aspectos de gênero sexual e de sexualidade que analisou Tressler recentemente. É que a etno-racialidade transformou-se na engrenagem da diferença colonial configurada a partir da expulsão dos mouros e dos judeus, dos debates sobre o lugar dos ameríndios na economia da cristandade e, por último, pela exploração e silenciamento dos escravos africanos. Foi com e a partir do circuito comercial do Atlântico que a escravidão se tornou sinônimo de negritude (OLIVEIRA, 2017, p. 63).

Tais Políticas Públicas, podem ser consideradas uma afronta aos princípios da modernidade – princípios ideológicos sexistas, racistas, cristãos, heteronormativos e colonizadores. De acordo com Oliveira (2017, p. 66) “[...] acredito também que as ações afirmativas nos permitem realizar uma crítica à modernidade”.

Venturini (2018 p.125) expõem que:

As ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em favor de pessoas pertencentes a grupos discriminados e têm por objetivo combater desigualdades e discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, de modo a proporcionar um aumento do acesso a posições importantes e tornar sua composição mais representativa do perfil demográfico da sociedade (GEMAA, 2011). **Elas foram aplicadas no Brasil para corrigir, pelo menos parcialmente, a profunda desigualdade de classe e de raça produzida pelo sistema educacional brasileiro**, que fazia com que as vagas nas universidades públicas, especialmente nos cursos de maior prestígio e mais disputados, fossem preenchidas quase que exclusivamente por estudantes brancos oriundos de escolas particulares (VIEIRA, 2006, p. 376, grifo nossos).

Dessa forma, podemos referir-nos às Políticas de Ações Afirmativas como Políticas Públicas que buscam erradicar as desigualdades sociais, agindo sobre as condições de discriminações étnico-raciais, discriminações religiosas – mais especificamente às religiões de matrizes africanas e dos povos originários do Brasil –, discriminação de identidade de gênero e econômica. Para Oliveira (2017, p. 64 grifos nossos);

[...] a justificativa principal para a ação afirmativa é criar chances de mobilidade para grupos desfavorecidos em uma sociedade de alta desigualdade por meio do ingresso na universidade pública. Isso fica claro pela quase totalidade dos entrevistados brasileiros concordarem com afirmações como «a meta da ação afirmativa é criar oportunidades de mobilidade social para grupos desfavorecidos»; «o papel principal da universidade pública é aceitar estudantes que não podem pagar universidades privadas»; e **«a distribuição de estudantes em universidades públicas deve corresponder ao perfil racial e socioeconômico da população»**. (Silva, 2006: 143).

A frase grifada na citação acima está longe de se tornar uma realidade no Brasil, tendo em vista que:

[...] os negros (pretos e pardos) representam apenas 15,2% dos doutores titulados e 19,3% dos mestres, o que corresponde a 18,1% do total de titulados na pós-graduação (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015, p. 45; ARTES, 2016, p. 47). Isto é, a despeito de uma mudança perceptível na divisão de vagas, a participação destes grupos na pós-graduação está longe de espelhar sua composição racial da população brasileira. (VENTURINI, 2018 p.126).

Os dados ratificam que a questão racial ganha centralidade nas Políticas de Ações Afirmativas. Munanga (2001) já ressaltava que o grande debate sobre a implementação das Políticas de Ações Afirmativas era de caráter quase exclusivo de cotas para as populações autodeclaradas como Negras (Pretos e Pardos). Para Oliveira (2017, p. 64) a questão racial emoldurada pelo projeto colonial é peça fundamental para a compreensão da sociedade brasileira:

Se compreendemos que a questão racial, emoldurada pelo projeto colonial aqui implantado, é uma peça fundamental para a compreensão da sociedade brasileira, isso significa, por consequência, que é também peça fundamental na compreensão da dinâmica educacional brasileira (OLIVEIRA, 2017, p. 64).

Como citado por Munanga (2001, p. 31-32), as Políticas de Ações Afirmativas são denominadas de; “[...] equal opportunity policies, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias”. Essas Políticas foram pensadas visando compensar e combater a desigualdade racial existente em países colonizados. No Brasil atual, as Políticas de Ações Afirmativas se estendem para além desse perfil, definindo ou redefinindo a vida de indivíduos em situações desiguais no âmbito educacional, racial e econômico.

Desde 2003, instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país começaram a instituir políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e, ainda, para alunos oriundos de escolas públicas. Tais políticas não ficaram restritas aos cursos de graduação, tendo sido adotadas também para ingresso em alguns cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado,

doutorado e mestrado profissional) de universidades públicas (VENTURINI, 2018 p. 122).

As Políticas de Ações Afirmativas tentam amenizar as condições de desigualdades educacionais, raciais e econômicas no Brasil, dando oportunidade de acesso a vagas em Universidades Públicas do Brasil para estudantes autodeclarados etnicamente como Pretos, Pardos ou Indígenas, para estudantes com renda *per capita* abaixo de 1,5 salários mínimos, para estudantes oriundos de escolas públicas no Brasil, com exceção dos Institutos Federais, e Vagas para deficientes.

No Brasil, as Políticas de Ações Afirmativas interseccionam os quesitos e condições de desigualdades étnico-racial, desigualdades econômicas e desigualdades no processo de escolarização das crianças, permitindo que estudantes possam pertencer a esses três grupos de desigualdades sociais. Estudantes com mais perfis de desigualdades, competem contra aqueles com os mesmos perfis, estudantes com somente um perfil de desigualdade social, competem entre si, de forma a gerar uma equidade na competição dentro das próprias vagas reservadas para as Ações Afirmativas.

[...] como pensa Habermas, a resistência do modernismo político, que acostumou a tratar igualmente seres e grupos diferentes ou desiguais, em vez de tratá-los especificamente como desiguais (HABERMAS, 1998, p. 285). Visto deste ângulo, não vejo como tratar, falando de políticas públicas numa cultura e sociedade racista, igualmente os negros pobres e os brancos pobres, quando uns são duplamente discriminados e outros discriminados uma única vez. (MUNANGA, 2001, p. 36).

Por este motivo é que existem vagas para estudantes autodeclarados como Pretos, Pardos ou Indígenas. Venturini (2018) afirma que é possível notar que as ações afirmativas tiveram um efeito positivo sobre a inclusão de estudantes negros no ensino superior: “Segundo a nota da Secretaria, se em 1997 pretos e pardos representavam 1,8% e 2,2% dos jovens de 18 e 24 anos que cursavam ou haviam concluído o ensino superior, respectivamente. Em 2013 essas proporções haviam subido para 8,8% e 11%” (VENTURINI (2018 p.126).

### 2.3. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC

Contextualizando as Políticas de Ações Afirmativas em Santa Catarina, fizemos uma pesquisa a esse respeito no site oficial da Universidade Federal de Santa

Catarina<sup>5</sup>, e dessa página retiramos uma citação que se refere ao que são as Ações Afirmativas:

As AÇÕES AFIRMATIVAS são medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas de cunho temporário ou não. Tais medidas pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico, de modo que essas medidas aumentam e facilitam o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidade. É importante também não perder o foco, pois entre os fatos que nos levam a pensar na implantação das ações afirmativas existe o agravante do baixo nível de formação e capacitação do ensino fundamental e médio nas escolas públicas do Brasil. Ainda que essa problemática esteja arraigada em nossa historicidade, necessitamos de algumas respostas imediatas a essas demandas, por isso a importância de discutir e debater as causas faz-se necessária. Entender de forma ampla e consciente as Ações Afirmativas é também questionar o passado, efetivar o presente e planejar o futuro de forma consciente.

Na sequência o texto explicativo, traz uma citação de Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2001, p. 6-7) que assim define Políticas de Ações Afirmativas:

Consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física e situação socioeconômica (adição nossa). Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, **têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano** [1] (GOMES, 2001, p. 6-7. Grifos meus).

Dando continuidade a nossa pesquisa virtual, no site do oficial da Universidade tivemos acesso a historicidade das Ações Afirmativas no Brasil. Ao conhecer um pouco desse percurso histórico compreendemos que se trata de uma luta que vem sendo travada a praticamente há 55 anos, que só ganha viabilidade no Governo Dilma em 2012.

Historicamente as políticas públicas brasileiras são caracterizadas como sendo de cunho assistencialista para combater a pobreza. Mediante a exigência de movimentos sociais, que propunham a participação mais ativa do Poder Público em

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada em 20/01/2022 às 17:59 horas foi acessada a página <https://acoes-afirmativas.ufsc.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>.

relação às questões de nação, gênero e etnia, o intuito era encontrar soluções para tais questões ligadas as desigualdades múltiplas<sup>6</sup>, através de Ações Afirmativas.

O debate entorno das Ações Afirmativas foi elaborado a partir de 1968, através do Ministério do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho, quando técnicos posicionaram-se a favor da criação de uma lei que exigisse vagas de emprego destinadas a trabalhadores afrodescendentes, no entanto, a lei não foi efetivada.

Somente em 1980 houve a primeira formulação de lei que contemplasse uma reparação histórica como proposto em 1968. Essa lei foi formulada de modo a contemplar políticas de caráter compensatório diante da questão da população de afrodescendentes no Brasil. A intenção era combater a discriminação e o racismo.

A lei visava reservar de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil.

Porém esse projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Com isso começaram a surgir mobilizações em prol do que seriam hoje as Ações Afirmativas. As mobilizações continuaram através do Movimento Negro, que na época já denunciavam o “mito da democracia racial” na obra Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire.

No ano de 1988, através da abertura política e implantação da Constituição Federativa, o artigo 37 estabelece percentual de vagas em cargos públicos para pessoas com deficiência. A partir de então começam as primeiras deliberações em torno da política de ações afirmativas.

Essas primeiras iniciativas de criação de Ações Afirmativas, apontaram para algumas desigualdades em eixos de opressão tais quais: etnicidade, gênero e capacitismo. No ano de 1995 foi adotado, nacionalmente, a primeira política de cotas, correspondendo à reserva de 30% das vagas para as mulheres exercerem atividade em cargo político.

---

<sup>6</sup> Aqui cabe um esclarecimento, para nós, *desigualdades múltiplas* difere-se de *desigualdades interseccionadas*. O termo, *desigualdades múltiplas* é uma terminologia criada por nós para nos referir as desigualdades como múltiplas, porém não interligadas, sendo cada desigualdade enxergada como singular, sem que exista uma relação entre os diferentes tipos de desigualdades.

Em 1996 foi realizada a “Marcha Zumbi” que mobilizou uma parcela considerável da população Brasileira. Ainda neste mesmo ano foi lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos, onde desenvolveu-se Ações Afirmativas com o objetivo de promover o acesso aos cursos de graduação e tecnólogos de ponta, como também a elaboração de políticas públicas compensatórias para a comunidade negra.

Foram apresentadas algumas propostas: bolsas de estudo; pagamento de indenizações para os descendentes de escravizados; o dever do governo em garantir a presença de pessoas negras nas instituições públicas de ensino em todos os níveis; a criação de um Fundo Nacional para o desenvolvimento de tais ações; e criação de ações afirmativas voltadas para determinados grupos étnicos. Os projetos estabelecidos eram voltados para os eixos de opressão etnicidade e classe social. Com relação aos grupos étnicos eram priorizados pessoas negras, indígenas, pessoas em situação de baixa renda e estudantes de instituições públicas de ensino.

Em seu artigo *O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007)* Tragtenberg (2012, p. 219) “[...] traça o histórico e uma interpretação do processo de construção do Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (PAA/UFSC)” e explica que a UFSC decide adotar, voluntariamente, reserva de vagas para alunos optantes de Ações Afirmativas a partir do ano de 2008, quando uma média de 40% das Universidade Federais do Brasil já haviam adotado tais políticas.

Inicialmente a Universidade Federal de Santa Catarina adota em 2008 o PROGRAMA de Ações Afirmativas, distinto das POLÍTICAS de Ações Afirmativas que foi incrementado em 2012 no governo Dilma pela Lei de Cotas (Lei 12.711 de 29/08/2012). O que distingue o *Programa* da *Política* é que a primeira (o programa) não era uma medida obrigatória, mas sim uma opção da Universidade Federal de Santa Catarina em aderir com essa causa social. Quando são implementadas as Políticas de Ações Afirmativas em 2012, torna-se obrigatório que todas as Universidades Federais do Brasil adotem gradativamente, 12,5% ao ano, até alcançar 50% de vagas reservadas para pessoas oriundas de Ensino Médio Público (com exceção dos Institutos Federais).

As Políticas de Ações Afirmativas adotadas pela Universidade Federal de Santa Catarina assumem características impares dentro do contexto nacional quando comparado às demais Instituições do gênero. O ano de 2008, foi o ano de adesão das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina por meio do Programa

de Ações Afirmativas, que a partir do referido ano, até o ano de 2012, foram adotadas 30% de vagas reservadas. Desses 30% de vagas reservadas, 20% delas eram direcionadas a estudantes com Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas e 10% de vagas reservadas para alunos negros com Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas de ensino.

Em agosto de 2012 foi implementada a Lei de Cotas (Lei 12.711 de 29/08/2012), que determinou que as Universidade Federais do país tinham até 2016 para adotarem, gradativamente, – 12,5% ao ano – 50% de vagas reservadas para as Políticas de Ações Afirmativas. No ano de 2014 a Universidade Federal de Santa Catarina adotava 35% de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas. Deste percentual 25% das vagas eram reservadas através da Lei de Cotas, e os 10% restantes de vagas foram adotadas por políticas internas da UFSC, onde essas vagas eram reservadas para alunos negros com prioridade àqueles que estudaram em instituições públicas de ensino.

Podemos perceber que a Universidade Federal de Santa Catarina sempre se esforçou para ir além da obrigatoriedade das Políticas de Ações Afirmativas, dando oportunidade de ingresso de mais estudantes com perfis de desigualdades interseccionadas.

No ano de 2021, existiam vagas raciais específicas para estudantes negros, para estudantes vinculados às populações indígenas e para estudantes quilombolas. Estas vagas não fazem parte das políticas Federais exigidas pela Lei 12.711 de 29/08/2012. Essas vagas se diferenciam das vagas dispostas pelas P.A.A, por serem vagas suplementares e, não um percentual de vagas reservadas para este perfil de estudantes. A Universidade Federal de Santa Catarina oferece 50% de vagas reservadas para às Políticas de Ações Afirmativas; 22 vagas suplementares dentro da Universidade Federal de Santa Catarina com um máximo de 3 vagas por curso de graduação para estudantes vinculados à populações indígenas; 9 vagas suplementares para estudantes quilombolas; e 2 vagas suplementares por curso de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para estudantes negros, independentemente de suas trajetórias escolares.

As Políticas de Ações Afirmativas reservam 50% das vagas totais da Universidade Federal de Santa Catarina para estudantes que optaram em se inscrever no vestibular através desta política pública. Portanto, um total percentual de vagas igual à 50% são prioritárias para estudantes que cursaram o Ensino Médio em

instituições públicas. Nesses números, 25% das vagas oferecidas pela Universidade Federal de Santa Catarina são reservadas para candidatos com renda familiar menor do que um salário mínimo e meio *per capita* (até 1,5 salários mínimos per capita). E os 25% restantes estão reservados para candidatos com renda familiar acima de um salário mínimo e meio per capita (acima de 1,5 salários mínimos per capita). Alcançando 50% das vagas prioritárias para estudantes oriundos de Ensino Médio em instituição pública.

Existem outras divisões além dessas divisões econômicas de renda familiar dentro desses 50% reserva de vagas estabelecidas pela Lei de Cotas. Uma fração de 16% das vagas totais da universidade deverá ser preenchida por estudantes autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas. Essas vagas correspondem às vagas reservadas para os autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas. Portanto, foram 16% de vagas reservadas para estudantes autodeclarados P.P.I oriundos de Ensino Médio público, e o restante das 34% das vagas foram para estudantes oriundo de ensino público sem recorte racial.

Esse percentual de 16% de vagas reservadas para estudantes optantes de Ações Afirmativas Pretos, Pardos ou Indígenas equivalem à soma percentual apresentada pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2016 de pretos, pardos e indígenas autodeclarados no estado de Santa Catarina. O intuito de reservar esse percentual de vagas é fazer com que todos os estados brasileiros adotem o percentual de autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas como vagas reservadas para as Ações Afirmativas de acordo com o percentual de autodeclarados desses recortes raciais em seus estados.

Percentualmente, o exposto acima representa a divisão correta feita dentre todas as vagas existentes na Universidade Federal de Santa Catarina. Porém o que dificulta a compreensão é a entrada no curso da Universidade Federal de Santa Catarina através do vestibular COPERVE ou pelo ENEM. Um total de 70% das vagas da UFSC são oferecidas através do processo seletivo do Vestibular COPERVE Universidade Federal de Santa Catarina. As vagas restantes que correspondem a 30%, são oferecidas através do SISU, que seleciona estudantes através da prova do ENEM.

Em cada uma dessas formas de ingresso no vestibular, são reservadas as vagas para as Ações Afirmativas (50%). Ou seja, considerando as vagas totais da Universidade Federal de Santa Catarina como 100% e as vagas do Vestibular

Universidade Federal de Santa Catarina como 70%, as cotas através do vestibular Universidade Federal de Santa Catarina correspondem a 35% das vagas totais (tendo em vista que 35% é a metade de 70%). Dentre as vagas oferecidas através do SISU, as quais correspondem a 30%, um percentual igual a 15% é reservado para estudantes optantes de Ações Afirmativas. Ou seja, o percentual de 35% de vagas reservadas através do Vestibular Universidade Federal de Santa Catarina, somado ao percentual de 15% de vagas reservadas através do SISU, representam, conjuntamente, a soma de 50% de vagas reservadas para estudantes ingressantes por meio das Políticas de Ações Afirmativas exposto no item anterior. Em ambas formas de ingresso os percentuais e modalidades descritas permanecem inalterados.

Além das vagas obrigatórias determinadas por lei Federal, foram implementadas, especificamente na Universidade Federal de Santa Catarina, duas vagas suplementares por curso de graduação (totalizando 200 vagas dentro da universidade) para estudantes negros, sendo o pré-requisito para essas vagas somente o recorte racial, independentemente da trajetória escolar.

De acordo com membros da Comissão das Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina, essas vagas existem pelo fato de o racismo ainda estar presente na vida de pessoas negras e as desigualdades raciais ainda existirem tanto para negros de baixa renda quanto para sujeitos negros de alta ou média renda.

Além disso, existem aquelas/es estudantes que não conseguiram terminar o Ensino Médio regular e optaram por um supletivo escolar, o que, nesse caso, desqualifica o estudante na modalidade *Ensino Médio completo em escolas públicas*, fazendo com que a/o estudante não tenha direito a nenhuma das vagas oferecidas pelas Ações Afirmativas e, além de tudo, a/o estudante não teve um ensino adequado nos supletivos escolares para conseguir ingressar em algum curso da Universidade. Portanto, as vagas suplementares para negros buscam corrigir a desigualdade racial como reparação histórica da escravidão. O fato de uma pessoa negra ter tido condições de estudar em uma escola particular não diminui a desigualdade racial do racismo estrutural que irá operar na vida do sujeito. Estudar em uma escola particular e ser negro, não trará a dificuldade econômicas nem as desvantagens de estudar em ensino público, como acontece quando a pessoa é negra, de baixa renda e ensino público – interseccionando as desigualdades – mas as condições racistas serão as mesmas.

Além das modalidades por recorte racial e por trajetória escolar, são oferecidas 22 vagas para estudantes provenientes de povos indígenas, com o máximo de 3 estudantes indígenas por curso de graduação. De forma similar são dispostas 9 vagas suplementares para estudantes pertencentes a povos quilombolas.

Em uma reunião realizada com o diretor da Secretaria das Ações Afirmativas e Diversidades da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2017, na época da realização do Trabalho de Conclusão de Curso, o diretor informou sobre o preenchimento das vagas suplementares por estudantes negros. O que foi relatado foi um déficit da procura de estudantes negros nessa modalidade. Segundo os dados, das 200 vagas suplementares oferecidas para estudantes autodeclarados negros, 97 delas foram preenchidas no ano de 2017, e o restante de vagas – 103 – não foram realocadas para estudantes optantes de outras modalidades. Isso deriva da ausência de estudantes negros inscritos no Programa de Ações Afirmativas para vagas suplementares UFSC.

A partir do ano de 2022 a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades torna-se a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade “[...] criada em 2022, pela Resolução Normativa nº 165/2022/ do CUn, de 26 de julho de 2022, a partir da transformação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD)”. A função da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade é:

Planejar, implementar, coordenar, e consolidar Programas de Ações Afirmativas que visem ampliar condições para o acesso e a permanência, de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social e/ou integrante de comunidades tradicionais historicamente excluídos do ensino superior, com vistas a contribuir para a promoção social pela educação.

A transformação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades em Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade traz mais autonomia e poder de decisão para assuntos ligados as Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina, podendo ser considerado mais um passo importante nesse movimento de consolidação do Programas de Ações Afirmativas visando ampliar as condições para o acesso e a permanência ao Ensino Superior.

## 2.4 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: PERTINÊNCIA DAS *DESIGUALDADES INTERSECCIONADAS*

Existe uma ponderação a ser feita com relação as Políticas Públicas quando elas são vinculadas a pessoas com deficiência física como aponta Venturini (2018). Nessa condição, por exemplo, estudantes com deficiência não podem interseccionar o quesito deficiência física com o perfil de pessoas autodeclaradas Pretas, Pardas ou Indígenas, que sofrem com o racismo e com a discriminação por serem deficientes, sofrendo duplamente as desigualdades sociais. Essa sistemática coloca Pessoas Brancas com Deficiência no mesmo patamar de políticas de acessibilidade que Pessoas Não-Brancas com Deficiência, o que é um equívoco.

O caso revela, que ainda necessitamos aperfeiçoar as Políticas de Ações Afirmativas seguindo a indicação de Venturini, (2018, 124): “É comum que problemas não previstos na fase de formulação surjam durante a implementação da política e exijam que os implementadores façam adaptações ao desenho original”.

Propor uma forma de quantificar as desigualdades sociais que recaem sobre um indivíduo parece uma tarefa difícil, mas é preciso não desistir. Quantificar as desigualdades sociais que se interseccionam na vida desse indivíduo é uma tarefa perspicaz, mas possível.

Já mencionado por Munanga (2001), os negros pobres são duplamente discriminados quando comparamos estes com os brancos pobres ou negros ricos. Quanto mais formas e condições de desigualdades se interseccionam na vida de alguém, provavelmente, mais desigual é a vida desse indivíduo. Maiores serão as possibilidades de vivenciar condições e situações de preconceitos, discriminações e racismo.

Quantificar a condição de desigualdade de um indivíduo é importante para compreendermos que não devemos observar as desigualdades sociais por um único ângulo, mas que podemos observar essas desigualdades que se interseccionam, por diversos ângulos. Outro aspecto importante de se notar quando propomos quantificar as condições de desigualdades que recaem sobre um indivíduo, é compreender que não podemos dizer que uma pessoa vivencia mais ou menos as condições de desigualdades pelo quesito etnia influenciar menos ou mais do que o quesito identidade de gênero por exemplo.

Nesse sistema, ao propor quantificar as desigualdades, consideramos que todos os eixos de opressão têm relevância idêntica. Não consideramos pertinente que o sistema objetive julgar qual condição de desigualdade é mais severa, mas sim, compreender a quantidade de desigualdades que se interseccionam na vida dos indivíduos.

Julgamos procedente pensar que todas as desigualdades vividas pelos indivíduos<sup>7</sup> pesam e atrapalham com a mesma severidade no dia a dia dos sujeitos<sup>8</sup>. Um indivíduo pode vivenciar mais condições de desigualdade que outro. Afirmar tal sentença não representa que indivíduos não-branco vivenciem com mais severidade as desigualdades do que uma mulher cis gênero. Mas, que pessoas com mais perfil de *desigualdades interseccionadas* vivenciam com mais severidade as desigualdades sociais que aquelas com menos perfil de desigualdades.

Exemplo; um homem negro sofre mais com o racismo do que uma mulher branca sofre com o machismo. Se sim, é por possuir mais desigualdades em quesito numérico – pensando que uma pessoa transgênero negra possui mais desigualdade numérica, pois sofre com desigualdades por ser transexual e por ser negro, em comparação com uma mulher branca cis gênero que sofre com a desigualdade por ser mulher ou um homem negro que sofre desigualdade por ser negro, mas, não por nenhum quesito a mais. Neste exemplo, estamos pensando em pessoas com o mesmo nível sócio econômico e mesmo nível educacional.

O que ocorre comumente, mas existem exceções, é que as condições de desigualdade étnico-racial vividas por pessoas negras se interseccionam com classe econômica, pois pertencem ao grupo de baixa renda e, ainda, ao grupo de baixo nível de escolarização, sofrendo dessa forma, triplamente com as desigualdades sociais: por ser negro, por ser pobre e por não ter acesso à uma educação de qualidade.

---

<sup>7</sup> Quando utilizamos o termo Indivíduo, fazemos referência aos estudos de Norbert Elias, *Sociedade dos Indivíduos*. Nessa reflexão o autor compara os indivíduos de uma sociedade com notas musicais e a sociedade como a composição das notas em uma melodia. De forma semelhante o autor compara os indivíduos com tijolos e a sociedade com a edificação de uma estrutura (casa, prédio, estabelecimento etc).

<sup>8</sup> Para dualizar com o termo Indivíduo, o termo Sujeito é referenciado em Michel Foucault na sua obra *Micro Física do Poder*, onde os sujeitos são sujeitados a situações, condições e expectativas sociais e familiares. De forma semelhante os sujeitos se assujeitam a determinadas condições por repetirem ciclos viciosos em sociedade. Se uma pessoa se acostuma, negativamente, com uma situação desigual, ela provavelmente irá reproduzir suas ações afim de não despertar gatilhos sociais em demais indivíduos da sociedade que possam desencadear em repressões sociais pelas condições de desigualdade que o sujeito em questão está inserido. Na sentença da anotação, queremos exprimir a condição de sujeição e assujeitamento que estão inseridos os indivíduos que vivenciam as desigualdades interseccionadas em nossa sociedade.

Quando nos debruçamos sobre Políticas de Ações Afirmativas, como afirma Munanga (2001), tratamos de políticas de integração e acessibilidade social, dessa forma, o estudo sobre as desigualdades pode interseccionar as diversas desigualdades vividas pelos indivíduos.

Podemos conceber as Políticas de Ações Afirmativas lançando mão das *desigualdades interseccionadas* em todos os âmbitos de suas aplicações, sejam para ocupação de cargos políticos ou para vagas em Institutos e Universidades Federais. Em nossa pesquisa privilegiamos as Políticas de Ações Afirmativas em Universidades Federais. Quantificar a *desigualdades interseccionadas* de estudantes concorrentes às vagas de acesso ao nível Superior em Universidades Federais, é de suma importância para compreender os desafios propostos na vida dos estudantes a partir da ótica das *desigualdades interseccionadas*.

A polêmica das *desigualdades interseccionadas* nas vagas para acesso a essas instituições, se dá a partir de pessoas autodeclaradas Pretas, Pardas ou Indígenas com deficiência física, que devem optar pelo recorte racial, ou pela vaga para pessoas com deficiências. Este caso específico, coloca em evidência a relevância da *interseccionalidade*, ou seja, por que não possibilitar que pessoas negras também possam se inscrever pelo recorte racial e, ao mesmo tempo como pessoa com deficiência? Esta é, por exemplo, uma problemática na sistemática da aplicação das Políticas de Ações Afirmativas nessas instituições Federais.

Encontrar uma problemática na elaboração de um sistema de acessibilidade é positivo, pois existe um olhar de fiscalização com vistas a aperfeiçoar a forma com que essas políticas sejam aplicadas. Já nos alertou Venturini (2018), sobre a existência da necessidade de adaptações ao desenho original das políticas públicas ao identificar problemas não previstos na fase de formulação.

O tema das *desigualdades interseccionadas*, busca lançar o olhar para as condições de desigualdades que um indivíduo vivencia, e que não são únicas, ou seja, não existe uma única desigualdade. As desigualdades – no plural – são como se fossem um dado de diversos lados, tendo várias características, com as quais o indivíduo passa a sofrer com *desigualdades interseccionadas* por diversos fatores: desigualdades étnico-raciais, desigualdade de identidade de gênero, desigualdades de educação, desigualdade econômica e desigualdade nas orientações sexuais e entre outros.

## 2.5 CONFIGURAÇÕES E CONTEXTOS FAMILIARES

As configurações e contextos familiares são aspecto de grande importância na vida de estudantes, pois a depender de como ocorrem as relações familiares, essas relações, contextos e configurações podem estimular ou dificultar o desempenho nos estudos. A exemplo dessa circunstancialidade, temos alguns casos de homofobia que podem ocorrer principalmente dentro do meio familiar, desestimulando, prejudicando e atrapalhando o desempenho escolar de estudantes pertencentes a comunidade LGBTQIA+.

Para entendermos melhor sobre o que estamos nos referindo, é importante saber o que se entende sobre família: Fonseca (1999) em suas pesquisas, encontra uma diferença sutil entre classes sociais na composição familiar dos casos por ela estudado. Nos estudos de Fonseca (1999), o núcleo familiar composto por pai, mãe e filhos é mais comum entre as famílias de classe média alta. Já as famílias de classes média baixa, tentam ampliar o conceito de família não só para o núcleo familiar pai, mãe e filhos, mas abrangendo tios, tias, primos, primas, madrinhas, padrinhos e avós e avós.

Essa diferença torna-se evidente quando o núcleo familiar torna-se insuficiente em relação a demanda de tempo, cuidados e incentivos para com os filhos, que então, passam a conviver com outras pessoas de sua família, mas que não pertencem ao núcleo familiar. Fonseca (1999) relata que foram encontradas em sua pesquisa crianças com até 5 “mães”. Essa multiplicidade de maternidade é oriunda da relação das crianças com tias, avós, amigas, madrinhas e entre outras mulheres que se tornavam responsáveis pelas crianças na ausência da mãe e do pai biológico.

Em um dos casos encontrados na pesquisa de Fonseca (1999) um dos tios de uma criança acaba assumindo a segunda paternidade. Embora tenha ocorrido esse caso, na grande maioria dos casos, são as mulheres, majoritariamente, que assumem a maternidade por afinidade e não homens que assumem a paternidade por afinidade.

A partir dessa contextualização com base nos estudos proporcionados por Fonseca (1999), podemos notar que: famílias de classe alta não tem a necessidade latente de rearranjos familiares como ocorre nas famílias de baixa renda – no sentido de que quando as/os filhas/os forem para Universidade, não existe a necessidade dos pais trabalharem mais para poderem bancar os estudos de suas/seus filhas/os e nem

a necessidade das/os filhas/os trabalharem ou deixarem de trabalhar para poderem estudar.

Do contrário, quando trata-se de famílias de baixa renda, existe a necessidade de rearranjos familiares no sentido de que uma/um filha/o na universidade é uma renda a menos na casa, ter que estudar é ter que parar de trabalhar, e para os pais, existe a necessidade muitas vezes, de trabalhar dobrado para conseguir manter os estudos de sua/seu filha/o na Universidade.

### 3 CAPÍTULO METODOLÓGICO

Esse capítulo metodológico será dividido em duas seções: na primeira seção descreveremos, com base em autores, quais ferramentas metodológicas foram utilizadas. Na segunda seção descreveremos o processo de contato e acesso aos sujeitos da pesquisa através de um questionário aplicado de forma online para depois reunir interessados em participar da entrevista narrativa.

#### 3.1 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS: QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

Para coleta dos dados, uma primeira ferramenta metodológica utilizada para acesso e seleção de estudantes foi o questionário. Este questionário tinha duas pretensões: i) recolher dados de estudantes optantes de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina a fim de conhecer as desigualdades sociais vividas por elas/es; ii) saber da disponibilidade e interesse em participar da entrevista. O questionário foi utilizado na fase de preparação da pesquisa, em que aplicamos de forma online e enviamos para todas as secretarias dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – ou quase todas (detalharemos esse processo na seção seguinte deste relatório de pesquisa). O link de acesso ao questionário foi encaminhado para cada secretaria de curso de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo que neste e-mail explicamos sobre o objetivo da pesquisa e o intuito da seleção de estudantes para as entrevistas.

Solicitamos que cada secretaria de curso de graduação encaminhasse nosso e-mail para todas/os estudantes, e aquelas/es que se identificassem com a proposta e se sentissem confortáveis em participar da pesquisa, pudessem preencher um formulário online composto de perguntas de identificação, contato e suas condições de desigualdades sociais<sup>9</sup>. O link de acesso a esse formulário foi enviado pelo e-mail, sendo que as respostas foram encaminhadas diretamente ao pesquisador. A aplicação desse questionário foi de suma importância para a captação de estudantes interessadas/os em participar de nossa pesquisa na etapa de entrevistas qualitativas.

O questionário consistiu em nove perguntas que buscaram trazer mais informações sobre as desigualdades sociais tomando como delimitação nove eixos

---

<sup>9</sup> As perguntas do formulário/questionário encontram-se no Apêndice 1.

de opressão: 1) Ser ou não pessoa com deficiência; 2) Auto declaração étnico-racial; 3) Ser membro de Populações Indígenas ou Quilombolas; 4) Identidade de Gênero; 5) Se há registro paterno na certidão de nascimento; 6) Se é mãe solo; 7) Orientação Sexual; 8) Classe Econômica; e por último 9) Escolaridade.

Nossa pretensão, com a reunião destes dados era obter mais informações sobre as desigualdades sociais vividas pelas/os estudantes a partir do somatório de que cada resposta e, com isso, conhecer quais os eixos de opressão vividos por elas/es. Quanto maior a pontuação final, maiores as dificuldades pela soma de desigualdades vividas por essas pessoas.

Após a realização e transcrição das entrevistas, foram adicionados mais dois eixos de opressão ao questionário, que consideramos de suma importância pelos seguintes motivos: i) existem vagas reservadas ao combate ao racismo, para pessoas pretas, pardas ou indígenas; ii) existem vagas para pessoas de baixa renda, assim como alguns outros perfis de desigualdades. Todavia, as Políticas das Ações Afirmativas não atingiram as situações e condições diárias do machismo, sem conseguir contemplar causas feministas nas Ações Afirmativas. Resumidamente, as causas feministas foram invisibilizadas e esquecidas por essas políticas.

Dessa forma, elaboramos dois quesitos de modo a privilegiar causas feministas e combater as desigualdades provocadas por atitudes, situações e condições de machismo estrutural: a) se tem o registro paterno na Certidão de Nascimento; e b) se é mãe Solo. Acrescentar esses dois eixos de opressão consideramos fundamentais como formas de contribuir com a superação das dificuldades vividas por mulheres e seus descendentes que carecem do auxílio paterno em suas existências em virtude do machismo estrutural milenar que opera em nossa sociedade mundial.

No desenho metodológico da pesquisa definimos como ferramenta principal a entrevista narrativa, por considerarmos uma ferramenta que permitiria nos aproximar mais das experiências vividas por estudantes e dar visibilidade ao modo como essas Políticas Públicas afetam suas vidas. A entrevista narrativa foi por nós eleita com o objetivo de, por meio dela, conhecer como essas Políticas Públicas afetam as vidas dessas/es estudantes e também como contribuem com a afirmação, legitimação e consolidação das Políticas de Ações Afirmativas. Com a perspectiva de poder indicar novas possibilidades de integração social para estudantes que vivenciem as *desigualdades interseccionadas*, para que possam concorrer entre si em Políticas de Ações Afirmativas, e não em ampla concorrência. Para tanto, por meio de entrevistas

narrativas micro sociológicas, buscamos compreender e correlacionar, as vivências micro sociológicas dos entrevistados, com a macro sociologia teórica.

Optamos pela entrevista narrativa pois, como indicam Jovchelovith e Bauer (2002), sustentados em Schütze (1977) e Burner (1990): “A narração reconstrói ações e contextos de maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator” (JOVCHELOVITH, 2002, p. 92). A narração reconstrói o momento, é onde as pessoas entrevistadas – chamadas por Jovchelovith e Bauer, (2002) de informantes<sup>10</sup> – expressam e sentem novamente seus desejos, seus sentimentos, suas indignações e outros aspectos que foram marcantes no momento narrado, sendo que:

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002, p. 91).

Dando sequência a citação:

Contar histórias implica duas dimensões: a dimensão cronológica, referente à narrativa como uma sequência de episódios, e a não cronológica, que implica a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um “enredo”. O enredo é crucial para a constituição de uma estrutura de narrativa. É através do enredo que as unidades individuais (ou pequenas histórias dentro de uma história maior) adquirem sentido na narrativa. **Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido** (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002, p.92, grifos meus).

O destaque da citação acima, remete para nós a potência da entrevista narrativa, visto que as/os entrevistadas/os não apenas listam acontecimentos que marcaram suas trajetórias de vida, mas, é uma tentativa de, por meio dessa narrativa, ligar os acontecimentos tanto no tempo, quanto no sentido. Por isso, consideramos pertinente o intuito de fazer uma entrevista narrativa, visto que podemos substituir o esquema de entrevistas gravadas de perguntas-respostas que, muitas vezes, não permite esse ligar os acontecimentos tanto no tempo, como no sentido.

Consideramos que uma entrevista de perguntas-respostas se torna uma entrevista muito restrita para o interlocutor, que se torna refém das perguntas feitas. A importância da entrevista narrativa é dar um grau de liberdade à fala, deixando-o à

---

<sup>10</sup> Consideramos pertinente chamar a atenção quanto ao termo usado, sendo que consideramos mais apropriado o termo interlocutores ou entrevistados.

vontade para falar seus anseios, vivências, medos, sensações, sentimentos vividos nos momentos narrados. Uma entrevista de perguntas-respostas torna-se uma entrevista automatizada, em que o pesquisador faz perguntas determinadas, esperando respostas, algumas vezes também pré-determinadas, como “sim” ou “não”, e impede que a narração do interlocutor ganhe um caráter pessoal, sendo colocada na ordem e na importância dos fatos cronológicos que mais afetaram o interlocutor, e não na ordem em que o pesquisador estipulou como mais importante de acordo com o seu roteiro. Não se trata aqui de prioridades, do que é mais importante ou não, mas trata-se de deixar o entrevistado confortável, tanto nos momentos que precedem a entrevista, no local de encontro, como no momento da entrevista.

Na condução das entrevistas narrativas deve-se permitir que os interlocutores se sintam “livres” para falar, e não se sintam “impedidos” de descrever suas histórias por receio de não responderem questões que não constam no roteiro de uma entrevista de pergunta e resposta. Acreditamos que cada entrevistado poderá trazer respostas, reflexões e/ou indagações distintas com a mesma entrevista narrativa, sendo que:

O esquema de narração substitui o esquema pergunta-resposta que define a maioria das situações de entrevista. O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002, p.95).

Jovchelovith e Bauer, (2002) criaram quatro fases principais da entrevista narrativa. Antes de iniciar estas fases principais, os autores definem uma fase de *preparação*, onde o intuito desta fase de pesquisa é a exploração do campo e a formulação de questões. A primeira fase da entrevista narrativa é a *iniciação*, em que se pretende desenvolver a formulação do tópico inicial para narração a trabalhar com o emprego de auxílios visuais. A segunda fase das entrevistas narrativas é chamada de *narração central* em que o aspecto mais importante desta fase é: *não interromper o informante em sua narração*, somente um encorajamento não verbal para continuar a narração. A terceira fase é a *fase de perguntas*, em que o entrevistador não pode dar opiniões, ou fazer perguntas sobre atitudes, bem como não pode discutir sobre contradições ou fazer perguntas do tipo “porque?”. A última fase é a *fase conclusiva*, em que o entrevistador deve *parar de gravar*, mas, que nesse momento são permitidas perguntas do tipo “porque?”.

Importante ter em conta que quando a narração começar, ela não deve ser

interrompida, até que o entrevistado dê sinais claros de que sua narração chegou ao fim:

Durante a narração, o entrevistador se abstém de qualquer comentário, a não ser sinais não verbais de escuta atenta e encorajamento explícito para continuar a narração. O entrevistador pode, contudo, tomar notas ocasionais para perguntas posteriores, se isto não interferir com a narração. (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002, p. 99).

Notamos que a entrevista narrativa não se encerra quando o gravador estiver desligado, pois a fase conclusiva acontece quando o gravador já estiver desligado:

No final da entrevista, quando o gravador estiver desligado, muitas vezes acontecem discussões interessantes na forma de comentários informais. Falar em uma situação descontraída, depois do “show”, muitas vezes traz muita luz sobre as informações mais formais dadas durante a narração. Esta informação contextual mostra, em muitos casos, muito importante para a interpretação dos dados, e pode ser crucial para a interpretação contextual das narrativas do informante. (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002, p.100).

Para não perder informações importantes os autores Jovchelovith e Bauer (2002, p.100), aconselham aos entrevistadores terem sempre consigo um diário de campo, de modo a permitir o registro e síntese dos conteúdos dos comentários informais imediatamente depois das entrevistas narrativas.

Objetivando, por um lado, compreender como essas Políticas Públicas de Ações Afirmativas afetam a vida de estudantes que vivenciam as desigualdades interseccionadas e, por outro lado, contribuir com a afirmação, legitimação e consolidação dessas Políticas de Ações Afirmativas, elaboramos algumas perguntas<sup>11</sup> (não no formato perguntas-respostas) mas que exigirão uma reflexão do entrevistado sobre si, sobre suas trajetórias pessoais e escolares, mas também sobre as Políticas de Ações Afirmativas. Assim sendo, perguntamos: a) Nome; b) Data de nascimento e idade; c) Curso de graduação que estudada; d) Ano que ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina; e) Cidade e Estado natal.

Nos interessamos também em saber se a/o estudante vive ou viveu alguma forma de opressão familiar ou escolar por identidade de gênero, orientação sexual, classe econômica, a pertencimento a povos indígenas ou quilombolas ou a pertencimento a grupos étnico-raciais desfavorecidos socialmente. Também consideramos importante compreender os arranjos e os rearranjos que os familiares fazem para que a/o estudante possa ou não estudar com apoio familiar. Por fim, que

---

<sup>11</sup> Conteúdo das perguntas da entrevista no Apêndice 2.

eles consigam dar visibilidade aos obstáculos e empecilhos, mas também as facilidades e possíveis formas de privilégios que permearam suas vidas antes que eles pudessem estudar em uma universidade pública.

Para expressar o parágrafo acima de forma verbal às/aos estudantes entrevistadas/os, elaboramos a seguinte texto para entrevista (que foi enviada com antecedência para elas/es):

*O objetivo dessa entrevista narrativa, é conhecer o perfil das/dos estudantes da UFSC que ingressaram pelas Políticas de Ações Afirmativas. Para conhecer esse perfil, elaboramos alguns parâmetros sobre privilégios e opressões vividas por estudantes. Dessa forma, damos aos entrevistados, algumas orientações sobre como prosseguir com o tema da pesquisa: é importante para essa pesquisa que na narração, a/o estudante descreva o contexto familiar em que nasceu, descrever como eram as relações com mãe, pai e familiares, e como isso interferia na vida escolar. Seria interessante tratar sobre as dificuldades e facilidades que foram encontradas durante o percurso escolar, em relação a professores e colegas. Caso tenha vivenciado, tanto em âmbito familiar como escolar, opressões por identidades de gênero, orientação sexual, pertencimento a populações indígenas ou quilombolas, por pertencimento étnico-racial desfavorecido, por questões de classe social ou nível de escolaridade, é interessante que esses relatos estejam presentes na narrativa. Outro ponto que pode corroborar com as análises da pesquisa é a necessidade da/e/o estudante trabalhar concomitantemente ao período de estudo, ou se a família dá suporte para que a/e/o estudante possa dedicar exclusivamente aos seus estudos, sejam em nível Fundamental e Médio ou nível Superior. Caso tenha alguma dúvida, esse é o momento ideal para perguntar".*

Por fim cabe esclarecer que todas as perguntas foram explicadas na fase de *iniciação* (além de serem enviadas antecipadamente – no momento de agendamento do horário da entrevista) de forma a recapitular as perguntas no início da entrevista, antes de começarmos a gravar.

É importante destacar que os dados recolhidos por meio das entrevistas, por si só, possuem mérito representativo, mas esta representatividade irá depender da análise sociológica bem estruturada e fomentada.

**As narrativas** não estão abertas a comprovação e **não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista**, de uma situação específica no tempo e no espaço (JOVCHELOVITH, 2002, p.110, grifos meus).

Mesmo que as narrativas possam ser reveladoras de alguns conceitos e estigmas, elas, por si só, não podem ganhar o mérito de comprovação científica pois necessitam de análises científicas e metodológicas. A comprovação científica ou o estudo científico realizado com estas entrevistas narrativas dependem das análises e reflexões teóricas e práticas do pesquisador responsável pela análise destas

narrativas.

Publicar as entrevistas na íntegra podem ser reveladoras, mas elas serão um relato e carecem de análise científica. Algumas vezes em entrevistas narrativas, os interlocutores podem contar-nos ou descrever situações que não são do interesse da entrevista. Todavia, essas descrições extras, não necessitam ser tiradas da publicação, pois a narrativa completa pode trazer luz a outros fatos no momento de análise e de leitura da obra, que podem ser explicativos para compreender a narrativa como um todo e a trajetória de vida dos interlocutores.

A partir das experiências cotidianas relatadas pelas/os entrevistadas/os, tentamos relacionar com a perspectiva macro social. Do que é experienciado pelas/os entrevistadas/os identificamos quais estruturas sociais são impostas a esses sujeitos a fim de analisar como essas estruturas sociais agem sobre as/os estudantes que vivenciem mais de uma desigualdade.

Nas análises das entrevistas realizadas, buscamos relacionar a macro sociologia e a micro sociologia compreendendo-as como relacionais, ou seja, o que separa e une esses conceitos é a sua relação. A relação micro macro une esses conceitos, mas separa-os como distintos. A relação micro macro é no fundo uma única coisa, sendo vista por dois parâmetros distintos, mas o que há no micro é reflexo do que há no macro e o que há no macro, se reproduz no micro. A relação micro macro pode ser separada, mas pode ser unida, pois não são antagônicos, são diferentes óticas de análise do mesmo objeto.

### 3.2. PROCESSOS DE CONTATO E ACESSO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os processos preparatórios da pesquisa de campo iniciaram-se no início do mês de setembro de 2021. O primeiro passo foi criar um quadro em ordem alfabética com o nome de todos os cursos oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2021. Inicialmente pensamos buscar os dados por meio da lista de aprovados do vestibular Universidade Federal de Santa Catarina, todavia, foi mais prático encontrar os cursos de graduação da Universidade no próprio site da instituição.

A coluna *Curso de Graduação* da tabela foi o primeiro item a ser preenchido por meio dessa pesquisa inicial sobre cada curso de graduação que é oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina. As colunas *Centro de Ensino* e *E-mail de*

*Contato* foram preenchidas em um segundo momento, pois como veremos adiante, nem todos os cursos foram encontrados da mesma forma no *site* da instituição Universidade Federal de Santa Catarina.

Com várias tentativas buscamos encontrar o e-mail de cada curso de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina pela página inicial da instituição. Após as tentativas falhas buscamos outro método para encontrar o e-mail de cada curso de graduação: por meio do *site* de cada Centro de Ensino, e não mais por meio da página inicial da instituição. Por meio do acesso na página inicial da Universidade procuramos com êxito o nome e a sigla de cada Centro de Ensino da instituição. Com isso, tivemos acesso com buscas pelo navegador Google aos *sites* específicos de cada Centro de Ensino da Instituição.

Preenchemos uma lista em um papel com as siglas de todos os Centros de ensino. Essas informações foram encontradas no *site* da instituição Universidade Federal de Santa Catarina. Embora, após termos elaborado essa lista, soubéssemos quais eram os centros e quais eram os cursos de graduação, não sabíamos quais cursos pertenciam a quais centros.

Buscamos no *site* de cada Centro de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina a aba Cursos de Graduação. A partir dessa aba abrimos várias janelas do *firefox* com todos os cursos de graduações do referido centro de ensino. A partir do *site* de cada curso de graduação encontramos os e-mails para contato da secretaria de cada curso.

Pensamos na estratégia de realizar a busca por meio do *site* de cada Centro de Ensino e não diretamente buscando o *site* de cada curso de graduação, para confirmar se nossa primeira lista com “todos os cursos de graduação” estava realmente completa.

O curso de Ciências Contábeis não estava em nossa versão inicial da lista e foi adicionado graças a esse método: que visava realizar uma nova pesquisa sobre os cursos de graduação por centros de ensino. Se tivéssemos buscado diretamente o *site* de cada curso de graduação, ao invés de partir do *site* do centro de ensino, poderíamos não saber realmente quais seriam todos os cursos disponibilizados pela Universidade, pois nossa lista de “Cursos de graduação” do Quadro Percursos Metodológicos, poderia ter sido preenchida de forma incompleta na primeira pesquisa *online*.

O único centro de ensino do qual essa estratégia não obteve o desempenho esperado foi o Centro de Educação; encontramos o *site* do centro de ensino, todavia, nesse *site* não havia como, ou pelo menos não encontramos em nossa pesquisa, uma lista com todos os cursos de graduação oferecidos pelo Centro de Educação. Desse modo, esse centro de ensino não aparece em nossa lista, e os cursos de graduação disponibilizados pelo centro de ensino ainda são uma incógnita.

Os e-mails de contato dos cursos que provavelmente são do Centro de Educação, tais quais: arquivologia, biblioteconomia, ciências da informação e pedagogia, foram encontrados separadamente, por meio de pesquisas específicas sobre o *site* de cada curso. Esse método põe em questão se são somente esses cursos oferecidos no Centro de Educação ou se existem mais cursos dos quais nossa pesquisa não conseguiu alcançar. Importante mencionar que o curso de Licenciatura da Educação no Campo que é ofertado no Centro de Educação não foi localizado em nossa busca naquele momento, mas mencionado pela banca e pela orientação, de forma que não enviamos a carta a coordenação deste curso.

Alguns cursos, como algumas engenharias de produção, bem com matemática e computação científica foram excluídos de nossa lista inicial de cursos de graduação. Esses cursos estavam presentes no primeiro momento da criação do Quadro 1 *Percursos Metodológicos*, mas foram excluídos pois não encontramos os respectivos e-mails para contato. Dessa forma esses cursos constam como ~~riscados~~ em nossa tabela.

No Quadro 1 *Percursos Metodológicos* apresentamos a lista de cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e os respectivos contatos de e-mail para onde foram enviados os convites de participação para estudantes optantes de Ações Afirmativas.

**Quadro 1:** Lista de Cursos de graduação da UFSC e respectivos contatos.

<b>Curso de Graduação</b>	<b>Centro de Ensino</b>	<b>E-mail para Contato</b>
Administração	CSE	administracao@contato.ufsc.br
Agronomia	CCA	agronomia@contato.ufsc.br
Animação	CCE	animacao@contato.ufsc.br
Antropologia	CFH	antropologia@contato.ufsc.br
Arquitetura e Urbanismo	CTC	arquitetura@contato.ufsc.br
Arquivologia	----	arquivologia@contato.ufsc.br
Artes Cênicas	CCE	artes.cenicas@contato.ufsc.br
Biologia	CCB	biologia@contato.ufsc.br
Biblioteconomia	----	biblioteconomia@contato.ufsc.br
Ciências da Informação	----	micael.salton@ufsc.br
Ciências da Computação	CTC	cco@contato.ufsc.br
Ciência e Tecnologia de Alimentos	CCA	cta.cca@contato.ufsc.br
Ciências Econômicas	CSE	economia@contato.ufsc.br

Ciências Contábeis	CSE	cienciascontabeis@contato.ufsc.br
Ciências Sociais	CFH	ciencias.sociais@contato.ufsc.br
Cinema	CCE	cinema@contato.ufsc.br
Design	CCE	design@contato.ufsc.br
Design de Produto	CCE	ana.veronica@ufsc.br
Direito	CCJ	direito@contato.ufsc.br
Educação Física	CDS	edfisica@contato.ufsc.br
Enfermagem	CCS	enfermagem@contato.ufsc.br
Eng. Civil	CTC	ecv@contato.ufsc.br
Eng. de Alimentos	CTC	eng.alimentos@contato.ufsc.br
Eng. de Aquicultura	CCA	aquicultura@contato.ufsc.br
Eng. de controle e automação	----	automacao@contato.ufsc.br
Eng. de materiais	CTC	materiais@contato.ufsc.br
<del>Eng. de produção civil</del>	----	----
<del>Eng. de produção elétrica</del>	----	----
<del>Eng. de produção Mecânica</del>	----	----
Eng. de produção de Sistemas	CTC	deps@contato.ufsc.br
Eng. elétrica	CTC	geel@eel.ufsc.br
Eng. eletrônica	----	geltro@eel.ufsc.br
Eng. Mecânica	CTC	mecanica@contato.ufsc.br
Eng. Química	CTC	eng.quimica@contato.ufsc.br
Eng. Sanitária e Ambiental	CTC	sanitaria@contato.ufsc.br
Farmácia	CCS	farmacia@contato.ufsc.br
Filosofia	CFH	filosofia.contato@ufsc.br
Física	CFM	fisica@contato.ufsc.br
Fonoaudiologia	CCS	fonoaudiologia@contato.ufsc.br
Geografia	CFH	geografia@contato.ufsc.br
Geologia	CFH	geologia@contato.ufsc.br
História	CFH	historia@contato.ufsc.br
Jornalismo	CCE	jornalismo@contato.ufsc.br
Letras Alemão	CCE	llesec.cce@contato.ufsc.br
Letras Espanhol	CCE	llesec.cce@contato.ufsc.br
Letras Francês	CCE	llesec.cce@contato.ufsc.br
Letras Inglês	CCE	llesec.cce@contato.ufsc.br
Letras Italiano	CCE	llesec.cce@contato.ufsc.br
Letras Libras	CCE	coord.libras@contato.ufsc.br
Letras Português	CCE	letrasportugues@contato.ufsc.br
Licenciatura Indígena	CFH	licenciaturaindigena@cfh.ufsc.br
Matemática	CFM	matematica@contato.ufsc.br
<del>Matemática e computação científica</del>	----	----
Medicina	CCS	medicina@contato.ufsc.br
Metereologia	CFM	meteorologia@contato.ufsc.br
Museologia	CFH	museologia@contato.ufsc.br
Nutrição	CCS	nutricao@contato.ufsc.br
Oceanografia	CFM	oceano.cfm@contato.ufsc.br
Odontologia	CCS	odontologia@contato.ufsc.br
Pedagogia	----	pedagogia@contato.ufsc.br
Psicologia	CFH	psicologia@contato.ufsc.br
Química	CFM	quimica@contato.ufsc.br
Relações internacionais	CSE	relacoesinternacionais@contato.ufsc.br
Secretariado Executivo	CCE	llesec.cce@contato.ufsc.br
Serviço Social	CSE	dss@contato.ufsc.br
Sistema de Informações	CTC	sin@contato.ufsc.br
Zootecnia	CCA	zootecnia@contato.ufsc.br

**Fonte:** elaborado pelo autor de setembro de 2021.

Com essa lista de contatos, para concretizar a pesquisa de campo e ouvir estudantes, ingressantes pelas Ações Afirmativas de diferentes cursos de graduação

da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de conhecer e analisar suas trajetórias, contextos familiares e percursos escolares/acadêmicos elaboramos, como critério de acesso e seleção de estudantes, um e-mail<sup>12</sup> sobre a pesquisa que foi encaminhado para cada secretaria de curso de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste e-mail explicamos do que se tratava a pesquisa e qual nosso intuito com a seleção de estudantes para a entrevista. Solicitamos que cada secretaria de curso de graduação encaminhasse nosso e-mail para todas/os as/os estudantes, e aquelas/es que se identificassem com a proposta e se sentissem confortáveis em participar da pesquisa, pudessem preencher um formulário online composto de perguntas de identificação, contato e suas condições de desigualdades sociais. O link de acesso a esse formulário foi enviado pelo e-mail, sendo que as respostas foram encaminhadas diretamente a nós pesquisadores.

No dia 22 de novembro de 2021, pela manhã, enviamos um e-mail para a lista de secretarias do Quadro 1 de cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. O resultado foi surpreendente, em algumas horas já haviam sido preenchidos 20 formulários. Foram preenchidos um total de 55 formulários. Consideramos os resultados obtidos, com essa forma de divulgação da pesquisa para as/os estudantes, prática e eficiente.

No Quadro 2, reunimos os 15 cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, de vinculação de estudantes, que responderam ao questionário.

**Quadro 2:** Vinculação das/os estudantes a cursos da UFSC.

<b>Curso</b>	<b>Respostas</b>
Administração	4 respostas
Agronomia	2 respostas
Cinema	1 respostas
Ciências Sociais	5 respostas
Ciências Biológicas	1 respostas
Direito	10 respostas
Eng. De Controle de Automação	4 respostas
Engenharia Elétrica	3 respostas
Farmácia	6 respostas
Fonoaudiologia	1 respostas
História	7 respostas
Odontologia	6 respostas
Pedagogia	3 respostas
Química	2 respostas
Letras Libras	1 respostas

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas respostas

<sup>12</sup> O conteúdo do e-mail encontra-se no Apêndice 3.

Realizar uma análise dos estudantes que se mobilizaram a responder ao questionário revela que dentre o total de 67 cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, somente estudantes de 15 diferentes cursos responderam. É importante, nessa análise, considerar que nem todas as secretarias tenham enviado a mensagem aos estudantes dos seus cursos, o que pode também determinar a ausência de respostas em determinados cursos. Cabe destacar os cursos que tiveram o maior número de estudantes respondentes, como o Curso de Direito, no qual dez estudantes se mobilizaram em responder ao questionário, no curso de História em que sete estudantes responderam, nos cursos de Odontologia e Farmácia – ambos cursos do Centro das Ciências da Saúde – que seis estudantes de cada curso responderam ao questionário e no curso de Ciências Sociais, em que cinco estudantes responderam ao questionário.

Vale notar que das 55 respostas do questionário por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, somente 26 estudantes preencheram respostas afirmativas para a participação em entrevistas narrativas, dessa forma, consideramos a necessidade de refazer o quadro de vinculação dos cursos de graduação, considerando somente as/os estudantes que concordaram participar das entrevistas narrativas e temos a seguinte configuração:

**Quadro 3:** Vinculação das/os estudantes a cursos da UFSC.

<b>Curso</b>	<b>Respostas</b>
Administração	1 respostas
Agronomia	1 respostas
Cinema	1 respostas
Ciências Sociais	2 respostas
Ciências Biológicas	1 respostas
Direito	7 respostas
Eng. de Controle de Automação	2 respostas
Engenharia Elétrica	2 respostas
Farmácia	2 respostas
História	2 respostas
Odontologia	2 respostas
Pedagogia	1 respostas
Química	3 respostas
Letras Libra	1 respostas

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas respostas

Vale destacar que, novamente, as/os estudantes do curso de Direito mais se colocaram nesse lugar de disponibilidade para discutir a temática e contribuir com a pesquisa somando sete estudantes. E que os cursos do Centro de Filosofia de Ciência Humanas – Ciências Sociais e História – e os cursos do Centro de Ciências da Saúde – Odontologia e Farmácia, também tiveram um número significativo de respostas no

Quadro 2, porém, muito desses estudantes não assinalaram positivo para a participação na entrevista narrativa. Todavia, é interessante notar que um estudante do curso de Ciências Sociais, História e Farmácia participaram da entrevista narrativa.

Desses 26 estudantes, juntamente com meu Orientador, decidimos selecionar somente estudantes autodeclarados como não-brancos. Fazendo essa seleção, tínhamos 14 estudantes não-brancos, dos quais, oito manifestaram aceite participar das entrevistas narrativas.

Considerando esses dados obtidos com a pesquisa, elaboramos um Quadro 4, que apresenta uma síntese das respostas obtidas na aplicação de 55 questionários online por meio da plataforma Google.

**Quadro 4:** Perguntas e respostas do questionário.

Perguntas	Respostas
Você ingressou por uma das múltiplas modalidades das Políticas de Ações Afirmativas?	Sim (49 respostas) Não (6 respostas)
Você é uma pessoa com deficiência?	Sim (3 respostas) Não (52 respostas)
Como você se autodeclara etnicamente:	Não-branco (14 respostas) Branco (41 respostas)
Você pertence a populações Indígenas ou Quilombolas?	Sim (2 respostas) Não (53 respostas)
Qual sua Identidade de Gênero?	32 mulheres cis 21 homens cis 2 pessoas não binárias
Qual sua Orientação Sexual?	LGBTQIA+ (19 respostas) Heteronormativa (36 respostas)
Qual sua Classe Econômica?	Classe E - Abaixo de 2 salários mínimos (R\$ 2.200,00) per capita (37 respostas) Classes A, B, C ou D - Acima de 2 salários mínimos (R\$ 2.200,00) per capita (18 respostas)
No Ensino Fundamental, você estudou em:	Escola Pública (49 respostas) Escola Privada (6 respostas)
No Ensino Médio, você estudou em:	Escola Pública (52 respostas) Escola Privada (3 respostas)
Você tem interesse e se sente confortável em conceder uma entrevista narrativa?	Sim (26 respostas) Não (29 respostas)
Caso a resposta seja "sim" para a pergunta anterior, você se sente confortável em deixar seu contato de e-mail ou WhatsApp para agendar uma entrevista? Digite no campo abaixo o seu contato, por gentileza.	25 respostas de contato pessoal
Espaço aberto para comentários. Caso tenha algum comentário que queira fazer e não coube nas outras respostas, este espaço é destinado para algo que julgue importante dizer.	6 respostas em espaço aberto

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Como já anunciado, a elaboração deste questionário tinha duas pretensões: i) recolher dados de estudantes optantes de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina a fim de conhecer as desigualdades sociais vividas por elas/es; ii) saber da disponibilidade e interesse em participar da entrevista. A pretensão era, podermos, com base nas respostas, quantificar as condições de desigualdades vividas por cada indivíduo e retratar as múltiplas formas e condições sociais de se viver as desigualdades. Consideramos relevante para a seleção de estudantes para as entrevistas, ter informações destas condições que fazem com que determinados indivíduos vivenciem desigualdades sociais por diversos fatores cumulativos e outros somente por um ou nenhum.

Com o questionário, podemos identificar em quais grupos específicos de desigualdades se encontram cada indivíduo: a partir da acessibilidade, ser ou não pessoa com deficiências, a partir da etnia e raça, do pertencimento a povos Indígenas ou Quilombolas, da identidade de gênero e orientação sexual, da classe econômica e nível de escolarização. O intuito de selecionar a multiplicidade de perfis, era justamente tratar sobre a *interseccionalidade* e, de como esses eixos de opressões podem ser múltiplos.

Almejavamos selecionar uma diversidade de perfis, a fim de contemplar a diversidade que as *interseccionalidades* podem alcançar. Dessa forma iríamos selecionar pessoas com deficiência, pessoas não-brancas, pessoas indígenas ou quilombolas, pessoas não-binárias, travestis e transsexuais, pessoas de baixa renda e provenientes de ensino público.

Vale ressaltar que, embora tenhamos priorizado entrevistas com pessoas não-brancas em primeira instância, não foram alcançadas somente pessoas com esse perfil. Dessa maneira optamos em realizar as entrevistas com os estudantes que foram alcançados. Embora 25 estudantes assinalaram que estavam dispostos a realizar a entrevista narrativa, somente 7 estudantes respondera ao e-mail de chamada para realizar as entrevistas narrativas. Dessa maneira, não tivemos a opção de selecionar os perfis de pessoas não-brancas para as entrevistas. Acabamos, portanto, selecionando as/os estudantes que estavam dispostas/os a realizar a entrevista narrativa sem qualquer restrição de seus perfis.

Tendo esses dados e os contatos em 17/01/2022 demos início aos agendamentos das entrevistas. Destas/es oito estudantes que manifestaram aceite participar das entrevistas narrativas, ao realizar o contato com uma delas que, ao

responder o questionário, havia se autodeclarado como não-branca e pertencente a populações indígenas ou quilombolas. No entanto, ao questionarmos por qual modalidade de políticas de ações afirmativas ela havia ingressado na UFSC, percebemos que ela não havia ingressado nem por vagas suplementares para indígenas, nem pelo recorte racial de pretos, pardos ou indígenas. Considerando essa informação, perguntamos o motivo pelo qual a estudante havia se declarado como não-branca e pertencente a populações indígenas ou quilombolas ela respondeu que se autodeclarou dessa forma por motivo de militância. Dessa forma optamos em não realizar a entrevista com essa estudante.

A seguir, organizamos o Quadro 5 com informações referentes as/os sete estudantes entrevistadas/os<sup>13</sup>:

**Quadro 5:** Conjunto de estudantes entrevistadas/os

<b>Estudante</b>	<b>Auto declaração interseccional</b>	<b>Pontos de Intersecção</b>	<b>Modalidade de Ingresso nas Políticas de Ações Afirmativas</b>	<b>Curso</b>	<b>Data das entrevistas</b>
Besouro Mangangá	Não-branco	1	Vagas suplementares negros	Direito	28/01/2022
Ganga Zumba	Baixa renda e Ensino Público	2	Escola Pública e Baixa Renda	Engenharia Elétrica	16/02/2022
Aqualtune	Cis gênero feminino e ensino público	2	Escola Pública	Engenharia de Controle de Automação	01/02/2022
Gaê Sagás	Baixa renda, Ensino Público e Orientação Sexual	3	Escola Pública e Baixa Renda	Agronomia	08/02/2022
Odara	Baixa renda, Ensino Público, Cis gênero feminino e Orientação Sexual	4	Escola Pública e Baixa Renda	Farmácia	31/01/2022
Aidê	Baixa renda, Ensino Público, Cis gênero feminino e Ausência Paterna	4	Escola Pública e Baixa Renda	Ciências Sociais	03/02/2022
Dandara	Auto declaração étnico racial, Baixa renda, Ensino Público, Cis gênero feminino e Orientação Sexual e Ausência Paterna	6	Vagas suplementares para negros	História	31/01/2022

**Fonte:** elaborado pelo autor.

<sup>13</sup> Esclarecemos que os nomes das/os entrevistadas/os são fictícios e foram escolhidos por mim e ratificado por elas/es, sendo que a escolha da maioria dos nomes tem relação com personagens da capoeira e da cultura africana.

Para a realização das entrevistas, a maioria das/os estudantes optou pelo formato online, por meio de vídeo chamada ao invés de entrevistas presenciais. É intrigante tentar entender os motivos que levaram estudantes optarem pelo formato online, chegamos a crer que a falta de convívio social durante os dois anos de pandemia possa ter causado um estranhamento aos encontros e relações presenciais nesse momento de liminaridade entre o final da pandemia e a retomada de encontros e relações presenciais. Se torna ainda mais intrigante essa preferência e opção, pois no momento da entrevista, todas/os manifestaram a dificuldade do isolamento social e a restrição dos encontros, durante a pandemia da Covid-19.

Como estudante e pesquisador eu, particularmente, não aguentava mais encontros e relações remotas, ou seja, não aguentava mais viver de forma online e em isolamento social. Realizar as entrevistas no formato remoto/online foi algo muito difícil: o microfone do celular não captava tão bem ou com qualidade o áudio da caixa de som do computador. Ao realizar as entrevistas a Universidade Federal de Santa Catarina já havia encerrado sua parceria com a Google Meet e, dessa forma não era mais possível realizar a gravação de vídeo chamadas, aspecto que dificultou o processo.

Quando iniciamos o procedimento metodológico da pesquisa, tínhamos ciência da importância em manter os resultados da pesquisa como desconhecido, oculto, até mesmo de nossa imaginação. Adotamos a técnica de esperar algo inusitado dos resultados da pesquisa, sem tentar imaginar o que poderia sair como resultado, afim de preservar o método científico de especulações infundadas de cunho pessoal ou imaginativo.

Dessa forma, uma das dificuldades encontradas para a análise das entrevistas foi a de lidar com dados inesperados, com resultados inesperados – dos quais nem fizemos questão de supor, para não atrapalhar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Após a primeira versão concluída da dissertação, fomos em busca de novas literaturas condizentes com os temas sobre Estudos Acadêmicos e Mães Solos, e também sobre artigos referentes a pessoas sem registro paterno na certidão de nascimento para adquirir maior conhecimento sobre as temáticas e conseguir articular os dados de pesquisa.

## 4 CAPÍTULO DE ANÁLISE

Neste capítulo, realizaremos a exposição das entrevistas narrativas, e também as análises a respeito das desigualdades interseccionadas – vividas por essas/es estudantes e as Políticas de Ações Afirmativas. Como forma de ordenação e apresentação das entrevistas, utilizamos a contagem da pontuação de *desigualdades interseccionadas* reunidas a partir dos dados de campo das/os estudantes entrevistadas.

Quanto mais desigualdades relatadas pelas/os entrevistadas/os em suas trajetórias de vida, maior será sua pontuação em intersecções. Pontuamos entre 0 e 9, a quantidade de intersecções possíveis para essa pesquisa. Quanto maior a pontuação de *desigualdade interseccionada* assinalada pelas/os estudantes, maior será a sua prioridade nas Políticas de Ações Afirmativas.

Pontuamos com 0 pontos de intersecção aquelas pessoas que essa pesquisa não consegue encontrar traços de desigualdades vividos – com base nas 9 categorias de desigualdades que estamos analisando. As pessoas com 0 pontos de intersecção não podem se inscrever ou acessar as Políticas de Ações Afirmativas. As pessoas que estão entre uma e duas intersecções são pessoas categorizadas com menor prioridade para as ações afirmativas. As pessoas com 1 e 2 pontos de intersecção vivem em situações de desigualdades, porém de forma mais amena do que os demais grupos. Aquelas/as que somam entre 3, 4 e 5 pontuações acreditamos ser o grupo onde encontram-se a maioria das pessoas no Brasil que são optantes de Ações Afirmativas. Esse grupo de pessoas vivem as desigualdades de forma latente. Já aquelas/es que somam entre 6, 7 e 8 intersecções acreditamos ser os casos mais raros de desigualdades, porém, os casos mais graves. Esse grupo de pessoas são aqueles com maior prioridade em acesso pelas Políticas de Ações Afirmativas no Brasil.

A partir dessa nossa perspectiva, pessoas com a pontuação máxima (09), acreditamos ser casos quase que impossíveis, sendo uma minoria de pessoas no Brasil que sejam classificadas com 9 pontos de intersecção. Porém, quando presente pessoas com este perfil, são aquelas pessoas com prioridade máxima nas Políticas de Ações Afirmativas. Seguindo essa lógica, decidimos apresentar as/os estudantes entrevistadas/os com base na pontuação entre 0 a 9 pontos de intersecção,

começando por aquelas/es com a pontuação mais baixa – 1 – gradativamente, até a pontuação mais alta dessa pesquisa – 6.

Os nove eixos de opressão considerados por nós foram: 1) Capacitismo; 2) Pertencimento Étnico-racial; 3) Pertencimento a populações originárias ou quilombolas; 4) Paternidade na Certidão de Nascimento; 5) Identidade de Gênero; 6) Se é Mãe Solo; 7) Orientação Sexual; 8) Classe Econômica; e 9) Escolaridade. Na sequência, apresentamos uma breve conceituação de cada um destes nove eixos de opressão, compreendemos que a apresentação não dará conta da complexidade de cada um dos conceitos. O objetivo não é esgotar essa conceituação, mas dar visibilidade para as desigualdades interseccionadas e, para tal, consideramos necessária uma breve definição/conceituação de cada eixo de opressão.

O *capacitismo* é o preconceito e a discriminação contra uma pessoa com deficiência. Existe a necessidade de acessibilidade social para pessoas com deficiência física. Essa acessibilidade deve estar presente em níveis institucionais, como em vagas para concursos públicos e vagas em Universidades públicas. Além de ser necessária a acessibilidade física, como elevadores e rampas de acesso.

O *pertencimento étnico-racial*, a cor de pele é um estigma colocado em questão central a partir do movimento escravagista criado por pessoas brancas. Mais do que designar quem é negro nesse sistema, ele marca muito bem quem é branco e, portanto, demarcando também todos aqueles que não são brancos. A branquitude é privilegiada, e todos aqueles que não são brancos tendem a vivenciar situações de racismo, preconceito e discriminação, em especial pessoas negras.

Podemos pensar quanto pessoas negras sofrem com o racismo, mas também de como todas as pessoas não-brancas, vivenciem práticas racistas. A cor de pele dos oprimidos muda, mas a dos privilegiados não, ela continua sempre branca. Propomos realizar análises de como operam os sistemas, os eixos de opressão em prol de favorecer aos brancos, e como que nesse processo de favorecimento, oprimem todas as outras pessoas de cores de pele, culturas e cabelos distintos.

Esse eixo de opressão dialoga com outros três eixos de opressão, ou seja, o preconceito de cor pode ser vivido concomitantemente em outros eixos de opressão, tais quais: *Classe Econômica*, *Pertencimento a Povos Originários ou Quilombolas* e *Escolaridade*. Considerar que um eixo de opressão dialoga com outro, significa dizer que esses eixos de opressão são estruturais e conectados de alguma forma nas estruturas enraizadas de nossa sociedade.

*Pertencimento a populações originárias ou quilombolas*, é importante assinalar que se trata de uma dupla condição de desigualdade a que estão submetidas muitas das pessoas não-brancas. Pois muitas dessas pessoas pertencem, além do grupo social de não-brancos, a populações Indígenas e Quilombolas, que além de vivenciarem e resistirem em uma sociedade com racismo estrutural, esse mesmo racismo estrutural afeta diretamente suas culturas, seus saberes, seus conhecimentos, suas medicinas, suas espiritualidades, suas religiosidades, podendo, oprimindo e buscando aniquilar essas diferenças culturais. Consideramos, portanto, que pessoas indígenas e quilombolas vivenciem duplamente com as *desigualdades interseccionadas*: por serem não-brancos e por serem indígenas ou quilombolas. Esse eixo de opressão dialoga com os seguintes eixos de opressão: *classe econômica, autodeclaração étnico-racial e escolaridade*.

*Paternidade na certidão nascimento*, origina-se da desigualdade estrutural decorrente do machismo. Esse eixo de opressão ganhou relevância durante a transcrição das entrevistas, pois duas das entrevistadas relataram não ter o registro do paterno na certidão de nascimento.

Esse eixo, em particular, representa uma modalidade de se pensar nas Ações Afirmativas; existem vagas por quesito socioeconômico, trajetória escolar, étnico-racial, e para pertencimento a povos originários ou quilombolas. Todavia não existem vagas reservadas relacionadas a questões feministas. Reservar vagas para filhas e filhos de mães solas é sem dúvida uma valorização social de todas as dificuldades encontradas durante a trajetória dessas mulheres que, bravamente criam e cuidam de suas proles até seu desenvolvimento e chegada na universidade.

Reservar vagas para filhas e filhos dessas mães é sem dúvida alguma uma causa feminista de apoio e reconhecimento social pela criação e educação familiar dessas mulheres. A criança que nasce e cresce na ausência de um sentimento de paternidade, trava diversas dificuldades geradas por essa desigualdade, que criam nas crianças, múltiplas e multiplicadas formas de bloqueios emocionais. Dificultando relações familiares, relações escolares, relações sociais, relações amorosas e entre outras formas de relações. Esse eixo de opressão dialoga com o eixo de opressão: *Se é mãe Solo*.

*Identidade de gênero*, origina-se da desigualdade estrutural: machismo e Cis heteronormatividade. Esse eixo de opressão expressa duas formas de desigualdades muito marcantes: a primeira refere-se a desigualdade de gênero com referência as

peças cis, e gêneros masculino e feminino. A segunda desigualdade de gênero que opera nesse eixo de opressão refere-se a dualidade entre pessoas Cis gênero e pessoas Trans gênero.

Considerando esse eixo de opressão com duas dualidades – o que difere dos demais eixos de pressão analisados nessa dissertação –, esse eixo de opressão poderá pontuar duas vezes pelo seguinte motivo: uma mulher cis gênero vivencia desigualdades sociais pelo machismo estrutural de nossa sociedade. Muito diferente é o caso de um homem cis gênero, que pelo contrário, é privilegiado pelo machismo estrutural.

Quando tratamos de transsexualidades, é interessante pontuarmos, duplamente, pois em algum momento da vida de uma pessoa transsexual, ela vivenciou ou vivencia situações desiguais derivadas do machismo. Dessa forma seria injusto pontuar um homem transexual da mesma forma que uma mulher cis gênero. Porque em algum momento de sua vida, o homem transsexual já vivenciou situações machistas que influenciaram a construção do caráter e da identidade social. Portanto, pessoas transsexuais pontuam duas vezes em níveis de desigualdades no eixo de opressão identidade de gênero. Esse eixo de opressão dialoga com o eixo de opressão: *orientação sexual*.

*Se é mãe solo*, origina-se da desigualdade estrutural Machismo. Conjuntamente com o eixo de opressão que referência a falta de paternidade autenticada em certidão de nascimento, ser ou não ser mãe solo está ligada a questões feministas.

Para a amenizar as desigualdades sociais estruturais é importante valorizar e reconhecer as dificuldades vivenciadas por mães solas que, por muitas vezes, atrasam seus períodos de estudos por terem que criar seus filhos e filhas sozinhas. Disponibilizar vagas para esse perfil de mulheres é com certeza colaborar com a erradicação das desigualdades sociais provocadas pelo machismo estrutural. Dialoga com o eixo de opressão: *se há ou não registro paterno na certidão de nascimento*; e *identidade de gênero*.

*Orientação sexual*, origina-se da desigualdade estrutural: machismo e homofobia. Torna-se necessário a inclusão desse eixo de opressão por um motivo pontual: O apoio familiar é circunstancial para a vida dos estudantes, inclusive para alcançarem os objetivos que almejam nos estudos. Quando ameaçado o apoio

familiar, fica defasado o apoio familiar dado pelos parentes para a manutenção das necessidades nos estudos.

Quando uma pessoa é ameaçada por racismo, normalmente essa demonstração acontece fora do círculo familiar. Exceções podem existir. O que nos leva a crer essa recorrência é o fato de uma família ter a mesma linhagem genética, fazendo com que, na maioria das vezes, as pessoas compartilhem a mesma cor de pele, e, dessa forma ele seja mais recorrente fora do círculo familiar. Diferentemente ocorre com as opressões homofóbicas, em que acreditamos ser mais recorrente essa forma de discriminação nas relações familiares, que oprimem e rejeitam a orientação sexual de seus filhos. Esse eixo de opressão dialoga com: *identidade de gênero*.

*Classe econômica*, esse eixo de opressão diz respeito a renda mensal per capita da pessoa. As Ações Afirmativas categorizam como pessoa de baixa renda aqueles que tem até 1,5 salários mínimos per capita. Já existe uma vasta literatura que dialoga com a necessidade de promoção de Políticas de Ações Afirmativas para pessoas de baixa renda.

Considerando que entre as classes econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a classe E, a classe social mais emergente, possui renda de até 2 salários mínimos per capita, coloco em pauta se não devêssemos utilizar a métrica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de dois salários mínimos per capita, e não somente 1,5 Salários mínimos como categoria nas Políticas de Ações Afirmativas. Esse eixo de opressão dialoga com: *escolaridade, autodeclaração étnico racial, e pertencimento a Povos Originários ou Quilombolas*.

*Escolaridade*, origina-se das desigualdades estruturais capitalismo e elitismo. Para o objetivo dessa pesquisa dividimos esse eixo de opressão em duas instâncias: ensino fundamental e ensino médio. Todavia percebemos que essa divisão foi equivocada para fins analíticos das Ações Afirmativas como vagas para ingressar em Universidades Federais. De acordo com a política de cotas, atualmente só se avalia se o Ensino Médio foi cursado em instituições públicas de ensino. Dessa forma, consideramos que tenha sido equivocado, para os fins dessa pesquisa, questionar a trajetória em instituições de Ensino Fundamental. Se elaborássemos hoje esse questionário, bem provável que essa pergunta seria voltada somente a procedência de ensino no Ensino Médio, no entanto, consideramos pertinente, destacar e situar que na trajetória das Políticas de Ações Afirmativas, ajustes são realizados, sendo essa uma adequação que se deu nesse processo. Dialoga com os eixos de opressão:

*autodeclaração étnico racial; classe econômica; e pertencimento a Povos Originários ou Quilombolas.*

#### 4.1 ENTREVISTA NARRATIVA DE BESOURO MANGANGÁ

Buscando trabalhar com a ideia de pontuação a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, esse entrevistado foi categorizado com 1 ponto de intersecção, pois o Besouro Mangangá se autodeclara como pessoa não-branca. Está regularmente matriculado no Curso de Direito, no dia da entrevista (dia 21/01/2022) estava com 35 anos e se declarou pessoa não branca, cis gênero masculino heterossexual, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Besouro, já havia realizado um curso de graduação anteriormente e uma formação em nível de mestrado e sua inscrição pelas Ações Afirmativas foi na categoria de vagas suplementares para negros – pelo fato de ter estudado em escolas particulares durante toda sua trajetória escolar.

*Eu entrei pelas ações afirmativas por vagas suplementares para negros. Minha história como cotista não começa aí, começa em 2016 quando entrei como servidor cotista. Foi inclusive o primeiro concurso da UFSC depois da lei de cotas. Sou natural do Rio de Janeiro, próximo a região metropolitana, próximo a Niterói, do outro lado da ponte de Niterói (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

Besouro ingressou pelas ações afirmativas em cargo administrativo da Universidade Federal de Santa Catarina em concurso público para Ensino Médio Completo. Ao ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina por meio das Ações Afirmativas para o Curso de Direito sua vaga foi barrada. Besouro Mangangá entrou com recurso para reivindicar a legitimidade da sua ancestralidade Afro e foi vitorioso nessa conquista. A dúvida que surge é: quantas pessoas de ancestralidade negra foram vetadas de ingressar em cursos da Universidade Federal de Santa Catarina pela instituição não consideradas suas ancestralidades, das quais não foram vitoriosos em seus recursos?

*Antes de falar da minha vida escolar/acadêmica, quero falar da vida da minha família. Meu pai é formado no ensino médio, não fez ensino superior. Eu e minha irmã completamos o Ensino Superior, e minha mãe tem Ensino Fundamental Incompleto. Meu pai é um homem negro, que não se identifica assim. No Sul ele seria visto como mulato. Eu também não me via dessa forma praticamente até o momento das cotas. Agente se via, não exatamente negro, como moreno, que até então era uma categoria que as pessoas usavam para definir quem está ali em uma faixa intermediária de raça, de*

*coloração. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

Vivemos em um período histórico, onde na atualidade a herança genética de afrodescendentes são mais respeitados e valorizados do que a 20 ou 30 anos atrás, período do qual existiam muito mais *bullying* e chacotas com pessoas negras. Quando Besouro se expressa afirmando que no passado, ninguém queria ser negro, é fruto de uma repressão social de racismo estrutural do qual era muito mais latente do que na atualidade, não desqualificando as vivências desiguais da atualidade, mas notando uma alteração nesse cenário através da entrevista do estudante.

*Dentro daquele ideal de branqueamento ele [se referindo ao seu pai] se vê mais perto do branco. Eu também me via assim durante muito tempo. Assim como para meu pai, essa palavra é ruim, pois não se usa mais, mas é uma palavra que se consegue identificar mais precisamente, “ah ele é mestiço” e minha mãe é branca. Meu avô, ele era mais retinto, de pele escura e minha vó branca de olhos claros. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Nós estávamos apertados de grana em algum momento, mas, meu pai optou em pagar escolas particulares durante a vida toda. Hoje em dia eu vejo isso, que meu pai fez esforços para pagar um colégio, um colégio de bairro... O receio que eu tinha não era tanto da educação, mas, sim pela segurança física, isso era muito presente lá no Rio. E acho que foi por isso que meus pais optaram em pagar um colégio de bairro, ao invés de um colégio estadual ou municipal, tinha a questão da segurança física. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

É importante destacar que entre as escolas particulares, ainda existe uma grande distinção na qualidade de ensino. Embora uma instituição particular tenha a probabilidade de se destacar mais em meios e métodos de ensino, existe uma vasta gama de instituições, que se destacam por melhores condições de ensino e outras piores. No caso de Besouro, seu pai optou por uma instituição particular, não tanto pela qualidade de ensino, mas, pela segurança física de seu filho e de sua filha.

*Eu não entendia na época, então para mim estava ok, eu estudava em um colégio particular, que não era muito diferente do que as pessoas, do que os vizinhos tinham também. Nunca tive a dimensão de que eu estava em desvantagem ou tivesse algum problema. Hoje eu acho que tenho essa dimensão melhor porque essas coisas foram clareando a medida em que eu fui conhecendo outras pessoas de outras realidades. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*A minha mãe, ter até a quinta série somente, foi algo que dificultou dentro de minha trajetória escolar, porque ela não conseguia parar para me ensinar alguma coisa, porque ela não tinha esse conhecimento, ela não tinha esse letramento. Minha irmã me ajudava. Como ela era 6 anos mais velha do que eu, ela foi para faculdade, ela não tinha mais tempo de parar para me ajudar,*

*me ensinar. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

Entre nossos objetivos de pesquisa, elencamos como ponto central compreender em suas trajetórias escolares/acadêmicas como se deu o apoio familiar, ou seja, de forma os percursos familiares são ou não alicerce do “sucesso escolar”. Embora Besouro não tivesse alguns obstáculos, devido seu contexto familiar e seus desdobramentos, Besouro relata não ter tido apoio, exceto pela sua irmã, para com os estudos no cotidiano, fator esse que corrobora com uma “desvantagem” entre aqueles que tiveram pai e mãe dando todo apoio, inclusive em atividades e tarefas.

*Meu pai era tipo o pai do Chris – da série todo mundo odeia o Chris –, que tinha 2 empregos. Na minha adolescência, meu pai trabalhava fardado na região de Âncora, ele ficava em escala de 15 dias fora, e ficava uma semana em casa, regime dobrado. A minha adolescência foi com meu pai fora. Ele ficou fora para poder garantir nosso sustento. Isso fica muito claro para mim como uma desvantagem. Hoje quando eu conheço pessoas que tiveram uma vida mais confortável e tiveram mais estímulos, considero que eu tive uma desvantagem em relação a isso. Não necessariamente por uma questão étnico-racial mas por uma questão de classe. [...] Poucas pessoas são negras que estão lecionando, e poucos colegas também eram negros, ou pretos retintos, pardos e tal [...] (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

É importante ressaltar que na narrativa se evidencia a desigualdade de classe e étnico-racial se interseccionam. Se Besouro Mangangá desconsidera as adversidades étnico-raciais referente ao seu pai no mercado de trabalho, mas pontua as dificuldades por classe social.

*Não sofri preconceito escolar. Dentro da família sofri preconceito sim. Eu lembro e reinterpretei isso agora como umas coisas recentemente; antigamente eu era chacoteado como uma forma de piada, e hoje em dia eu entendo que era uma questão de racismo: meus traços fenótipos sempre foram, principalmente para a família da minha mãe, que era mais branca que a família do meu pai, traços da cultura negra. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Nós tínhamos uma casa de praia, e sempre íamos lá, passávamos o carnaval, final de ano, e com a exposição ao sol minha pele vai ficando cada vez mais morena, e eles sempre falavam e brincavam em relação a isso, que minha pele estava mais preta, isso era uma expressão que se usava antigamente, que eu estava mais na cor de sininho, ou pé na senzala ou coisa assim. Eu não gostava dessa brincadeira porque ninguém queria ser preto. Antigamente ninguém queria ser negro e essa era uma coisa que me incomodava. Principalmente por ligar ao meu pai. Eu sabia que meu pai era moreno, diferente da minha mãe, com o cabelo mais enrolado, eu não queria estar dentro daquele perfil, queria ser mais branco. Essas brincadeiras hoje eu interpreto como racismo dentro da família. Só que as pessoas achavam que era uma brincadeira. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

É nesse excerto de sua entrevista que Besouro Mangangá relata a negação de sua negritude durante a infância por motivos de chacota e *bullying* dentro de sua própria família. Consideramos que, mesmo o racismo ainda agindo de forma estrutural em nossa sociedade, as Políticas das Ações Afirmativas carregam junto com suas lutas e vitórias a valorização e o orgulho de ser uma pessoa Preta.

*Sempre foi uma realidade para mim entrar em uma universidade, talvez não em uma universidade pública, mas na universidade particular. Não era uma realidade para mim, para minha família ir para outro lugar fazer prova e viver em outro lugar. Mas eu ainda sabia que algumas coisas não eram para mim; eu não iria conseguir passar em medicina mesmo se eu quisesse, sem ter que ficar dois anos estudando para poder passar; ou direito. Isso de alguma maneira balizou o que eu gostaria de fazer. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*O ensino que eu tive me balizou de alguma maneira. Eu tinha várias deficiências ao longo da minha vida escolar, e na hora de escolher era tipo: posso ser isso, posso ser aquilo, acho que gosto disso, acho que não gosto daquilo, então eu tive um poder de escolha bem limitada. E aí eu escolhi na primeira faculdade eu escolhi o curso de Publicidade e Propaganda. Foi uma escolha por exclusão. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

A narrativa de Besouro, diferente de outras que serão apresentadas, traz sua já aspiração ao Ensino Superior, muito mais forte e evidente que outras pessoas que não haviam cogitado essa possibilidade. Mesmo assim, ainda numa perspectivação de não conseguir acessar a universidade pública, quando a universidade pública passa a ser uma possibilidade, não perde de vista seu percurso escolar: “*Eu tinha várias deficiências ao longo da minha vida escolar*” o que o levou a “[...] *uma escolha por exclusão*”. Importante considerar que a consolidação das Políticas das Ações Afirmativas, na perspectiva de Besouro Mangangá, o levou a indagar: “*Comecei a pensar: se eu não escolhesse somente por exclusão? Não pelo que dá para fazer, mas, sim pelo o que eu quero fazer*” como detalhamos a seguir:

*A política de cotas nas pós graduações ainda é muito “incipiente”, está começando ainda, apesar de se falar em ter cotas na graduação a muito tempo, na pós-graduação, dependendo do programa. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Hoje em dia tem cotas, é mais acessível; e fui me entendendo mais capaz, de passar em uma universidade pública. Comecei a pensar: se eu não escolhesse somente por exclusão? Não pelo que dá para fazer, mas, sim pelo o que eu quero fazer. Vi que era uma nota razoável para passar no direito, um dos cursos que eu gostaria de fazer se não tivesse tido essa restrição de escolha. Acho que muita gente hoje ainda, mesmo tendo políticas afirmativas, escolhem com o que dá para ser. Quando você tem uma defasagem tão grande que só fica evidente nesse momento. A escolha do direito foi assim,*

*podendo escolher alguma coisa eu quero escolher isso. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

O entrevistado, demarca a consolidação das Políticas das Ações Afirmativas como um ponto fundamental para a abertura de escolhas em qual formação buscar, no entanto, demarca também, o quanto há necessidade de investimento na educação básica pública, visto que essa qualidade da educação básica decorre em que “[...] *you have a defasagem tão grande*” que as escolhas são movidas, pela alternativa indicada: “[...] *mesmo tendo políticas afirmativas, escolhem com o que dá para ser*”.

*Comecei o mestrado trabalhando, era um outro ritmo, tinha minha filha que morava comigo aqui, estava com 10 anos na época, hoje ela está com 15, agora está morando com a mãe no Rio, foi muito difícil, porque a universidade, a pós-graduação, não é feita para pessoas que não são só estudantes e é uma cobrança pro cara que só estuda. Para uma pessoa de 22 anos e que a família adota e é a mesma cobrança para mim. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

Não querendo tirar a legitimidade das dificuldades encontradas no percurso acadêmico de Besouro Mangangá, mas como forma reflexiva. Quantas mães solas tem a possibilidade de “devolver” seus filhos ou filhas aos pais? Ou até mesmo aos avós das crianças? Embora essa dificuldade retrate o percurso vivido por Besouro, esse é um privilégio masculino, pois é muito mais fácil um homem “devolver” a filha ou filho para a mãe do que o inverso correr.

*O curso de medicina por exemplo, que eu acho que é um curso integral; como alguém como eu vai fazer? Não tem, não dá. Se eu não trabalho como é que alguém vai me sustentar? A pessoa tem o acesso, tem a política de cota, mas como é que ela vai se sustentar? Sendo que a família é tão ferrada quanto ela. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*A gente acaba tendo que abrir mão de uma coisa ou outra. Vou fazer isso, mas, em compensação vou puxar menos matéria, a exemplo de alguém que não trabalha. Eu entrei e fiz uma aula, e veio a pandemia. Eu conheço 10% ou 15% da minha turma, porque é só um rostinho ali ou uma fotinho, alguém que liga a câmera, a gente faz trabalho em grupo, mas a gente já está chegando na metade do curso, e já tem gente que saiu, desistiu e eu nem conheci, ou mudou de turno... a questão agora é que a gente só encontra as pessoas dessa forma. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

A grande parte das/os entrevistadas/os relataram dificuldades de sociabilidade durante a pandemia. Consideramos que a dificuldade de socialização, ser o ponto central das dificuldades vividas pelas/os estudantes durante a pandemia, é muito positivo. Em um período em que as pessoas estavam morrendo por motivos de

doença, ter dificuldades sociais é o mínimo esperado. Consideramos que a Universidade Federal de Santa Catarina cumpriu com seu papel de ensino e suporte para seus estudantes durante a pandemia, interrompendo, imediatamente, as aulas presenciais.

*Em relação ao mestrado foi bem complicado como te falei, era uma realidade muito distante vir para cá sem ter nunca morado aqui, e vir para cá para morar sozinho, eu vim com minha filha, que tinha 10 anos na época, e tinha que trabalhar, assistir aula do mestrado, tudo isso ao mesmo tempo. Obviamente faltava bastante, entre mulheres que são mães você deve ouvir isso mais recorrentemente; que é difícil, a academia para quem é mãe, e tem uma cobrança, uma autocobrança muito grande, de que a gente não tá sendo suficiente em nenhuma das áreas, também não estou sendo um bom pai, e isso foi bem complicado. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Minha família me deu o suporte mesmo não estando aqui. Eu não tinha uma rede de apoio, não tinha nada, minha família estava toda lá. Minha mãe veio em alguns momentos para cá para ajudar a gente, porque só eu e minha filha aqui ficava muito desgastante para mim, todos os dias com ela tinha a parte boa e parte ruim, tudo era eu, e a pressão também, da academia do mestrado. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Teve um período que eu tive que fazer cirurgia e aí minha mãe veio para cá para me dar suporte. Uma ex-namorada minha também, veio lá do Rio em alguns momentos, e eu precisei desse suporte bastante ao longo desse tempo, inclusive minha filha adoeceu psicologicamente nesse tempo. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

É muito importante para essa pesquisa analisar os arranjos e rearranjos familiares para que estudantes consigam manter-se estudando. O apoio familiar é uma âncora central na vida de estudantes.

*Em relação a conquistas isso é muito louco, acho que a gente não tem nem dimensão do que significa isso, mestrado o que que é isso, ela dizia: termina logo isso, entrega logo isso (risos), se eu pudesse terminar assim tão rápido eu terminava. E acho que a gente não tem ideia como é essa pressão, talvez essa pressão tenha sido mais em mim assim essa parada mais aguda. Eu acho que a conquista é essa, de ter feito uma coisa que gostaria de fazer desde lá do Rio. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Outra conquista é estar fazendo direito porque eu quero fazer. Algumas semanas atrás eu vi, porque eu não tinha me visto ainda assim, eu terminei uma coisa, comecei outra, e aí veio a pandemia, e eu não tinha me visto como alguém do direito; se você tem um problema jurídico você procura seu amigo para poder tirar a dúvida com ele, e eu via as pessoas vindo falar comigo (risos) e as pessoas perguntavam várias coisas que eu nem sei, mas eu dava uma procurada, mas eu percebi que as pessoas são tão leigas no assunto que você dá um norte e já é uma grande orientação. É uma conquista poder auxiliar as pessoas. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

*Não me dediquei exclusivamente aos estudos. Mesmo sendo concursado com nível médio, pelo fato de ter uma filha que morava comigo, eu optei por morar aqui perto da UFSC no Pantanal, aconteceu constantemente que tiverem meses que faltou dinheiro. Deixou de ser assim no início da pandemia, quando fomos para o Rio e ficamos um ano e meio na casa dos meus pais. Agora eu retornei, minha filha ficou lá, decidiu ficar com a mãe. (Trecho da entrevista concedida por Besouro Mangangá em 21/01/2022).*

Consideramos crucial o apoio familiar que estudantes possuem, sendo chave central para se manter no meio escolar e acadêmico. Se Besouro Mangangá não tivesse o apoio de sua mãe e de sua ex-esposa para deixar a filha com elas, a história poderia ser bem diferente, comprometendo inclusive a finalização de seu mestrado e, conseqüentemente, o ingresso no curso de Direito.

#### 4.2 ENTREVISTA NARRATIVA DE GANGA ZUMBA

Continuando a defesa da ideia de pontuação a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, esse entrevistado foi categorizado com 2 pontos de intersecção pois acumula duas desigualdades: ter estudado em ensino médio em escola pública e por pertencer a categoria de baixa renda.

Ganga Zumba, ingressou em 2013.2 pelo recorte de ensino em escolas públicas e renda a baixo de 1,5 salários mínimos no curso de Engenharia Elétrica; no dia da entrevista estava com 27 anos, considera-se homem branco e cis, estado civil solteiro e nascido em Porto Alegre.

*Meus pais são professores de educação física, eu nasci no RS, desde que comecei a estudar eu estudei em escolas particulares, quando me mudei para Florianópolis com meus pais, me colocaram em uma escola pública. Isso demonstra algumas dificuldades encontradas. A troca do ensino particular para o público não posso dizer que diminuiu minha escolaridade, mas me dificultou a partir do momento em que ingressei na universidade. Sempre tive muito incentivo dos pais para estudar. A troca de escolas de ensino privado para escolas de ensino público foi uma troca por necessidade e não por escolha. (Trecho da entrevista concedida por Ganga Zumba em 16/02/2022).*

Na mudança do Rio Grande do Sul para Florianópolis não tinha como a família manter o pagamento das mensalidades escolares. Entrou no 5º ano em uma escola pública municipal de Florianópolis. No Ensino Médio teve a sorte e o privilégio de ser sorteado para uma vaga do Colégio Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina.

A maior dificuldade relatada no Ensino Fundamental foi a mudança de estado que culminou na troca de escolas, trazendo dificuldades de socialização e aprendizado em virtude da transição em ciclos de amizades e a diferença na qualidade de ensino.

*Nunca fui o melhor aluno, sempre me dediquei a meus estudos. Meus pais me cobravam somente o básico, embora incentivassem. Sempre fui bem nas provas, sempre tive que entender um pouco mais, nunca tive o dom de aprender rapidamente as coisas. Quando entrei no Aplicação comecei a sentir outra realidade, consegui me sentir parte daquele meio social. Na escola do Aplicação são todos basicamente filhos de professores, acarretando em uma qualidade de vida melhor. A forma de estudo, como as pessoas já tinham um método de estudo, como as pessoas já tinham como meta passar na universidade, coisas que eu nem tinha na cabeça. (Trecho da entrevista concedida por Ganga Zumba em 16/02/2022).*

*No Ensino Médico eu comecei a perceber que tinha que estudar mais, pegava várias provas de recuperação, e meus pais me cobravam mais, para eu não ficar para trás dos meus colegas. No terceiro ano tive como um objetivo – imposto pela sociedade, que era passar na UFSC – como era o objetivo de todo mundo se tornou o meu objetivo também. Na época praticamente todos meus colegas faziam cursinho. Ficou um pouco apertado, porque eu tinha que passar, mas, também não tinha condições de fazer cursinho. Não tive problemas de preconceito na minha trajetória familiar e escolar. (Trecho da entrevista concedida por Ganga Zumba em 16/02/2022).*

A narrativa de Ganga Zumba revela um outro incentivo para vislumbrar o ingresso no Ensino Superior, as relações com os pares ao ingressar no Colégio de Aplicação: “[...] *as pessoas já tinham como meta passar na universidade, coisas que eu nem tinha na cabeça*”. Além disso, o ingresso nesse contexto escolar o levou a “[...] *sentir como as pessoas já tinham um método de estudo*”, imprimindo em sua trajetória de estudos uma outra dinâmica.

*A decisão de cursar Eng. elétrica começou no Ensino Médio. Pagar uma [universidade] particular não iria entrar no orçamento dos meus pais. Primeira experiência no vestibular foi para o ano de 2012 quando me formei, mas, não passei. Foi um momento bem difícil, pois via todos meus colegas passando na universidade e só eu que não. Fui chamado no IFSC para fazer um curso de tecnólogo, foi o que me ajudou bastante, porque não fiquei parado sem estudar, continuei estudando e continuei estudando para prestar a prova do vestibular da UFSC no final do ano. No meu primeiro vestibular para ingressar em 2012 (fazendo a prova no final de 2011) não tinham cotas específicas nas PAA para alunos de ensino médio por lei federal. O antigo edital UFSC sobre PAA que se iniciou em 2008 cobrava trajetória completa em ensino público, e o início do meu ensino fundamental foi em escola particular, e aí fiquei sem direito as cotas. Para o ingresso em 2013 eu tinha acesso as cotas e, aliando isso ao meu amadurecimento nos estudos, me deram bastante chances de ingresso, principalmente pelas PAA. Comecei a pegar gosto pela Engenharia Elétrica no curso do IFSC, pois todos os professores do curso de tecnólogo eram formados em Engenharia Elétrica. Além do curso de tecnólogo ser uma opção para quem não conseguiu passar em Engenharia Elétrica na UFSC,*

*foi o primeiro ano que teve PAA para Ensino Médio. (Trecho da entrevista concedida por Ganga Zumba em 16/02/2022).*

A alteração da Políticas de Ações Afirmativas, quanto a exigência do percurso formativo narrado por Ganga Zumba apresenta o quanto esse aspecto foi relevante para seu ingresso no Ensino Superior, visto que, “[...] *edital UFSC sobre Políticas de Ações Afirmativas que se iniciou em 2008 cobrava trajetória completa em ensino público, e o início do meu ensino fundamental foi em escola particular, e aí fiquei sem direito as cotas*”. Somente com a atualização da Política, incluindo cotas específicas para estudantes de ensino médio por lei federal, permitiu sua candidatura para “[...] *o ingresso em 2013 eu tinha acesso as cotas*”.

*Quando entrei na UFSC eu percebi que não sabia estudar, eu não tinha tantas expectativas. Meus pais falavam que quando eu entrasse na universidade seria uma experiência única na minha vida. Se não fosse o apoio dos meus pais eu não teria conseguido ingressar na Universidade. A maioria dos meus colegas tinha ingressado na UFSC estudando em cursinhos pré-vestibulares particulares, e chegaram na universidade com um método de estudos prontos e preparados para a cobrança do mundo universitário, entendendo muito melhor o que os professores estavam passando, tendo técnicas de aprendizado que aceleram os processos. Eu estudava 9 ou 10 horas para uma prova, e tirava 2 no teste, enquanto todo mundo ia bem. Isso me deixava triste. (Trecho da entrevista concedida por Ganga Zumba em 16/02/2022).*

*Não foi necessário trabalhar para continuar estudando, eu escolhi trabalhar para poder comprar as coisas que eu queria para mim. Desde que eu entrei na UFSC eu já trabalhava, não que eu precisasse para viver, mas eu via que meus colegas não precisavam trabalhar para comprar as coisas que gostavam. Concordo com as Políticas de Ações Afirmativas, acho extremamente importante. Quanto mais vagas para as Políticas de Ações Afirmativas melhor, porque tem muito mais quantidade de pessoas com baixa renda do que renda acima. Pela nota que eu tirei no vestibular eu não teria passado sem Políticas de Ações Afirmativas. A universidade fez eu me sentir confiante, porque eu tenho a confiança de que posso aprender qualquer coisa. Com certeza vale a pena cursar a universidade, principalmente para aqueles que acabaram de sair do Ensino Médio, se eu pudesse eu incentivaria todo mundo a estudar, e que tivesse acesso a universidade para todos. (Trecho da entrevista concedida por Ganga Zumba em 16/02/2022).*

As maiores dificuldades encontradas na trajetória de Ganga Zumba foram as dificuldades relacionadas aos estudos em instituições públicas. Os meios, métodos e técnicas de adquirir conhecimentos foram as grandes dificuldades desse estudante. Ganga Zumba sempre teve apoio familiar para seguir com seus estudos.

### 4.3 ENTREVISTA NARRATIVA DE AQUALTUNE

Continuando a defesa da ideia de pontuação a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, essa entrevistada foi categorizada com 2 pontos de intersecção pois acumula duas desigualdades: se reconhecer Cis gênero feminino e por ter estudando seu Ensino Médio em instituição pública. Aqaltune, ingressou em 2018.1 pelas Ações Afirmativas na categoria Escola Pública para o curso de Engenharia de Controle de Automação, estava com 22 anos no dia da entrevista (01/02/2022), faria 23 anos no ano de 2022. Considera-se mulher branca, cis gênero, com renda acima de um salário mínimo e meio.

Sua mãe e seu pai são de regiões de interior e não possuem escolaridade completa. O pai tem ensino fundamental completo e a mãe ensino fundamental incompleto. Pelo fato de seus pais não terem tido oportunidade aos estudos, eles enfatizaram e priorizaram os estudos na vida de Aqaltune.

*Completei toda a escolaridade até o ensino médio. Eu via como era difícil a vida deles, meu pai era caminhoneiro, por esse motivo nunca foi algo forçado, uma imposição hierárquica de pai/mãe para filha. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

A mãe de Aqaltune deixa de trabalhar fora para dedicar-se aos cuidados e apoio familiar para que sua filha pudesse dedicar-se 100% do seu tempo útil aos estudos. Além da prerrogativa de que não compensava, financeiramente, a mãe trabalhar para pagar uma creche para sua filha: “*E ai a renda da família caiu*” enfatiza Aqaltune. Os estudos foram sempre valorizados pela família, facilitando e incentivando a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior.

*Eu sempre fui uma boa aluna, eu sempre me dediquei somente aos estudos, poucos momentos da vida tive que trabalhar. Uma de minhas conquistas sempre foi ser a melhor aluna. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*O preconceito que eu sempre sofri foi quando eu estava no ensino fundamental e sofria bullying por ser muito magrinha. Não era algo muito pesado, mas sofria um certo bullying com piadinhas. Não houve nenhuma estratégia, a estratégia era simplesmente ignorar, fingir que não acontecia. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*Eu sempre sabia que eu iria fazer faculdade, mas não conhecia muito. Até o terceiro ano era tudo muito no escuro, eu não sabia qual curso iria fazer, não sabia como funcionava e o que era uma Universidade Pública Federal, eu sabia que tinham pessoas que podiam cursar medicina sem pagar, mas era só isso sabe. Quando estava no terceiro ano fiquei sabendo das inscrições em*

*um cursinho pré-vestibular gratuito, onde bastava ter boas notas para poder estudar. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

A partir desse contato, com professoras/es que ministravam as aulas e colegas de sala, é que Aqaltune começa a ter mais contato e mais conhecimento sobre os processos preparatórios do vestibular.

*Nessa época eu descobri um novo mundo com essas descobertas, no início eu queria fazer sociologia, mas essas áreas não dão tanto dinheiro quanto eu gostaria, aí acabei caindo na armadilha das engenharias. Pesquisei bastante e depois decidi fazer engenharia de automação porque seria o que eu mais iria gostar. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

Na primeira tentativa em cursar a Universidade através do vestibular Aqaltune não passou por não ter se inscrito em sua modalidade por direito das Políticas de Ações Afirmativas, alegando ter ficado bem longe de passar pela pontuação que conseguiu alcançar na ampla concorrência. No segundo ano de cursinho, logo após ao terceirão, Aqaltune foca seus esforços para passar na Universidade Federal pois, sabia que não havia a possibilidade de conseguir pagar um curso de engenharia em uma Universidade particular. Mesmo tendo que pagar aluguel se tornava mais em conta e vantajoso estudar na Universidade Federal de Santa Catarina.

No primeiro semestre do ano Aqaltune estuda em um cursinho particular, e no segundo semestre ela estuda em casa, e alega ter aprendido mais nesse processo de estudos individualizados do que no pré-vestibular.

*Conseguir entrar graças as vagas disponibilizadas pelas Políticas de Ações Afirmativas. Minhas notas eram excelentes no ensino médio, mas mesmo assim minhas notas não foram suficientes para ingressar no primeiro vestibular, e isso foi um grande choque. Quando entrei no pré-vestibular pago conheci muitas pessoas que queriam medicina, e eram todas muito inteligentes, fiquei chocada. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*Em relação a Universidade está sendo uma experiência fantástica, muitos laboratórios, conhecer novas pessoas, dedicadas, com planos de vida, pessoas com metas para alcançar e seguir, pessoas que transmitem confiança. Alguns professores não tem muita vontade de dar aula, algumas disciplinas iniciais são desmotivantes, mas as disciplinas específicas e optativas são incríveis. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*A maior conquista com certeza foi entrar na UFSC e a próxima maior conquista será me formar na UFSC. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*As facilidades nesse processo são o Restaurante Universitário e o Hospital Universitário, são muito importantes para os estudantes. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*A UFSC é também um local de lazer, onde podemos relaxar, além de estudar muito. Pandemia atrapalhou muito o contato social, uma das melhores coisas que eu tinha para fazer era ir para aula e poder conversar com as pessoas, agora a pandemia tirou essa interação. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

Os pais dedicaram-se para que Aqaltune pudesse dedicar-se 100% do seu tempo aos estudos. Embora faça estágio na Universidade Federal de Santa Catarina, trabalhando 20h por semana. Aqaltune mostra indignação quando escuta pessoas falando mal das Políticas de Ações Afirmativas, pois se não fossem essas políticas ela afirma que não teria conseguido entrar na Universidade, mesmo sendo uma aluna exemplar no ensino médio.

As Políticas de Ações Afirmativas atendem todas as necessidades de Aqaltune. A questão financeira ainda está apertada, mas ela ainda consegue sobreviver dessa maneira: *“As Políticas de Ações Afirmativas atendem as minhas necessidades, mas, para outras pessoas pode ter outros empasses” (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

*Seria muito triste não poder estudar na UFSC, pois o ingresso na universidade foi uma das maiores conquistas da minha vida. Se não existissem as PAA eu teria estudado em uma Universidade particular, semelhante como fizeram minhas primas. Eu teria desistido de entrar na UFSC se tivesse reprovado mais uma vez, e sem as PAA isso teria acontecido. Eu teria ingressado em uma Universidade de menor qualidade para poder cursar uma graduação de nível superior. (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

Aqaltune aconselha a entrada em cursos de graduação por meio das Políticas de Ações Afirmativas, incentivando essas políticas e as pessoas que são favorecidas por elas por direito. Gostaria de incentivar outras pessoas a entrarem. *“Sempre tento convencer minhas primas mais novas a entrarem” (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

Aqaltune relata que os obstáculos da pandemia foram; não ter interação social; não existirem momentos de descontração juntos e depois das aulas; e de não ter encontros aleatórios na universidade. A reclusão social induziu Aqaltune a morar com seu namorado, o que, nas palavras dela *“[...] me sobrecarregou com trabalhos domésticos por machismo” (Trecho da entrevista concedida por Aqaltune em 01/02/2022).*

#### 4.4 ENTREVISTA NARRATIVA DE GAÊ SAGÁS

Continuando a defesa da ideia de pontuação, a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, esse entrevistado foi categorizado com 3 pontos de intersecção pois acumula três desigualdades: por ter estudado em ensino médio público, por baixa renda e por orientação sexual alternativa da heteronormativa.

Gaê Sagás estudou em Escola Pública e ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina pelo recorte de renda inferior a 1,5 Salários Mínimos no curso Agronomia. No dia da entrevista (08/02/2022) estava com 22 anos de idade, se declarou homem branco, cis gênero, estado civil solteiro, nascido na cidade Florianópolis, tendo residido a vida toda em Governador Celso Ramos.

*Eu nasci em Florianópolis porque na minha cidade não tem maternidade, mas eu morei sempre em Governador Celso Ramos. Nunca dei trabalho aos meus pais, sempre ajudei nos afazeres de casa e sempre gostei muito de ir para a escola. Todos os dois sempre incentivaram os meus estudos. Meu pai terminou o Ensino Médio e chegou a pensar em fazer um curso superior, mas na época a pesca estava dando dinheiro e ele foi trabalhar. Minha mãe estudou até a 4ª série. Quando eu nasci meu pai já trabalhava em terra como vigilante. (Trecho da entrevista concedida por Gaê Sagás em 08/02/2022).*

Na trajetória de Gaê Sagás percebemos que, embora o grau de instrução de seus pais serem baixos, esse aspecto não influenciou negativamente no apoio familiar que o estudante recebeu de sua família para conquistar uma vaga no ensino superior.

*Tenho uma irmã que morou conosco até meus 8 anos, ela casou e foi morar com o marido. Desde então sou só eu e meus pais em casa. A única renda que entra em casa é a renda do meu pai de vigilante, que é baixa. Me inscrevi por até 1,5 salário mínimos. Quando eu entrei na UFSC meu pai perdeu o emprego, e nossa renda diminuiu ainda mais. Mas minha renda que havia sido declarada antes do vestibular não era a mesma renda da qual eu ingressei na UFSC, era muito mais baixa, e eu precisava de bolsa e não consegui porque constava a renda do trabalho do meu pai ainda. No final de 2019 meu pai deu entrada na aposentadoria, e ficamos dois anos vivendo de bicos, eu, meu pai e minha mãe. Nós trabalhávamos com faxina em banheiros de praias, e faxina em apartamentos. Ingressei no curso de Agronomia, meu pai queria que eu fizesse engenharia elétrica, porque eu já tinha feito um curso técnico de agro tecnologia. Em 2019 eu consegui ajustar a renda para mínima, praticamente zerada, no segundo semestre. Agora eu perdi a bolsa da PRAE, mas antes eu tinha, ela ajudava bastante. (Trecho da entrevista concedida por Gaê Sagás em 08/02/2022).*

A necessidade de trabalho demonstra os obstáculos percorridos no processo de estudos de Gaê que, por dificuldades em adquirir bolsa de estudos para se manter na Universidade recorre a trabalhos informais. As dificuldades expostas pelo

estudante em relação a aquisição de bolsa pela Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE) não é algo novo, é uma queixa que se repete em todas as entrevistas das quais as/os estudantes tem direito pela baixa renda:

*Eu trabalhava na praia, mas não tinha carteira assinada, era só informal. As assistentes sociais da PRAE complicam mais do que ajudam, querem barrar o pobre de ganhar bolsa exigindo muitos documentos e não auxiliando de como conseguir esses documentos. Sem a Universidade eu estaria no mercado de trabalho. (Trecho da entrevista concedida por Gaê Sagás em 08/02/2022).*

*As Políticas de Ações Afirmativas influenciaram na entrada da Universidade. Vir para a UFSC era perder uma renda em casa, pois eu não poderia mais trabalhar. (Trecho da entrevista concedida por Gaê Sagás em 08/02/2022).*

A narrativa de denúncia, de Gaê Sagás de “As assistentes sociais da Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE) complicam mais do que ajudam, querem barrar o pobre de ganhar bolsa exigindo muitos documentos e não auxiliando de como conseguir esses documentos”, precisam ser incorporadas nas Políticas de Ações Afirmativas, pois, não basta uma política que assegure o ingresso, mas também a permanência na Universidade.

Da entrevista de Gaê Sagás, cabe também destacar o trecho: “As Políticas de Ações Afirmativas influenciaram na entrada da Universidade. Vir para a Universidade Federal de Santa Catarina era perder uma renda em casa, pois eu não poderia mais trabalhar”. Embora outros entrevistados tenham se inscrito pela modalidade de baixa renda pelas Ações Afirmativas, somente Gaê e Dandara (última entrevistada) relataram a necessidade de trabalhar da forma que Gaê Sagás relata. Essa necessidade envolve uma série de arranjos e rearranjos familiares para que Gaê largasse o trabalho para começar a estudar na Universidade Federal de Santa Catarina.

*Vivi preconceitos pelo meu sotaque, agora já perdi muito, mas na cidade do interior, eu tenho sotaque muito forte ainda. Não sei se é preconceito, na minha família, sobre minha sexualidade, minha família não toca no assunto, apesar de saber. Eu não sei quais são os limites do preconceito, porque eles não estão ali me xingando nem nada disso, mas também não falam sobre. Primeiramente, me afetava bastantes, psicologicamente, o silêncio sobre o tema, em 2018 passei um perrengue, essa questão da sexualidade me afetou demais, psicologicamente, ai tive que ir no psicólogo, dava ansiedade, e a psicóloga me ajudou a entender muito sobre o que tenho passado, eles ficam calados mas eles me respeitam, acho que eles estão passando pelo processos deles, hoje em dia eu entendo isso. (Trecho da entrevista concedida por Gaê Sagás em 08/02/2022).*

As desigualdades vividas por Gaê Sagás devido sua orientação sexual é sem dúvida uma desigualdade invisibilizada pelas ações afirmativas. Embora esse aspecto não constitua o debate central desta pesquisa, é algo a ser pensado. Como o próprio estudante relata, sua família não sabe lidar com esse tema e permanece em silêncio.

*O agrotécnico nunca me chamou a atenção, então eu decidi seguir os estudos. O curso superior que eu escolhi foi por ter tido esse contato com o curso técnico. No ciclo de amigos da minha cidade eu fui o primeiro a estudar aqui na UFSC. Tudo na UFSC superou as expectativas, eu não conhecia nenhum agrônomo também, o laboratório eu não imaginava que seria assim, de maneira geral superou as expectativas. (Trecho da entrevista concedida por Gaê Sagás em 08/02/2022).*

Esse trecho da entrevista demonstra o quão importante essas políticas são para os estudantes que ingressam por meio das Ações Afirmativas. Gaê Sagás é um verdadeiro exemplo entre seu círculo de amizades e, almejamos que, aperfeiçoando essas políticas, as vagas nas Universidades públicas federais sejam uma realidade não somente para Besouro, mas para seu círculo de amizades e outras/os estudantes que vivenciem desigualdades interseccionadas para além daquelas dispostas nas atuais Políticas de Ações Afirmativas.

#### 4.5 ENTREVISTA NARRATIVA DE ODARA

Continuando a defesa da ideia de pontuação a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, essa entrevistada foi categorizada com 3 pontos de intersecção pois acumula três desigualdades: ter estudado em ensino médio público, por baixa renda, por se reconhecer Cis gênero feminino e orientação sexual alternativa da heteronormativa. Ingressou em 2016 no curso de Farmácia com 21 anos, no dia da entrevista (31/01/2022) com 26 anos, se reconhece como mulher branca, cis gênero, orientação sexual bissexual e solteira. Realizou todo seu percurso escolar em Escola Pública e vive momentos com Baixa Renda.

*Nasci em uma cidade muito pequena, e lá não tem muito desenvolvimento intelectual ou ambiental. Eu vim para cá para Florianópolis com 6 anos, eu cresci nessa cidade grande e isso fez com que eu tivesse mais perspectivas do que se eu tivesse crescido naquela cidade. Meu meio familiar sobre a escolaridade foi de muito incentivo. Meu pai incentivou muito eu e meu irmão, oferecendo todo o apoio necessário para continuar nos estudos. Eu cresci muito bem na escola, sempre estudei em escola pública. Sempre tive o apoio de meu pai, sempre tive o incentivo dele, me dediquei bastante aos estudos. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Esse excerto da entrevista reafirma a importância do apoio familiar na vida de estudos escolares e acadêmicos, trazendo uma predisposição maior para permanência nos estudos, desde a educação básica, assim como a finalização dos estudos e trajetória escolar e acadêmica e diria, inclusive como determinante para o ingresso ou pelo menos o incentivo para o ingresso no Ensino Superior.

*Meu irmão é mais velho que eu, ele tem 6 anos a mais, então sempre tive esse incentivo dele para estudar, porque ele também foi sempre bom aluno, e assim que se formou no Ensino Médio ingressou em uma faculdade. Então eu sempre tive esse incentivo ao estudo e a começar uma faculdade. A época do vestibular é uma época em que precisamos bastante apoio, bastante incentivo, bastante dedicação, para você poder cursar uma faculdade, para conseguir prestar um vestibular e ser aprovado. Na época do meu Ensino Médio Eu tive uma defasagem muito grande nos meus estudos por motivos de falta de professores e por greve de professores. Alguns professores que estão na escola não são tão bons assim, não tem vontade de ensinar. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Aqui vemos a importância do apoio familiar durante o processo seletivo do Vestibular, o qual pode ser considerado uma peneira, que privilegia os alunos mais bem sucedidos. Ser bem sucedido ou não no vestibular pode ser diretamente proporcional ao incentivo familiar aos estudos?

*Meu curso de farmácia exige muito de química, e quando eu fui fazer o meu primeiro vestibular, eu zerei na prova de química, pois no ensino médio a professora ou estava de férias, ou de atestado, ou estava afastada, então eu não tive aulas de química no ensino médio. Essa é uma dificuldade que eu tenho no meu curso em relação a trajetória escolar. Durante os três anos de EM eu não tive aulas de química em virtude da professora. Eu tive muito apoio para continuar estudando, o sonho do meu pai era me ver formada, ele estava ali sempre disposto a me ajudar no que eu precisasse. No terceiro ano do EM meu pai com muito esforço conseguiu pagar um cursinho pré-vestibular para me preparar para a prova da UFSC. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Destacamos nesse excerto a importância de permanência das vagas para estudantes de ensino público, que além da predisposição que esses alunos tem de ter baixa renda, traz consigo muitas dificuldades estruturais ao ensino como relatado por Odara.

*Eu nunca cheguei a sofrer preconceito até os meus 26 anos por classe econômica ou orientação. Aos 26 anos sofri preconceito por parte da minha mãe quando eu comecei a namorar outra garota. Nos afastamos novamente por essa questão, nós já não conversávamos a um bom tempo e não tenho contato com minha mãe no momento. Eu não tenho o apoio da minha mãe para nada na minha vida. Durante o terceiro ano eu namorei um rapaz que tinha depressão, e era muito curioso a forma que os medicamentos agiam no seu corpo e como ele reagia a isso. A partir de então eu fiquei muito curiosa em*

*estudar farmácia. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Tendo em vista que consideramos o apoio familiar como alicerce para o sucesso escolar/acadêmico de estudantes, é um equívoco desconsiderarmos os impactos na vida de estudantes causados pela pressão dos pais em virtude de uma orientação sexual alternativa da heteronormatividade, pois, os dados das entrevistas, revelam que dentro da família seja o local onde ocorram as maiores violências por orientação sexual.

Colocado esse ponto, analisamos que se o apoio familiar é o alicerce para o sucesso escolar e acadêmico, seja de suma importância as Ações Afirmativas visibilizarem as desigualdades vivenciadas por orientação sexual, pois pessoas com orientações sexuais alternativas – que não são heteronormativas – vivenciam mais desigualdades dentro do seu contexto familiar, do que pessoas heteronormativas, culminando em um menor apoio familiar para pessoas com orientações sexuais alternativas, dificultando portanto, o sucesso escolar e acadêmico por falta de apoio familiar.

*As PAA foram muito importantes pois eu tive muitas dificuldades na época da escola por falta de professores e greves. Alunos de escola pública e alunos de escola privada tem muita diferença na qualidade do ensino. As PAA foram a porta de entrada que conseguiram me colocar na Universidade. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Novamente chegamos a essa conclusão: da importância das Ações Afirmativas na trajetória dos entrevistados. Sem exceção, todos estudantes entrevistados relatam que não teriam conseguido ingressar na Universidade sem o apoio das Ações Afirmativas.

*Eu sempre tive a expectativa que a UFSC me proporcionaria muitos caminhos e de certa forma ela tem me proporcionado, eu tenho adquirido uma experiência e vivência muito boa dentro da universidade, temos bastante diversidade de pessoas lá dentro, isso agrega bastante na nossa formação pessoal. As vezes eu sinto que gostaria de aproveitar mais o que a UFSC tem a oferecer. Eu preciso trabalhar e por isso eu não tenho tempo para aproveitar tudo o que a UFSC oferece e tudo o que eu gostaria de vivenciar nela. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

*Até o ano passado eu me dedicava exclusivamente nos estudos, no último ano meu pai veio a falecer, e como eu não tenho apoio da minha mãe, não tenho o apoio dela de nenhuma forma eu tive que começar a trabalhar para me sustentar. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Nota-se aqui a dificuldade encontrada na trajetória de Odara relacionada ao apoio familiar. A estudante só dá início a vida no mercado de trabalho por falta de

apoio familiar materno depois que seu pai veio a óbito. A falta de apoio familiar foi relatada por motivo de homofobia por parte da mãe, que não aceita que sua filha namore uma mulher/garota.

*Em relação a pandemia eu até consegui conciliar um pouco o estágio com as disciplinas do resto do dia. Todavia a bolsa do estágio não é suficiente, então tive que começar a trabalhar em outro lugar também. Eu trabalho em período integral durante a semana, e na volta as aulas eu não sei como vou conseguir conciliar trabalho e estudo para poder me sustentar. No primeiro ano que estive na UFSC eu tive um episódio de depressão muito intenso. Isso fez eu parar os estudos por dois anos, pois eu não conseguia sair de casa, então tive que dar uma pausa nos meus estudos por dois anos. Depois disso eu retornei, e estamos aí tentando retornar. Meus pais se divorciavam quando eu tinha 11 anos. Eu morei com minha mãe até os 21 anos, onde tivemos um desentendimento, ela me expulsou de casa e eu fui morar com meu pai. Sempre moramos em Florianópolis dedes que saímos de Caçador. Trabalho com free lance em uma lanchonete. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

*PAA são um problema muito importante, tem muitos alunos, muitas pessoas que se encontram em situações piores que a minha, com menos apoio familiar que eu. Se eu tivesse que comprar o passe do RU eu não teria dinheiro para isso. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

*Eu venho de uma cidade pequena, onde não temos essa perspectiva, os pais não crescem ensinando isso para os filhos, que tem que fazer uma faculdade e tal. Lá você termina o EM e vai trabalhar em uma fábrica. Sem as PAA minha vida seria muito diferente, não estaria estudando algo que gosto. Provavelmente eu estaria hoje trabalhando com algo que não gosto. (Trecho da entrevista concedida por Odara em 31/01/2022).*

Por fim, ressaltamos a importância de dar visibilidade as desigualdades vividas por estudantes que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, pois as desigualdades desses estudantes são muito mais abruptas em contexto familiar do que em outros locais, interferindo diretamente no rendimento e apoio familiar para com os estudos, tendo uma vez em vista a importância do apoio familiar na trajetória e sucesso escolares e acadêmicos de estudantes.

#### 4.6 ENTREVISTA NARRATIVA DE AIDÊ

Aqui também, dando continuidade a proposta de pontuação, a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, essa entrevistada foi categorizada com 4 pontos de intersecção pois acumula quatro desigualdades: por motivos de ter estudado o ensino médio em escola pública, por baixa renda, por se reconhecer Cis gênero feminino e pela ausência do registro

paterno na certidão de nascimento. Aidê ingressou na Universidade pela Categoria: Escola pública e Renda per capita até 1,5 salários mínimos em 31 de julho de 2017 no curso Ciências Sociais. Ela se autodeclarou mulher branca, cis gênero, nascida em São Paulo Capital, morando boa parte da vida no interior de São Paulo e litoral de São Paulo. Teve uma União Estável de 7 Anos, mas nunca se casou, sendo seu estado civil solteira. No dia da entrevista (03/02/2022) estava com 34 anos.

Filha de mãe adolescente e sem registro do pai na certidão de nascimento, cresceu com sua avó e sua mãe, morou até os nove anos de idade com avó. Morou 9 anos em Peruíbe com suas tias onde completou o Ensino Médio, sendo sempre criada por mulheres, revelando uma configuração familiar alargada, como bem retrata Fonseca (1999, 2005). Sofria bullying, com ameaças de violência (na segunda série escolar) o que a levou a se transferir para outra escola por conta destes conflitos.

Sua mãe casou-se, e Aidê relata que seu padrasto foi candidato a vereador e é formado em Agronomia. Foi por ele que a entrevistada teve contato com “pessoas mais escolarizadas”, em suas palavras. A partir de então, pensou em se dedicar no ensino médio para alcançar um curso de graduação. Tentou cursar artes cênicas na USP, mas não passou. Ao completar 18 anos Aidê sai de casa para viver uma vida no “*mun*do” – com suas palavras – tendo a partir de então, independência financeira e social. O Motivo que leva Aidê a tornar-se independente é movido por discussões com sua mãe. Ambas discutem e ela sai de casa para morar sozinha na cidade de São Paulo Capital.

Em São Paula, Aidê ingressa no mercado de trabalho, tem duas experiências de empregos em navios de cruzeiros. Foi trabalhar como manicure em um navio, foi para Londres fazer um curso e ficou 8 meses embarcada. Foi “*uma experiência bacana e legal*” para Aidê – em suas palavras –, foi possível aprender novos idiomas e conhecer novas pessoas. Mas essa experiência não possibilitou acumular renda, pelo contrário, trouxe dívidas a ela, mas como experiência de vida foi “*sem preço*”.

Quando Aidê volta ao Brasil, sua mãe estava grávida e desempregada, morando com sua irmã – tia de Aidê. Aidê permanece quase um ano auxiliando a gestação da mãe na casa da tia em Peruíbe. Sua mãe começa a trabalhar como empregada doméstica e Aidê trabalhava na época com sistemas de alarmes. Após o nascimento do seu irmão mais novo, Aidê volta para o navio para trabalhar como fotógrafa. Nesse navio Aidê conhece o pai de seu filho, casaram e foram morar juntos. Ao finalizar o contrato de quatro meses com o cruzeiro, o casal fica sem saber onde

morar, se mudam algumas vezes, o filho do casal nasce em São Paulo, e depois se mudam para Brasília e logo após se mudam para Joinville, onde a sogra de Aidê morava.

Depois de um tempo, Aidê, sua sogra, seu marido e seu filho se mudam para Florianópolis, no início do ano de 2014. Aidê fica 1 ano desempregada pois tinha muitos afazeres. Tentou depois desse período alguns trabalhos autônomos. Por motivos econômicos e financeiros a mãe e o irmão de Aidê se mudam para Florianópolis para morarem com ela na cidade.

Aidê conta que seu casamento estava abalado na época e acabaram brigando por violência de gênero e Aidê coloca seu marido para fora de casa, o que culmina na separação do casal. Aidê passa pelo processo seletivo do SISU e ingressa no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina.

Aidê narra suas dificuldades em conciliar vida acadêmica, maternidade e trabalho, sentindo bastante responsabilidade: *“Sinto dificuldades mais na atualidade, vida acadêmica, família, cuidar da filha, trabalhar”* **(Trecho da entrevista concedida por Aidê em 03/02/2022)**.

Para Aidê, a Pandemia auxiliou na rotina de correria, pois ficava somente em casa e conseguia conciliar melhor suas responsabilidades; acadêmicas, maternas e profissionais de forma que foi possível *“[...] desacelerar uma rotina mais do que conseguia dar conta”*. **(Trecho da entrevista concedida por Aidê em 03/02/2022)**.

Aidê considera uma de suas conquistas poder realizar um intercâmbio virtual, embora não tenha tido a experiência de viver em outro país, ter estudado em uma instituição em outro país, de qualquer forma realizar esse intercâmbio foi engrandecedor. Todo estágio foi feito em período de pandemia.

No seu percurso escolar Aidê relata que sofria bullying na primeira e segunda série do ensino fundamental, e sofreu violência na 8ª série. *“Nos anos 90 eu era bem branquinha e loira, pegou o preconceito de loira burra, onde Universidade não seria um local para mim porque eu supostamente era burra por ser loira”*. **(Trecho da entrevista concedida por Aidê em 03/02/2022)**. Nessa época, na escola, houve boatos de que Aidê era lésbica e que estava pegando todas as meninas da escola, então algumas meninas mais velhas de outra escola vieram para bater nela. Certo dia Aidê conta que sua mãe foi buscá-la na escola e se depara com um grupo de meninas esperando Aidê fora da escola para brigarem e agredi-la. Quando era mais velha uma colega a protegeu e levou para casa. A forma de reagir contra essas violências e

preconceitos foi parar de se comunicar com pessoas de sua escola e de sua sala, mesmo sendo ela uma garota que “conversava com todo mundo”. Esse afastamento culminou com a transferência para outra escola.

Para Aidê sempre foi um sonho cursar uma universidade pública, sempre teve o sonho de se graduar em um curso superior. Gostava de ciência política, já conhecia Marx, e gostava de Antropologia – por motivos de interesse em outras culturas religiosas, como religiões de culto xamânico e de matriz africana.

A universidade atendeu as expectativas de Aidê, ainda atende. Sempre tenta conciliar trabalho, maternidade e atividades extras na universidade como participação em núcleos, participação em congressos, estágios, disciplinas optativas e entre outras atividades curriculares e extra curriculares que podem ser oferecidas pela universidade.

O papel das Políticas de Ações Afirmativas foi importante na trajetória de Aidê, pois se não fossem as Políticas de Ações Afirmativas ela não teria ingressado na universidade. Todavia, a estudante ressalta que as Políticas de Ações Afirmativas precisam aliar políticas de permanência, de forma que precisam ser aperfeiçoadas, mas, destaca que, mesmo estando do jeito que está, já ajudam bastante sua permanência na universidade.

Uma dificuldade encontrada por Aidê foi a falta de intimidade com o meio universitário, pelo fato de nenhum membro da família ter cursado um curso de graduação antes dela (mãe, avós, tias) para que pudesse auxiliar nos preparativos durante sua adolescência para o ingresso universitário. Foi através de seu padrasto agrônomo que Aidê teve o primeiro contato com pessoas com Ensino Superior completo.

Desde os 18 anos Aidê é independente, e é responsável desde sempre pelo seu filho depois da separação. Trabalha com bicos (*freelance*), para poder conciliar trabalho e universidade. Na universidade se candidatou a bolsa PIBE.

Aidê concorda com as Políticas de Ações Afirmativas e ressalta a importância de ser respeitado o percentual de vagas de acordo com o pertencimento étnico-racial da população brasileira. Compreende que como forma de aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas deveria haver um investimento nas bolsas de permanência:

*O curso superior vai garantir uma melhora na minha vida, um futuro melhor para meu filho. Vale o esforço, porque é um esforço, mas no futuro quando*

*eu estiver mais velha eu vou poder ter uma carreira, uma profissão. Porque é complicado ficar a mercê do mercado de trabalho sem uma profissão. (Trecho da entrevista concedida por Aidê em 03/02/2022).*

Aidê afirma que a pandemia atrapalhou sua saúde mental, a mãe de Aidê tem histórico de adoecimento mental, mais especificamente apresenta um quadro de bipolaridade e que a pandemia atrapalhou muito na sanidade mental. Para estudar e trabalhar foi muito melhor, o dia rendeu mais, sobrando até tempo para ler livros por hobby. Todavia, Aidê ressalta a dificuldade em ficar muito tempo na tela do computador sem equipamentos adequados, inclusive sem uma cadeira adequada.

#### 4.7 ENTREVISTA NARRATIVA DE DANDARA

Seguindo a proposta de pontuação, a partir dos eixos de opressão mencionados, no que concerne as *desigualdades interseccionadas*, essa entrevistada foi categorizada com 6 pontos de intersecção pois acumula quatro desigualdades: se autodeclarar como pessoa preta, ser mulher cis gênero feminino, ter estudado seu ensino médio em escola pública, ser pessoa em situação de baixa renda, sua orientação sexual é alternativa da heteronormatividade e não ter o registro paterno na certidão de nascimento.

A entrevistada Dandara ingressou no curso de História no ano de 2017, por meio das cotas suplementares para negros. No dia da entrevista 31/01/2022 estava com 28 anos, identificando-se como mulher negra, cis, solteira e nascida na cidade natal Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso.

*Eu entrei em 2017 no curso de História da UFSC com cotas suplementares para negros, tenho 28 anos, me identifico como mulher cis, sou solteira e minha cidade natal é Peixote de Azevedo no Mato Grosso. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*Minha mãe é mãe solo, fui adotada dentro da minha própria família, a minha tia-avó foi quem me adotou quando eu tinha mais ou menos 15 dias de nascida, e minha mãe biológica veio a falecer quando eu tinha cerca de 7 a 8 anos. Nesse período eu fiquei morando na casa minha tia-avó, com minha bisavó ou com minha avó materna. Não conheço minha família paterna. [...] Minha vó já faleceu, minha bisavó também e minha mãe biológica. Ainda tenho minha família adotiva, mãe, pai e dois irmãos. A gente tem bem pouco contato, uma vez por ano talvez, porque eles são muito crentes, são muito religiosos, muito homofóbicos e bolsonaristas. Essas questões familiares me geram muitos traumas, por causa desses abandonos, mas, é uma questão que estou resolvendo nas terapias e não na minha formação acadêmica. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Podemos perceber relações familiares complexas, com muitos rearranjos para definir quem ficaria com a responsabilidade de Dandara. Inicialmente, como contado pela entrevistada, houve uma forma de abandono em relação a mãe biológica, que deixou Dandara sob os cuidados e responsabilidade de sua tia-avó. Dandara afirma não conhecer a parte paterna da família. Dandara foi adotada, porém a entrevistada não deixou muito explícito se a adoção foi dentro de seus parentes matrilineares, ou se foi em outra família. As leituras sobre contextos familiares a partir de Fonseca (1999, 2005) se aproximam da realidade vivida por Dandara, em que nas famílias de classe baixa, tende-se a alargar o conceito de família, abrangendo a concepção não somente ao núcleo familiar de pai, mãe e filhos, mas abrangendo a concepção família para outros laços de consanguinidade como primos, primas, tias, avós e, até mesmo, em laços por afinidade como madrinhas. Nota-se que esses graus de parentesco vieram somente no feminino. Notamos, embora não tenham sido feitos comentários por Fonseca (1999, 2005) a esse respeito, que as crianças da classe baixas tinham geralmente entre 3 a 5 “mães”, mas não 2 a 3 “pais”. A esse respeito, a paternidade foi aspecto não discutido nesse artigo de Fonseca (1999, 2005) deixando a entender, que não houve relatos sobre a presença de mais de um pai para cada criança.

A entrevistada destaca divergência de credo, política e denuncia sua família adotiva como homofóbica. Percebemos aqui o verdadeiro significado de interseccionalidade, quando uma pessoa se torna alvo de desigualdades múltiplas dentro de sua própria família. Toda essa complexidade de relações de abandono – como citado pela entrevistada – geram traumas, entraves e bloqueios emocionais desde dentro do seu núcleo familiar. Essas formas de desigualdades, com essa complexidade de entrelaces deveriam ser reconhecidas pelas Políticas de Ações Afirmativas: Homofobia, abandono paterno (e nesse caso em particular abandono paterno e materno) e feminilidade.

*Eu comecei a ir na escola na cidade da minha bisavó no interior do Maranhão em Alvoradinha. A maior complicação no início era pela estrutura da escola, era uma cidade de interior muito pequena e todo mundo ia para a mesma escola e só tinha Ensino Fundamental, até 8ª série (9º ano). Os professores não tinham formação continuada, nem qualificada, tinha falta de estruturas, como cadeiras, ventiladores. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Percebemos aqui, mais uma desigualdade estrutural: a condição de defasagem nos estudos que são submetidas as pessoas de baixa renda quando o Estado não investe adequadamente para que se efetive uma qualidade da educação, resultado

em estruturas das escolas precárias e pouca formação qualificada e continuada das/os professoras/es.

*Nesse período eu não lembro de ter enfrentado muitas dificuldades familiares. Andávamos cerca de 30min até a escola, mas eu acordava bem cedo para ir até lá. Eu sempre fui estimulada pela minha família a estudar, mesmo que futuramente tivesse que trabalhar. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*A minha geração na família cresceu ouvindo que tínhamos que estudar para melhorar de vida, para não ser humilhada por ninguém. Não faltava caneta, nem caderno, nada assim, até o dia em que eu fui para Mato Grosso para morar com minha vó biológica. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Esse trecho da entrevista é muito interessante, pois demonstra, inclusive, o reconhecimento de Dandara pelo incentivo, apoio, e buscas de arranjos e rearranjos feitos pela família para a manutenção dos seus estudos, mesmo em condições precárias.

*Na cidade existiam muitas madeireiras, e eu comecei a trabalhar com isso com 10 anos de idade, enquanto ia para a escola. Eu trabalhava meio período e ia para escola no outro período. Eu tive essa rotina até 2018, que foi quando eu consegui a bolsa da UFSC. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Esse excerto traz à tona algo muito sério, pois além de retratar a necessidade de trabalhar durante seus estudos, retrata o trabalho infantil ao qual ela estava sujeitada. E nota-se que trabalhos em madeireiras envolvem muitas máquinas perigosas de corte que colocam em risco uma criança de 10 anos.

*Teve um episódio de racismo na escola e eu revidei fisicamente, o racismo sempre foi a barreira principal; já quiseram cortar meu cabelo; já quiseram me machucar fisicamente. O racismo sempre foi a maior barreira, e também o racismo epistemológico, que é algo que não aprendemos, não sabemos lidar e respeitar pessoas indígenas e negras na história. Nós não escutamos pessoas não brancas como referência para dar-nos orientação. Eu como mulher negra, sapatão, bissexual, mas se relacionando majoritariamente com mulheres e como 28 anos, MINHA PRIMEIRA CONQUISTA É ESTAR VIVA. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Em nossa contemporaneidade, o marcador racial foi o mais abrupto que nosso planeta conheceu. Essa herança do período escravagista traz mazelas sociais até os dias atuais. A escravidão acabou, não é mais legítima como antigamente, mas sua herança reprime, discrimina e oprime pessoas negras na contemporaneidade através do racismo estrutural, enraizado em nossa sociedade.

*Minha segunda conquista é estar na Universidade, que não é uma conquista minha, é uma conquista coletiva da minha família. É muito importante para mim estar descrevendo e falando essa narrativa. Eu sempre tive que passar por aquela coisa que era alguém querer cortar o meu cabelo, porque eu usava trança quando era mais criança, usava muitos acessórios no cabelo, sempre tinha alguém querendo cortar o meu cabelo, fazendo piadinhas do tipo “vou levar para casa e fazer ele de bombril”, sempre fazendo essas associações. Tiveram atos racistas de professoras contra mim – é aquele racismo da negação, quando uma professora não elogia um aluno preto, ou quando vai falar desse aluno é sempre de um jeito negativo, chamando a atenção, sempre de um jeito rude. Na faculdade foi onde eu vivi isso de forma mais sexista, e foi onde eu descobri esse nome, consegui nomear todas as vezes que me foram negadas as coisas por ser uma mulher e por ser uma mulher preta. Na faculdade é onde eu mais encontro isso, seja fazendo trabalho em grupo, seja com professor, seja em entrevistas de emprego ou de estágio: a minha intelectualidade é sempre questionada pela minha cor de pele e por eu ser mulher. Sempre é questionada minhas referências, da onde eu tirei, como que eu sei. Todo trajeto filosófico e epistemológico é sempre questionado. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Neste excerto percebemos uma continuidade do trecho no qual a entrevistada narra sobre o apoio familiar para comprar cadernos e materiais escolares, para que nunca faltasse. E é inclusive muito bonito quando Dandara assume que a conquista de estar em uma Universidade Pública e Federal não é uma conquista particular dela, mas sim uma conquista coletiva de sua família.

*As estratégias que eu encontro para lidar com esses preconceitos e racismo são estratégias coletivas que a Jani Nunes chama de Artesania dos Afetos, de uma forma bem manual em processo, trabalhar minha coletividade, trabalhar dentro da minha comunidade. Dentro do curso sempre aparecia esse viés eurocêntrico que me levaram a alguns questionamentos que fizeram eu querer desistir do curso. Foi aí que eu conheci o trabalho de Beatriz Nascimento, uma historiadora preta, Conceição Evaristo que fala sobre a vivência, as suas obras salvaram um pouco minha trajetória. Estratégias que consegui é de me unir a alunos pretos, em comunidades indígenas, se relacionar e conviver com pessoas trans, frequentar psicólogo, capoeira, terreiro – eu chamo de três “T”s; Treino, Terreiro e Terapia. Comecei a fazer direito na Dom Bosco, ganhei bolsa, foi meu primeiro contato com Ações Afirmativas. Conheci alguns amigos da UFSC e eles me falaram das vagas remanescentes e eu me inscrevi para UFSC a partir disso. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Muito interessante essas estratégias coletivas proposta por Jani Nunes, citada pela entrevistada. Essas práticas trazem para o social uma valorização das ancestralidades, sejam elas qual forem, mas, nesse caso em específico de Dandara, a ancestralidade africana por meio de centros religiosos e práticas marciais corporais como capoeira e terreiros de Candomblé e Umbanda.

*Quando eu entrei na UFSC eu já conhecia os coletivos pretos que tinham ali, então eu já sabia mais ou menos as dificuldades de permanência que esses estudantes viviam e as dificuldades em relação ao curso, pois tenho um*

*amigo que faz história. Minhas expectativas eram muito altas em relação a espaço da UFSC, atividades físicas, apoio psicológico. Foi interessante saber que a UFSC também trabalha com a comunidade. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*Minha maior questão com a UFSC é como a Universidade lida com questões de permanência, moradia, bolsa, alimentações. É muito difícil passar pelo projeto da PRAE. Já tiveram casos de denúncias de assistentes sociais da PRAE serem extremamente racistas e violentas. Minhas maiores dores com a UFSC são relacionadas a casos de racismo, machismo, fraude nas cotas. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*Hoje em dia eu tenho bolsas da UFSC e consegui um estágio, isso me ajuda a manter me nos estudos. Minhas maiores dificuldades são em ter que ficar bem atenta aos editais, as notas, a quantidade de aulas que eu pego para não perder nenhuma bolsa. Porque depois é bem difícil conseguir de novo. Quando eu entrei na Universidade eu não sabia o que era realmente a Universidade. Minhas maiores dificuldades são em sentidos institucionais. A UFSC poderia pensar em disponibilizar cursos de como fazer carteirinha do RU, como mexer no CAGR, de como fazer a conta na BU, de como mexer no Moodle, esses tipos de coisas, de como mexer no lattes. Por essas complicações eu só consegui fazer duas publicações com duas amigas. Ter conseguido publicar todas minhas ideias em um artigo foi para mim uma grande conquista. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Assim como já mencionado por outras/os entrevistadas/os, o ingresso na universidade foi uma grande conquista, no entanto, não é a vitória, pois se deparam, diariamente com o desafio de se manter e permanecer na universidade. Assim como outra entrevista, há também na narrativa de Dandara uma denúncia que precisa ser ouvida com atenção: *“Minha maior questão com a Universidade Federal de Santa Catarina é como a Universidade lida com questões de permanência, moradia, bolsa, alimentações. É muito difícil passar pelo projeto da Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE). Já tiveram casos de denúncias de assistentes sociais da PRAE serem extremamente racistas e violentas”*. Entre o aperfeiçoamento das Políticas das Ações Afirmativas, um grande desafio, se faz necessário quanto a atentar para garantir a permanência, sendo também, parte deste desafio, que as/os profissionais que atuam nesses espaços como a Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE), deem concretude para, em todos os âmbitos, esse espaço da Universidade seja um espaço de acolhida recebendo essas/es estudantes e primando para que se mantenham nela.

*Nos dois primeiros semestres eu trabalhei vendendo lanche na praia e na “Call Center”. Antes de conseguir as bolsas eu peguei alguns empréstimos para conseguir me manter sem as bolsas. Eu não tinha nenhum apoio financeiro. Eu trabalhei até 2018.2 para conseguir pagar os empréstimos que*

*eu fiz quando estava sem bolsa. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Muito importante notar aqui, que as desigualdades vividas por Dandara estão, digamos assim, acima da média da população brasileira que opta por Ações Afirmativas. Como detalhamos na introdução deste capítulo, categorizamos o grupo que possui 3, 4 e 5 intersecções como o grupo de maior quantidade de pessoas, e o grupo de 6, 7 e 8 pontos de intersecção o grupo mais emergente das Ações Afirmativas. Não é por acaso que Dandara vivencia tantas dificuldades em sua trajetória de vida.

*Eu apoio as cotas, luto a favor das cotas, sou uma pessoa que sempre estou falando da importância das Cotas. Na minha vida ela fez total diferença e em outras pessoas da minha família também. Eu acho inclusive que deveriam ter outros tipos de cotas, outras classificações, como cotas para pessoas trans, cotas para mães solas, porque nós vivemos em uma sociedade completamente desigual, e as cotas são uma maneira mínima, bem bem bem bem mínima de reparar as opressões que o estado pratica diariamente (de forma cultural, social, política e econômica). (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*Na minha família tem pessoas que não estão na Universidade, e são por outros motivos, por serem mães solo, por serem pessoas que ainda vivem na área rural. A cota é reparação mínima. É necessária uma maior atenção na verificação das cotas, porque ainda há muita fraude nas cotas, principalmente nas cotas raciais. E cotas sociais também, porque tiveram casos de pessoas que pagaram contador para fraudar documentos para dizer que sua renda era abaixo de 1,5 salários mínimos, e já vi pessoas brancas dizerem que são negras para entrar nas cotas. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*Nós precisamos verificar melhor essas fraudes e dialogar com o movimento negro, pois o movimento negro foi um grande percursor em pensar as cotas. O movimento negro lutou a anos pelas cotas e continua lutando, mas é necessário abrir diálogo com o movimento negro. Essa é uma das maneiras que eu vejo de averiguar e melhorar as cotas. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

As cotas foram idealizadas inicialmente nos Estados Unidos da América do Norte, pelo Movimento Negro daquele país. No Brasil, também foi o Movimento Negro que movimentou esse debate, bem como professores Universitários como Munanga (1996, 2001, 2004) o debateram.

É até mesmo injusto em deixar o Movimento Negro de fora dessa conquista, pois esse movimento foi o idealizador das cotas mundiais e, se as cotas existem não foi uma vitória das Universidades, mas uma vitória do/para o povo preto, para as pessoas não-brancas, para os indígenas, uma vitória também do Movimento Negro.

*Sem as cotas eu não estaria na Universidade, porque meu contexto é de trabalhar e não de estudar. Para mim a universidade era um sonho, não uma possibilidade (quem diria uma certeza). Com as cotas esse sonho se torna uma possibilidade. Sem as cotas eu provavelmente seria empregada doméstica, eu teria feito algum curso técnico, mas sempre voltado para o mercado de trabalho, nunca voltado para um trabalho intelectual que é o que eu tenho feito hoje. Estar na Universidade hoje me lembrou da potencialidade que tenho para trabalhar minha intelectualidade, que sou uma pessoa que pode não só fazer serviços braçais. Poder trabalhar com a nossa epistemologia foi uma grande descoberta na minha vida, sem as cotas eu provavelmente estaria em algum emprego, não teria aberto minha mente para outros tipos de conhecimentos, convívio com outras pessoas, eu não tinha por exemplo contato com pessoas indígenas. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

*Eu incentivo as pessoas a irem ao Ensino Superior, mas eu acredito e incentivo as pessoas que creem que isso é um caminho. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

A necessidade de trabalhar para manter-se estudando é uma realidade na vida de Dandara desde seus 10 anos de idade, de forma que a frase: “*Sem as cotas eu não estaria na Universidade, porque meu contexto é de trabalhar e não de estudar*” é indicador da relevância que as Políticas das Ações Afirmativas assumem na vida de tantas pessoas no Brasil. Por meio de Políticas das Ações Afirmativas, se muda o destino de jovens que antes somente vislumbram a possibilidade de trabalhar, sem condições para se dedicarem aos estudos, visto que a urgência da sobrevivência é imperativa. Além disso, a possibilidade de ascensão social e se dedicar a “*um trabalho intelectual*” não mais somente a de ser “*empregada doméstica, eu teria feito algum curso técnico*” como as únicas profissões destinadas a essas pessoas.

*Ser universitária e ser bolsista é o que salvou a mim, minha namorada e minha amiga de ficar em casa e poder estudar. A UFSC dava uma ajuda de 200 reais para pessoas isentas do RU para comprar alimentos. Juntando, nós três, conseguíamos fazer uma compra e passar o mês. De poder comer, estudar, pagar um aluguel. Nos meus estudos eu não tive um rendimento muito bom, ficar em casa, me deixou... mexeu um tanto com minha cabeça, eu não sou uma pessoa de ficar parada, sempre estou fazendo alguma coisa. Eu fiquei mal psicologicamente, todo mundo aqui em casa ficou, meu rendimento acadêmico não foi dos melhores. Mas eu consegui manter uma média para manter o projeto de extensão e não perder dinheiro. (Trecho da entrevista concedida por Dandara em 31/01/2022).*

Finalizamos então a entrevista de Dandara com a problemática da Pandemia COVID-19. Novamente trago em pauta que, em um governo onde não se comprava vacinas por vias duvidosas e em desconsideração às vítimas do vírus, a instituição Universidade Federal de Santa Catarina soube administrar bem o apoio cedido aos estudantes, fazendo que, mesmo com a saúde mental abalada por motivos de

isolamento social, as/os estudantes conseguissem se alimentar e manter uma média nas notas da Universidade.

Consideramos que a entrevista de Dandara não contribui somente como parte da dessa pesquisa, mas também com análises de sua própria trajetória. Assim como as/os demais estudantes, a entrevistada Dandara afirmou a importância e o estímulo para que às Políticas das Ações Afirmativas sejam permanentes e aperfeiçoadas. Todavia, o que difere essa entrevista das demais foi a relevância que a entrevistada deu para cotas para mães solas e pessoas transexuais por exemplo. Foi, portanto, a partir do momento de leitura e transcrição das entrevistas que questionamos sobre a viabilidade de cotas para mães solo e para pessoas sem registro paterno na certidão de nascimento.

Cabe ainda aqui o registro, de que no momento que escrevemos esta dissertação, acompanhamos a aprovação histórica da Política de acesso, inclusão e permanência para pessoas trans, travestis e não binárias como pode ser acompanhado na notícia do site oficial da Universidade<sup>14</sup>. A política abrange o acesso, inclusão e permanência desde a Educação Básica até a pós-graduação. A política visa garantir reservas de vagas na graduação, na pós-graduação e em concursos públicos, bem como acesso prioritário a editais de assistência estudantil. Apesar de outras universidades brasileiras já terem políticas de acesso a pessoas trans, nenhuma tem a mesma abrangência da política aprovada na Universidade Federal de Santa Catarina, visto que não são somente políticas de ingresso, mas tratam de permanência e do enfrentamento à violência e à transfobia.

A entrevista de Dandara pode ser considerada como a entrevistada que mais articula as *desigualdades interseccionadas* dentro da proposta de cálculo das desigualdades perspectivada na pesquisa. Dandara possui a maior pontuação e sofre com o maior número de eixos de opressão entre as/os demais estudantes entrevistadas/os.

---

<sup>14</sup> Link de acesso a notícia completa no site da UFSC: <https://noticias.ufsc.br/2023/08/ufsc-aprova-politica-de-acesso-inclusao-e-permanencia-para-pessoas-trans-travestis-e-nao-binarias/>

#### 4.8 EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS: ENTRELAÇAMENTOS NAS NARRATIVAS DAS/OS ENTREVISTADAS/OS

Elaboramos essa seção para retomar as experiências e trajetórias e buscar entrelaçamentos nas narrativas das/os entrevistadas/os reunindo aproximações entre as experiências e trajetórias das/os entrevistadas/os. Em nossas análises constatamos algumas semelhanças entre as experiências e trajetórias narradas nas entrevistas. Um dos aspectos em comum das narrativas analisadas foi que o apoio familiar foi fundamental para que as/os estudantes tivessem o desejo de estudar e continuar os estudos na educação básica.

A maioria das/os estudantes apontam ser imprescindível o apoio familiar para os estudos, tanto na trajetória escolar da educação básica, quanto para o ingresso e permanência no Ensino Superior. Os diferentes modos de apoio familiar e investimentos, sejam esses investimentos financeiros ou de apoio cotidianos de atenção e cuidados para que o tempo útil desses estudantes seja direcionado aos estudos, assim como a não obrigação de trabalhar (visto que essa desobrigação repercute em menor ganho familiar e necessidade de um rearranjo e sobrecarga de trabalho de outro familiar para que possam subsistir para que o filho possa estudar), até a apoios para a manutenção das necessidades de estudo, como comprar material escolar na educação básica.

O entrevistado Gaê Sagás relata a necessidade de trabalhar, porém ao ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina seus pais conseguem fazer um rearranjo familiar para que seu filho consiga estudar sem a necessidade de trabalhar. Já a entrevistada Dandara narra outra vivência, de alguém submetida ao trabalho infantil, que dos 10 anos de idade até os 18 teve que trabalhar em madeireiras. Embora tivesse a necessidade de trabalhar, sua família sempre incentivou aos estudos. A necessidade de trabalhar desde cedo pode ser uma intersecção com pertencimento a étnico e racial de pessoa negra com a intersecção de baixa renda. Provavelmente muitas crianças no Brasil com esse perfil (pessoa negra, de escola pública e de baixa renda) tenham que trabalhar durante sua infância para auxiliar na renda da casa.

Outro aspecto em comum nas narrativas, que se mostra relevante, é o fato de a maioria das/os entrevistadas/os vislumbrarem o acesso ao Ensino Superior por meio de relações com pessoas que já possuíam o Ensino Superior completo ou cursando.

Nas narrativas esteve presente a predominância de vislumbrar uma trajetória acadêmica a partir da experiência de ter contato com pessoas com curso superior completo ou em formação. Esse dado se torna importante pelo aspecto de que é necessário um exemplo de alguém na trajetória das/os estudantes que tenha contato com o Ensino Superior para incentivar e “mostrar o caminho das pedras”, para que a/o estudante possa percorrer tal jornada com mais consciência do que se trata a Universidade e estar nesse meio social.

Nesse sentido, consideramos que cabe as Universidades Públicas desenvolverem formas para divulgarem mais as Ações Afirmativas em escolas públicas, pelo menos em suas cidades, para que as/os estudantes tenham ciência das possibilidades de acesso e ingresso no Ensino Superior público, por meio do vestibular pelas Ações Afirmativas. Ações de extensão, com visitas e parecerias nas escolas públicas, seriam uma possibilidade de divulgar as Políticas de Ações Afirmativas, inclusive com oficinas de como se inscrever, esclarecendo que o processo é gratuito e que não há a necessidade de pagar qualquer taxa de inscrição.

Outro aspecto em comum nas narrativas das/os entrevistadas/os são os desafios de permanência na Universidade, sendo estes marcados, sobretudo, pela questão de classe econômica, envolvendo, na maioria das vezes, dificuldades para pagar o aluguel e para a alimentação. Quanto a alimentação, quando o Restaurante Universitário é mencionado, há, entre as narrativas, uma demarcação de sua relevância sendo este sempre muito apoiado e defendido, gerando inclusive uma tendência nas narrativas em agradecer pelo Restaurante Universitário existir e possibilitar a realização de duas refeições por dia.

No que concerne aos desafios de permanência na Universidade, muito importante notar que nenhum/a das/os entrevistadas/os demarca como dificuldade o desempenho para compreender os conteúdos correspondentes ao seu curso. Embora a maioria das/os estudantes tenha estudado em escolas públicas – somente Besouro estudou em escola particular –, nenhum/a das/os estudantes entrevistados relatou dificuldades para acompanhar o ritmo dos estudos universitários. Se em algum momento, as/os estudantes não conseguem acompanhar o ritmo das aulas, não é pelo grau de dificuldade da disciplina, gerado, supostamente, por um déficit na sua trajetória de escolaridade pública, mas sim, por motivo de Classe, que envolvem a necessidade de trabalhar para pagar o aluguel e suas contas.

Esse dado, traz novamente a necessidade de um investimento econômico nas políticas de permanência, visto que, nas narrativas foi recorrente os relatos de que para que fosse possível permanecer na Universidade, sem a necessidade de trabalhar, apenas realizando estágios, as/os estudantes tentaram adquirir bolsas permanência no órgão Universitário pela Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE), que é o órgão responsável em validar os documentos para que seja possível conceder bolsas por baixa renda para essas/es estudantes. Sem exceção, todas/os estudantes que tiveram essa experiência, narraram insatisfação e queixas quanto ao atendimento pouco acolhedor das Assistentes Sociais do órgão. Nesse aspecto, as/os entrevistadas, se queixam quanto ao fato de as Assistentes Sociais não se pronunciavam de maneira explícita, e nem se mostrarem abertas a auxiliar as/os estudantes no preenchimento correto e nem orientarem como e em quais órgãos públicos era possível adquirir os documentos necessários para concorrer a bolsa de auxílios proporcionado pela Universidade Federal de Santa Catarina. As narrativas de insatisfação diziam respeito também a dificuldade em preencher o sistema e de encontrar as comprovações e os documentos necessários para adquirir o direito ao acesso às bolsas de permanência.

Para finalizar, gostaríamos de retomar que a proposta de pesquisa objetivou analisar como as desigualdades aparecem nas trajetórias escolares/acadêmicas e nos contextos familiares de estudantes que ingressaram na graduação da Universidade Federal de Santa Catarina por meio de Políticas de Ações Afirmativas e, ao mesmo tempo, dar visibilidade para desigualdades que são invisibilizadas pelas Ações Afirmativas, a exemplo das pessoas trans que somente depois de muita luta conseguiram que seu eixo de opressão fosse incluído na política recém aprovada (aprovada em 08/08/23 pelo CUN da Universidade Federal de Santa Catarina política institucional de ações afirmativas para pessoas transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e não-binárias). As narrativas das/os entrevistadas/os deram visibilidade para duas desigualdades, que inclusive não haviam sido previstas em nosso questionário inicial utilizado para acessar aos sujeitos da pesquisa: i) a ausência de registro paterno; ii) dificuldades de mães solo em continuar uma vida acadêmica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da escrita desta dissertação que teve como problema a indagação de como as desigualdades aparecem nas trajetórias acadêmicas e nos contextos familiares de estudantes que ingressaram na graduação da Universidade Federal de Santa Catarina por meio de Políticas de Ações Afirmativas. Para responder ao problema, o desenho metodológico previu duas etapas de pesquisa: A primeira por meio de um questionário online, por meio do qual foram selecionadas/os estudantes optantes de Ações Afirmativas. A partir deste questionário, selecionamos sete estudantes interessadas/os em participar da segunda etapa desta pesquisa: uma entrevista narrativa que tratou sobre trajetória de vida e escolar/acadêmica, apoio familiar e desafios de permanência na Universidade.

Ao analisar as entrevistas, procuramos dar visibilidade para suas trajetórias de vida e escolares/acadêmicas, apoio familiar e desafios de permanência na Universidade e, ao mesmo tempo, localizar as *desigualdades interseccionadas* vivenciadas por essas/es estudantes cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse olhar para as vivências de *desigualdades interseccionadas* teve como pretensão, dar consideração que há ainda desigualdades que são invisibilizadas – desconsideradas – pelas Políticas de Ações Afirmativas atuais e que ao olhar para as *desigualdades interseccionadas* é possível contribuir no aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas, inserindo novas categorias para combater as *desigualdades interseccionadas*, aperfeiçoando o processo de implementação dessas Políticas Públicas.

Como justificativa e delimitação do problema da pesquisa, em nível micro, buscamos conhecer as experiências individuais desses estudantes, ingressantes por meio de Políticas de Ações Afirmativas, visando contribuir numa dimensão macro para consolidar as Políticas de Ações Afirmativas, para que estas contribuam para uma mudança concreta das estruturas sociais, tais como a discriminação étnica e racial, a discriminação socioeconômica, discriminação sofrida pelas populações indígenas e quilombolas e a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual.

Essa pesquisa abriu espaço para narrativas, referente a outras formas de desigualdades, que não sejam visibilizadas pelas Políticas de Ações Afirmativas no Brasil. Nesse aspecto, ao analisar as entrevistas demos enfoque: quais eixos de opressão são ignorados pelas Políticas de Ações Afirmativas; como aperfeiçoar ou

ampliar essas políticas para que englobem ou reconheçam outros eixos de opressão. Tendo findado as análises das entrevistas, pretendemos dar visibilidade para as condições de desigualdades vivenciadas por estudantes que ingressaram por meio de Políticas de Ações Afirmativas. Nesse quesito, abordamos e analisamos os nove eixos de opressão mencionados, sendo que alguns deles emergiram das/nas narrativas das/os estudantes.

Com base nos dados decorrentes das narrativas consideramos que o apoio e o investimento familiar sejam pontos chave para a permanência nos estudos, desde a educação básica, assim como a finalização dos estudos e trajetória escolar e acadêmica de estudantes. O apoio familiar é fundamental para que tenham o desejo de estudar e continuar os estudos da educação básica e chegar a vislumbrar o acesso ao Ensino Superior. Dessa forma, consideramos que toda e qualquer desigualdade vivida em contexto familiar pode atrapalhar, diminuir, ou até mesmo barrar as chances permanência nos estudos, desde a educação básica, assim como a finalização dos estudos e trajetória escolar e acadêmica de estudantes.

No que se refere ao contexto familiar, ao relacionar esse elemento aos nove eixos de opressão de desigualdades que nos atentamos durante as análises, consideramos que três desses eixos de opressão sejam vivenciados de forma mais acentuada no contexto familiar, e são determinantes na permanência nos estudos, desde a educação básica, assim como a finalização dos estudos e trajetória escolar e acadêmica. Esses três eixos de opressão do qual estamos tratando são: i) ter ou não registro paterno na certidão de nascimento; ii) ser ou não mãe solo; e por último, mas não menos importante, iii) orientação sexual dos estudantes.

Esses três eixos de opressão são atualmente invisibilizados pelas Políticas das Ações Afirmativas. O apoio e os investimentos familiares podem fazer toda a diferença na vida de estudantes, de forma que ao invés de estudarem e, concomitantemente, trabalharem, podem, por exemplo, dedicar-se somente aos estudos quando existir apoio familiar e investimentos, sejam esses investimentos financeiros ou de apoio cotidianos de atenção e cuidados para que o tempo útil desses estudantes seja direcionado aos estudos.

As desigualdades vinculadas a escolaridade pública e baixa renda apareceram de forma interseccionada na vida dos estudantes. Quando presente o pertencimento étnico-racial parece-nos que, além de vivenciar situações racistas, as desigualdades decorrentes da qualidade da educação pública e baixa renda são agravados. Esses

três eixos de opressão são vivenciados mais abruptamente em sociedade, em locais com interação com outros indivíduos. Quando analisamos as desigualdades por orientação sexual que não seguem a heteronormatividade, além de estar presente o preconceito em meio social, ele é vivido de forma mais intensa dentro do contexto familiar a exemplo das narrativas que emergem das entrevistas de Gaê Sagás, Odara e Dandara.

As desigualdades vividas por misoginia e sexismo podem ser consideradas de diversas formas. Em primeiro lugar, ela é vivida em sociedade, mas também é vivida de forma secundária dentro do contexto familiar. Não exatamente por misoginia, mas sim por sexismo, em que é atribuído às mulheres o papel de serem mães, cuidarem da casa e entre outras formas de se vivenciar o sexismo. A misoginia foi constatada em meio universitário pela entrevistada Dandara, que sentiu que suas argumentações teóricas sempre foram questionadas por ela ser mulher, interseccionando também com o racismo, pois além de ser mulher – nas palavras da entrevistada –, sua epistemologia sempre foi questionada por ser mulher preta.

A desigualdade estrutural de não ter o registro paterno na certidão de nascimento, foi, coincidentemente, vivenciado por duas mulheres. O fato de duas mulheres não terem tido registro paterno na certidão de nascimento pode ser apenas uma coincidência. Todavia, poderíamos realizar uma pesquisa sobre abandono paterno, trazendo dados mais conclusivos sobre abandono de crianças do sexo feminino. Embora não tenhamos percebido nenhuma relação, dentro de nossa pesquisa, entre o gênero das pessoas e o eixo de opressão de abandono familiar por parte de homens, esse dado ainda assim pode ser vinculado a causas feministas, de valorização das mulheres que criam suas proles sem apoio paterno.

Retomando um de nossos objetivos específicos que buscou perscrutar as desigualdades vividas pelas/os estudantes entrevistados em suas trajetórias escolares/acadêmicas e seus percursos familiares, as narrativas das/os estudantes, trazem para análise eixos de opressão familiares como: ausência de registro paterno; ser mãe solo; e orientação sexual, no sentido de que esses três eixos de opressão trazem dificuldades e mazelas mais em âmbito familiar do que em âmbito social, mas não desconsiderando quando recorrentes nas relações sociais mais amplas. Ao perscrutar as desigualdades vividas pelas/os estudantes entrevistados em suas trajetórias escolares/acadêmicas, os eixos de opressão de *desigualdades interseccionadas*, que se interseccionaram diversas vezes ao longo dos relatos das

narrativas em suas trajetórias escolares/acadêmicas foram os eixos de opressão classe econômica por motivos de baixa renda e desigualdades por escolaridade a nível público.

Dentre os objetivos específicos, quando examinamos obstáculos, dificuldades e embates vividos por estudantes que vivenciem as *desigualdades interseccionadas* da UFSC em tempos de Pandemia da Covid-19. As maiores dificuldades relatadas foram relacionadas a falta de convívio social. A entrevistada Dandara relatou dificuldades financeiras, mas, mesmo com dificuldade, teve o apoio da Universidade para que assim pudesse fazer compras para o mês para conseguir alimentar-se.

Quando nos debruçamos a compreender, por meio das narrativas das/os entrevistadas/os, como as Políticas de Ações Afirmativas afetam a vida desses estudantes ao terem acesso à Universidade, sem exceção, todas/os estudantes entrevistadas/os relataram que não teriam conseguido ingressar na Universidade se não fossem as Políticas de Ações Afirmativas. Também foi relatado que as Ações Afirmativas devem permanecer, incentivando essas políticas e anunciando que, mesmo nos casos em que as Políticas Afirmativas contemplaram as necessidades das/os entrevistadas/os, elas/es afirmam que essas mesmas políticas podem não contemplar todas as realidades, e que é de suma importância que essas políticas públicas alcancem as necessidades de todas e todos. Um aspecto relevante, foram as dificuldades quanto a permanência e os entraves e a dificuldade em acessar as bolsas permanência trazendo um alerta para a universidade e os setores responsáveis para que Políticas de Ações Afirmativas se debruçem com mais atenção a essas 'denúncias' das/os estudantes. Para isso, devem existir mais pesquisas empíricas sobre essas políticas, permitindo assim que elas sejam reformuladas e ampliadas, visando contemplar mais realidades desiguais vividas por outros eixos de opressão, indo além da margem de acolhimento das atuais Políticas de Ações Afirmativas.

Por fim, ao buscar, a partir da perspectiva das/os entrevistadas/os, identificar avanços, entraves e limitações das Políticas de Ações Afirmativas para estudantes que vivenciem as *desigualdades interseccionadas*, alguns pontos importantes podem ser reunidos e trazidos para o debate em torno dos perfis de candidatas/os que podem ser privilegiadas/os com essas políticas. Importante retomar que, ao nos referir as limitações dessas políticas temos o clássico caso de pessoas com deficiência que não podem optar por vagas para pessoas Pretas, Pardas ou Indígenas. Esse clássico caso demonstra a falta de articulação interseccional nessas Políticas Públicas, que,

segundo nossa compreensão deveriam ser revistas para que pessoas com deficiência possam optar pelo recorte racial juntamente com o perfil de pessoas com deficiência.

Nessa direção, os avanços que os dados da nossa pesquisa podem indicar para que essas políticas adquiram caráter mais interseccional e lidem de forma mais ampla com as desigualdades como um todo são: vagas reservadas para mães solo; vagas reservadas para pessoas sem registro paterno na certidão de nascimento; e por último, vagas para pessoas transsexuais, essa última, acaba de se efetivar no momento que escrevemos essas considerações finais, como já mencionado, por meio da Resolução aprovada em 8 de agosto de 2023 que, a partir de agora, reservará 2% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação e das vagas presentes em editais de transferências e retornos a pessoas trans (termo usado ao longo da resolução normativa como guarda-chuva que abriga as seguintes categorias: pessoa transexual, travesti, transmasculina, transgênera, não binária e outras que porventura surgirem).

Ao longo da pesquisa, vínhamos defendendo o apoio e o investimento familiar como o alicerce e determinantes na permanência nos estudos, desde a educação básica, assim como a finalização dos estudos e trajetória escolar e acadêmica. Por este motivo, consideramos fundamental vagas reservadas para esse último perfil de pessoas, pois membros da comunidade LGBTQIA+ tendem a ter menos apoio familiar devido a homofobia estrutural de nossa sociedade, que é vivido de forma mais intensa no contexto familiar.

Por meio das entrevistas narrativas, foi possível nos aproximar mais da realidade destas/es estudantes e compreender de que forma, essas Políticas Públicas afetam suas vidas ao terem acesso à Universidade, obtendo informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil dessas/es estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior. Entre as/os entrevistadas/os não houve participantes trans e com deficiência, nem indígenas ou quilombolas, talvez se tivéssemos estudantes com esses pertencimentos e singularidades outras complexidades e especificidades importantes poderiam ter emergido e ganhado destaque.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: vol. 3, no 2, pp. 7 – 38, Out, 1997.
- ADORNO, Sérgio. **Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: no 18, 1996.
- ALMEIDA, Naomar. **Ações Afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.
- ALADRÉN, Gabriel. **Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828)**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 22, no 44, p. 439-458. Julho/Dezembro, 2009.
- BANTON, Michael. **A racialização do Mundo e O darwinismo social** In: A ideia de Raça. Lisboa: Edições 70/São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960-1971.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Global Editora, 2008.
- BUSS-SIMÃO, Márcia; SANTIN, Adônis. Institucionalização do racismo: algumas reflexões a partir de contextos de creche. **Revista Eletrônica de Educação**. v.9. n. 2. 537-565, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos: Trabalho e Identidade Étnica em Goiás**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.
- BEIGUELMAN, Paula. **Estudos sobre o preconceito de cor no Brasil**. Revista de Antropologia, vol. 1, no 2. São Paulo: 1953.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-57, 2002.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p.193-199, 1977.

CANDIDO, Mariana. O limite tênue entre liberdade e escravidão em benguela durante a era do comércio transatlântico. **Revista Afro-Ásia**, 47, 239-268, 2013.

CÂNDIDO, Márcia R.; JÚNIOR, João F.; CAMPOS, Luiz A. Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v. 19, n. 3, 564-582, 2019.

CARVALHO, José. **O Quilombo de Rio das Rãs: História, Tradições e Lutas**. Salvador: CEAO/ EDUFBA, 1996.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**. No 28: 77-97 Jan /Fev /Mar /Abr. 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Um livro perene**. São Paulo: Global, 47a edição, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados** 17 (47), 2003.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: Um ensaio sobre inércia social. **Revista Novos Estudos** 80. Março, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.1998.

CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final dos anos 1930. Anais da Biblioteca Nacional. **Seminário Diários de Campo**, vol. 119. Rio de Janeiro: 1999.

COSTA, Patrícia. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. **Cadernos Pagu** (31), 173-198. Julho/Dezembro, 2008.

DENTZ, Schirlei Russi von. Interpretando os “caminhos” de uma pesquisa sobre Ações Afirmativas na UFSC. In: SCHERER-WARREN Ilse; PASSOS, Joana Célia dos (org). **Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos**. Florianópolis: Editora da UFSC. Pp. 21-32. 2016.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr, n.10, p. 58-78. 1999.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade** v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michael. A ética do cuidado de si como prática de liberdade In: FOUCAULT Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004b. p. 265-287, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global. 47a edição, 2003 [1933].

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FRY, Peter. Ciência social e política “racial” no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: no 68, p. 180-187. Dezembro/Feveireiro, 2005-2006.

FERNANDES, Florestan; PEREIRA, João; NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. **Revista USP**. São Paulo: no 68, p 168-179. Dezembro/Feveireiro, 2005-2006.

FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: (28) 122-135. Dezembro/Feveireiro, 1995-1996.

FERREIRA, Ricardo. **Livres, escravos e a construção de um conceito moderno de criminalidade no Brasil Imperial**. Departamento de História – Universidade Estadual do Centro-Oeste. São Paulo: 28 (2): 2009.

GALLO, Sílvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 177-190.

GAUDIO, Eduarda Souza. **Relações sociais na educação infantil**: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. Dissertação Mestrado. PPGE/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2013.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A Representações do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6-7.

GUIMARÃES, Antonio. Entrevista com Carlos Hasenbalg. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, vol. 18, no 2. Novembro, 2006.

GUIMARÃES, Antonio. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia. São Paulo**: USP, vol. 47, no 1, 2004.

GUIMARÃES, Antonio. O sentido e a urgência das ações em curso: o acesso de negros às universidades públicas. **Revistas Problèmes d' Amérique Latine e Educação e Pesquisa**. Novembro, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2009.

HORKHEIMER, Marx. Materialismo e Moral. (1933). In: HORKHEIMER, Marx. **Teoria crítica: uma documentação**. Tradução Hilde Cohn. (Coleção Estudos no. 77). São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 59-88.

IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

JOVCHELOVICH Sandra, BAUER Martin W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

JUNIOR, Wellington. **Nas franjas da plantation: Trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de Itaparica (1840-1888)**. Bahia: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 2008.

JÚNIOR, João. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: Para além da teoria da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, no 61. Junho, 2006.

LIMA, Carlos A.M. Fronteira, cana e tráfico: escravidão, doenças e mortes em Capivari, SP, 1821-1869. **História, Ciências e Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro: vol.22, no 3, p. 899-919. Julho/Setembro, 2015.

LIMA, Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **TOPOI**. Rio de Janeiro: vol. 6, no 11, p. 289-326. Julho/Dezembro, 2005.

LIMA, Ivana. **Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 25, no 50, p. 352-369. Julho/Dezembro, 2012.

LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Escravidão Africana na Produção de Alimentos: São Paulo no Século 19. **Estudos Econômicos**. São Paulo: vol. 40, no 2, p. 295-317. Abril/Junho, 2010.

MARQUESE, Rafael. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: vol.13, no 2, p. 165-188. Julho/Dezembro, 2005.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. Rio de Janeiro: vol. 27, no 54, p. 255-273. Julho/Dezembro, 2014.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **TOPOI**. Rio de Janeiro: vol. 9, no 17, p. 45-66. Julho/Dezembro, 2008.

MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos** 74. Março, 2006.

MARCON, Frank; SUBRINHO, Josué. **Ações Afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: A experiência da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, pp. 31-43. Universidade Federal de Goiás. Goiania, Brasil. 2001.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo (SP): Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Artigos & Ensaios**. 1996.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo dos primórdios da Unesco. **História, Ciências, Saúde**, vol.5, no 2. Manguinhos, 1998.

MAIO, Marcos. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 14, no 41. Outubro, 1999.

MAGGIE, Ivonne A. Velho. **Guerra de Orixás**. Rio de Janeiro: Zaluar, 1975.

NUCCI, Priscila. Um mapeamento: o autor e algumas das visões de sua obra. In: Odisseu e o abismo: **Roger Bastide, as religiões de origem africana e as relações raciais no Brasil**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998 [1955].

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga**. Apresentação e Edição; Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, Revista de Sociologia** da USP, v. 19, n. 1, p.287-308, 2006.

NUNES, Sylvia. Racismo no Brasil: Tentativas de disfarce de uma violência explícita. São Paulo: **Psicologia USP**, 2006, 17(1), 89-98.

ODA, Ana. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: vol. 11, no 4, p. 753-761. Dezembro, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**. v. 26, n.2, p. 209-226. 2010.

ORTIZ, Renato. **Morte branca do feiticeiro negro**. São Paulo: brasiliense, 1978.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Luís. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

PESSOA, Thiago. O comércio negreiro na clandestinidade: As fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. **Revista Afro-Ásia**, 47, 43-78, 2013.

PETERSEN, Sílvia; XAVIER, Regina. História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 28, no 56, p. 575-578, 2008.

PASSIANI, Enio. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1889). **Revista Sociedade e Estado**. - vol. 27, no 3. Setembro/Dezembro, 2012.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na educação infantil. In: VAZ, Alexandre Fernandes; MOMM, Caroline Machado. **Educação Infantil e Sociedade**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

PIERSON, Donald. **Branços e prêtos na Bahia**: estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PACHECO, Jairo; SILVA, Maria. **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras Negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol. IX, 1932.

RODRIGUES, Nina. **As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. São Paulo: Editora Nacional Brasileira, 1979 [1942].

SCHERER-WARREN Ilse; PASSOS, Joana Célia dos (org). **Ações afirmativas na universidade**: abrindo novos caminhos. Florianópolis: Editora da UFSC. 2016.

SEVCENKO, Nicolau. As alegorias da experiência marítima e a construção do europocentrismo. In: SCHWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARCZ, M. Lilia. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. In: SCHWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARCZ, Lilia. As faculdades de Medicina ou como sanar um país doente. In: **O espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STOLKE, Verena. Brasil: uma nação vista através da vidraça da raça. Anais da Biblioteca Nacional. **Seminário Diários de Campo**, vol. 119. Rio de Janeiro: 1999.

SANTOS, Jocélio. **Cotas nas Universidades**: Análises dos Processos de Decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Jocélio. **O Impacto das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013. 280 p.

SILVA, Beatriz; Silvério, Valter. **Educação e Ações Afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOARES, Geraldo. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 26, no 52, p. 115-140, 2006.

SILVA, Mário. **Fazer história, fazer sentido**: Associação cultural do negro (1954-1964). Lua Nova. São Paulo: 85: 227-273, 2012.

TOLEDO, Cinthia Torres. Entendendo a “interseccionalidade”: abordagens e desafios. In: VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília (org.). **Gênero e educação**: 20 anos construindo conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-30, 2021.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007). In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 235-258. 2012.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**: aspectos do ritual Ndembu. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005-1967.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas na Pós-graduação: uma análise dos programas de inclusão em universidades públicas brasileiras. **Revista Sinais Sociais**, v. 12, p. 119-153, 2018.

VERSIANI, Flávio. Escravidão “suave” no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?. **Revista de Economia Política**, vol. 27, no 2 (106), pp. 163-183. Abril/Junho, 2007.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó: a África no Brasil**. São Paulo: Cia Das Letras, 1996.

WEIMER, Rodrigo. Memória, racialização e negritude. **Estudo História**. Rio de Janeiro: vol. 26, no 52, p. 409-428. Julho/Dezembro, 2013.

## APÊNDICE A – Perguntas do questionário

<b>Perguntas</b>
Você ingressou por uma das múltiplas modalidades das Políticas de Ações Afirmativas?
Você é uma pessoa com deficiência?
Como você se autodeclara etnicamente:
Você pertence a populações Indígenas ou Quilombolas?
Qual sua Identidade de Gênero?
Qual sua Orientação Sexual?
Qual sua Classe Econômica?
No Ensino Fundamental, você estudou em:
No Ensino Médio, você estudou em:
Você tem interesse e se sente confortável em conceder uma entrevista narrativa?
Caso a resposta seja "sim" para a pergunta anterior, você se sente confortável em deixar seu contato de e-mail ou WhatsApp para agendar uma entrevista? Digite no campo abaixo o seu contato, por gentileza.
Espaço aberto para comentários. Caso tenha algum comentário que queira fazer e não coube nas outras respostas, este espaço é destinado para algo que julgue importante dizer.

## **APÊNDICE B – perguntas para orientar a entrevista**

1. Fale sobre sua experiência escolar em relação a sua trajetória de vida;
2. Como foi sua decisão para cursar a Universidade e para entrar nesse curso específico (expectativas a respeito da Universidade, da UFSC e do curso em particular);
3. Como está sendo sua experiência na Universidade, procure avaliar em relação às suas expectativas iniciais (histórias/fatos que confirmaram ou não as expectativas).
4. Durante os anos de estudos foi necessário a inserção no mercado de trabalho para garantir o sustento para poder continuar estudando? Ou seus familiares se esforçavam para que você pudesse se dedicar exclusivamente aos estudos?
5. O que você pensa sobre as Políticas de Ações Afirmativas?
6. Como você imaginaria o seu futuro e seu presente sem o acesso a Universidade? Ou pelo menos com um acesso mais dificultoso sem as Políticas de Ações Afirmativas?
7. Ano de ingresso
8. Curso
9. Idade
10. Gênero
11. Cidade natal
12. Contexto familiar atual (solteiro/casado, com filhos/quantos, reside com quem)
13. Há relatos de preconceitos vividos? Que estratégias foram encontradas para reagir?
14. Vale a pena cursar a Universidade? Gostaria de incentivar outras pessoas? O que poderia dizer como incentivo?

## APÊNDICE C – Conteúdo do e-mail enviado às secretarias dos cursos

### Prezadas/os secretárias e secretários dos cursos de graduação da UFSC

Estamos, eu Adônis Santin e Dr. Amurabi de Oliveira, desenvolvendo uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política da UFSC, na área da Sociologia. Nossa pesquisa envolve conhecer as trajetórias e percursos familiares e acadêmicos de estudantes de Graduação da UFSC que ingressaram por meio de uma das múltiplas possibilidades oferecidas pelas Políticas de Ações Afirmativas.

Gostaríamos de divulgar esse convite a todas e todos estudantes que ingressaram pelas Políticas de Ações Afirmativas a participarem de nossa pesquisa de dissertação. Aquelas/es estudantes que tiverem interesse em participar e contribuir com a pesquisa poderão enviar seu contato preenchendo um formulário, disponível no link: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfGo-xr\\_MiYzr1IikGNghvj5MmxdtVZS-5DvjZbjkk\\_pQcrLQ/viewform?pli=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfGo-xr_MiYzr1IikGNghvj5MmxdtVZS-5DvjZbjkk_pQcrLQ/viewform?pli=1)

Seria de grande ajuda, para nossa pesquisa, se as/os secretárias/os pudessem divulgar essa pesquisa para todas/os estudantes da Graduação da UFSC e os estudantes que se interessarem e se enquadrarem nos critérios poderão entrar em contato.

No sentido de contribuir com o trabalho, elaboramos um e-mail de divulgação da pesquisa para que vocês possam enviar aos estudantes de graduação. **O e-mail a ser enviado é:**

### Prezadas/os estudantes,

Eu Adônis Santin e Dr. Amurabi de Oliveira, estamos desenvolvendo uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política da UFSC, na área da Sociologia. Nossa pesquisa envolve conhecer as trajetórias e percursos familiares e acadêmicos de estudantes de Graduação da UFSC que ingressaram por meio de uma das múltiplas possibilidades oferecidas pelas Políticas de Ações Afirmativas.

Fazemos um convite para as/os estudantes da graduação que ingressaram na Universidade Federal de Santa Catarina, por meio de uma das múltiplas modalidades das Políticas de Ações Afirmativas, a contribuírem com a pesquisa e também para a consolidação dessa política pública. Ao aceitarem o convite agendaremos, considerando sua disponibilidade, um horário para a realização de uma entrevista Narrativa. Nessa entrevista pretendemos ouvir e conhecer suas trajetórias e percursos familiares e acadêmicos. Estudantes interessadas/os em contribuir com a pesquisa poderão enviar seu contato preenchendo um pequeno formulário disponível no link abaixo:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfGo-xr\\_MiYzr1IikGNghvj5MmxdtVZS-5DvjZbjkk\\_pQcrLQ/viewform?pli=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfGo-xr_MiYzr1IikGNghvj5MmxdtVZS-5DvjZbjkk_pQcrLQ/viewform?pli=1)

Caso, algum estudante interessado em contribuir com a pesquisa não consiga acessar o formulário disponível no link, poderá também entrar em contato por meio do E-mail: [cso.adonis@gmail.com](mailto:cso.adonis@gmail.com) para agendamento da entrevista.

Cordialmente, Adônis Santin e Dr. Amurabi de Oliveira.